



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Maria Celeste Ferreira

**Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: construção de um  
patrimônio histórico em uma freguesia rural do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2020

Maria Celeste Ferreira

**Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: construção de um patrimônio histórico em uma freguesia rural do Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.  
Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cláudia Barbosa Teixeira

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

F381 Ferreira, Maria Celeste.  
Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: construção de um patrimônio histórico em uma freguesia rural do Rio de Janeiro / Maria Celeste Ferreira. – 2020.  
161 f.

Orientador: Fabiano Vilaça dos Santos.  
Coorientadora: Cláudia Barbosa Teixeira.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Igreja Católica – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Irajá (Rio de Janeiro, RJ) – Teses. 3. Patrimônio histórico – Teses. I. Santos, Fabiano Vilaça dos. II. Teixeira, Cláudia Barbosa. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

CDU 282(815.31)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Maria Celeste Ferreira

**Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: construção de um patrimônio histórico em uma freguesia rural do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovada em 15 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Fabiano Vilaça dos Santos (Orientador)  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia Barbosa Teixeira (Coorientadora)  
Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Rio de Janeiro

2020

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado aos nascidos entre 22 de julho e 23 de agosto, aos quais atravessaram meu caminho e dividiram suas histórias comigo. Em especial, meu companheiro Nelson Ricardo Mendes Lopes (12 de agosto), meu irmão Claudio Roberto Ferreira (28 de julho) e minha avó materna, *in memoriam*, Gabriela Rosa da Mota (20 de agosto).

## AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos são para os meus Professores, com letra maiúscula propositadamente. A todos e todas, preciso dizer: muito obrigada!

Este agradecimento é também um desabafo para lembrar a importância do lugar social dos mestres, sejam os da academia, do mundo escolar formal ou não. Agrego esse agradecimento à UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), aonde cheguei tardiamente na graduação e no mestrado. Ao retornar, os corredores do 9º andar, por si só, já me envolveram em lembranças do curso noturno de História. É preciso valorizar esse espaço público, preservá-lo.

Agradeço a minha família pela paciência nos momentos de ausência e, em especial, pelo otimismo de minha mãe Maria Paula, aos 95 anos de idade. Agradeço também aos amigos, uma família estendida, que abraçaram a causa e me ajudaram de diferentes formas para a conclusão dessa etapa; é impossível nomeá-los, em sua totalidade. Grata à Ronaldo Luiz-Martins e Gilson Gusmão, pela inspiração de novos temas. Roberto Mattos, Karen Barros, Carlos Henrique Silva, Rafael Mattoso, Karolynne Duarte e Vilson Luiz, amigos das causas suburbanas, agradeço a companhia e o incentivo de sempre. Sou grata à eficiência e amizade de Cleydson Garcia, Nelson Carvalho e Carolina Mendonça, no apoio logístico, em muitas áreas ligadas às tecnologias. Ao grupo Diálogos Suburbanos agradeço o debate e a divulgação de temas estudados. Sou muito grata pela torcida e ajuda direta de meus colegas de trabalho, que abriram caminhos, apresentaram soluções e dividiram comigo “a dor e a delícia” de atuarem como servidores públicos no Brasil atual.

Agradeço o convite e a acolhida de todos e todas do Núcleo de Estudos e Pesquisas da História da Igreja Católica (Nephic/UERJ) durante o período em que participei. Agradeço também o professor João Fragoso e sua ex-aluna Vanuza por estudos anteriores e pela experiência de aluna-ouvinte na UFRJ. Por fim, o meu especial agradecimento a meu orientador Fabiano Vilaça e a minha coorientadora Claudia Barbosa Teixeira pelo trabalho desenvolvido, e grata à banca examinadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz e Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Muito obrigada.

## RESUMO

FERREIRA, Maria Celeste. *Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: construção de um patrimônio histórico em uma freguesia rural do Rio de Janeiro*. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho tem como objetivo investigar o percurso da igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá como um patrimônio histórico. Procura contextualizar o ato de preservação por meio do tombamento municipal de 1994. Essa ação da prefeitura carioca observou a igreja por diferentes épocas em sua arquitetura, pelo valor de algumas obras sacras e por apresentar uma devoção sobre Maria, mãe de Jesus, uma das mais antigas da cidade. O trabalho de pesquisa reúne três eixos temáticos: história, memória e patrimônio, para entender o processo de patrimonialização da igreja nos antigos arredores rurais da cidade que se expandiu. Hoje a igreja localiza-se na região norte e suburbana da cidade. Acreditamos que a dissertação tem a proposta de uma reflexão ampliada sobre esse objeto, como anuncia o título do trabalho.

Palavras-chave: Patrimônio histórico. Igreja de Irajá. Memória.

## ABSTRACT

FERREIRA, Maria Celeste. *Mother church of Our Lady of the Presentation of Irajá: construction of a historical heritage in a rural parish of Rio de Janeiro*. 2020. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This work aims to investigate the path of the church of Nossa Senhora da Apresentação de Irajá as a historical heritage. It seeks to contextualize the act of preservation, through the municipal listing of 1994. This action by the Rio de Janeiro city hall, observed the church for different times in its architecture, for the value of some sacred images and for presenting a devotion, about Maria - mother of Jesus, of the oldest in the city. The research work brings together three thematic axes: history, memory and heritage, to understand the process of patrimonialization of the church in the old rural surroundings of the city that expanded. Today the church is located in the northern and suburban region of the city. We believe that the dissertation has the proposal of an expanded reflection on this object, as announced by the title of the work.

Keywords: Historical heritage. Irajá church. Memory.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Referências dos respectivos templos católicos, Irajá, Penha e Candelária, em revistas semanais cariocas, indicadas por Ferreira da Rosa, na primeira metade do século XX .....	76
Tabela 2 - Iconografia do brasão de Irajá .....	85

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Mapa da baixada de Irajá e os portos fluviais .....	40
Mapa 2 - Mapa de localização dos engenhos de cristãos-novos.....	89
Mapa 3 - Mapa de proteção dos bens no município do Rio de Janeiro.....	111

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação do Irajá em 1937.....	51
Figura 2 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Revista Rio Ilustrado –1937.....	51
Figura 3 - Imagem de Nossa Senhora da Apresentação, exposta na igreja de Irajá .....	57
Figura 4 - Altar-Mor da Matriz de Irajá no início do século XX.....	68
Figura 5 - Capa da Revista Fon-Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfuziante .....	70
Figura 6 - Matriz de Nossa Senhora da Apresentação - Praça Nossa Senhora da Apresentação, 272. Irajá. BTM – Decreto 12.654/94 .....	79
Figura 7 - Santuário Mariano de Nossa Senhora da Penha de França - Largo da Penha, 19. Penha. BTM – Decreto 9.413/90 .....	80
Figura 8 - Brasão de Irajá, localizado na XIV RA, segundo Agostinho Rodrigues .....	84
Figura 9 - Imagens sacras de capelas internas da igreja N. Sr. <sup>a</sup> da Apresentação de Irajá.....	103
Figuras 10 e 11- Fichas fotográficas da igreja de Irajá, sob a guarda do IPHAN .....	105
Figuras 12 e 13 - Capa e uma página interna do periódico <i>O Rio Ilustrado</i> .....	107
Figuras 14 e 15 - O retábulo da capela-mor de Irajá.....	116
Figura 16 - D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo: Conde de Irajá.....	120
Figuras 17 e 18 - Detalhes da janela frontal na igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá.....	122
Figura 19 - Fachada da igreja em 2006.....	123
Figura 20 - Interior da igreja.....	124
Figura 21- Planta-baixa da igreja. ....	125
Figura 22 - Montagem da evolução arquitetônica do templo.....	126
Figuras 23 e 24 - Laterais da igreja.....	127
Figura 25 – Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá - Correio da Manhã – 11/06/1939.....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACMRJ	Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro
AGCRJ	Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro
AN	Arquivo Nacional
ArqRJ	Arquidioceses do Rio de Janeiro
APAC	Área de Proteção do Ambiente Cultural
BN	Biblioteca Nacional
DCP	Divisão de Cadastro e Pesquisa
DPHAN	Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DGP	Departamento Geral de Patrimônio
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPP	Instituto Pereira Passos
IRPH	Instituto Rio Patrimônio da Humanidade
SMC	Secretaria Municipal de Cultura

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1	<b>IRAJÁ: UMA MATRIZ DE FREGUESIA EM CONSTRUÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO</b> .....	19
1.1	<b>A Prelazia do Rio de Janeiro e a criação da freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá</b> .....	20
1.2	<b>Irajá uma antiga freguesia rural, na cidade carioca</b> .....	31
1.3	<b>Matriz Nossa Senhora da Apresentação e a baixada de Irajá</b> .....	38
1.4	<b>As marcas do tempo na matriz de Irajá</b> .....	50
2	<b>MEMÓRIA: A SÉ DA ROÇA</b> .....	59
2.1	<b>Documento e Monumento: formas de abordagem de Jacques Le Goff</b> .....	60
2.2	<b>Memória e esquecimento: a dinâmica da “memória social” e a produção histórica</b> .....	72
2.3	<b>Referências da matriz de Irajá, história e memórias inconclusas</b> .....	81
3	<b>PATRIMÔNIO: MÚLTIPLOS CAMINHOS ATÉ A PORTA DA IGREJA</b> .....	91
3.1	<b>O campo do patrimônio: 1937-1994</b> .....	91
3.1.1	<u>O âmbito nacional: IPHAN</u> .....	99
3.1.2	<u>Os âmbitos estadual e municipal</u> .....	108
3.2	<b>Patrimônio e a Igreja Católica</b> .....	118
3.3	<b>A trajetória de um patrimônio histórico em Irajá</b> .....	128
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	141
	<b>ANEXO A – Criação da Freguesia do Irajá</b> .....	152
	<b>ANEXO B - Decreto do Tombamento. 1994</b> .....	154
	<b>ANEXO C - Transcrição da visita técnica de 14 de Novembro de 1991</b> .....	155

## INTRODUÇÃO

A igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá tem como data inicial de suas atividades eclesiais, como sede de uma extensa freguesia, em 30 de dezembro de 1644. Ela está localizada na Praça Nossa Senhora da Apresentação, nº 272, no bairro de Irajá, como consta nas informações do site da Arquidiocese do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Essa construção do período colonial faz parte dos arredores e da história da cidade carioca e, por séculos, esteve ligada ao contexto das primeiras freguesias rurais, nas áreas que denominamos hoje de Município do Rio de Janeiro. Com suas transformações, iniciadas no período colonial, ela também tornou-se definitivamente um “patrimônio histórico”, classificado com tal a partir do Decreto nº 12.654 de 28 de janeiro de 1994, pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Pouco estudada ainda, constitui-se de uma centralidade espacial de outrora e está ligada à formação de inúmeros bairros e inúmeras localidades que surgiram após um longo processo de fracionamento dessa freguesia rural, após a chegada dos colonizadores, embora a vida e a presença das nações indígenas já estivessem consolidadas no Recôncavo da Guanabara.

Os estudos e as pesquisas da área delimitada, são escassos em relação aos patrimônios coloniais, na área norte da cidade do Rio de Janeiro. Importante observar os efeitos na interação dos diversos suportes de memória, tanto do ponto vista histórico e de memória, que aprofundem as reflexões sobre a constituição dos patrimônios, em geral em suas materialidade e imaterialidade inseparáveis. Há uma indicação de que a região delimitada carece de registros sistemáticos da memória patrimonial, bem como o entrelaçamento entre os conceitos de história e memória, a partir de um patrimônio específico.

O tombamento municipal da igreja como patrimônio histórico em 1994 é o documento oficial, sobre a patrimonialização da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Para entender o tombamento articulamos as fontes e as buscas por informações seguindo a história, memória e o patrimônio, desenvolvidos em cada capítulo. Esta pesquisa em forma de dissertação pode contribuir para novas interpretações sobre o bairro de Irajá, ligado a uma antiga denominação de freguesia gestada no período colonial.

Começa a surgir, então, uma busca pela trajetória da igreja, e mais especificamente a trajetória que levou o ato ou efeito de ter sido avaliada pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, com o resultado da chancela de um bem cultural patrimonializado.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.arqrio.com.br/curia/paginas.php?paroquias>. Acesso em: 23 set. 2019.

Percebemos que as fontes, registros e informações estavam fragmentadas em diferentes tipologias de fontes, o que é desafio primordial para o historiador. Os registros, dos mais conhecidos autores estavam agregados a pequenos resumos ou inexistentes<sup>2</sup>. O critério para a escolha das fontes ou de relatos e registros seguiram por onde estava concentrado maior número de informações. Consideramos as fontes de origem religiosas impressas que diretamente registraram a matriz de Irajá. Essas observações, entre o que foi mais lembrado ou registrado e as notas de esquecimento, notamos a necessidade de articular teoricamente os conceitos de história e memória.

Os conquistadores, após a derrota dos franceses na baía de Guanabara, prosperaram em extensas terras, povoadas com alguns engenhos, escravos e seus apadrinhados que incluíam filhos bastardos, mestiços, homens livres, pobres e alforriados, tornaram-se “senhores de homens”. As pressões demográficas sobre o valor das terras, a concorrência com os a lógica de novos negociantes e a expansão mercantil da praça carioca, impuseram limites ao crescimento desta nobreza. A dimensão rentista desta “nobreza da terra” soma-se a manutenção dos privilégios, onde os engenhos eram também suportes material e imaterial de heranças ligadas ao catolicismo colonial. Podemos seguir a importância das matrizes e capelas em suas trajetórias, quando percebemos a sua importância econômica e social na diferenciação dos homens da época e sua valorização enquanto patrimônio e registro de diferentes épocas de uma área ligada à cidade carioca.

A igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá envolve o cultivo da cana-de-açúcar em grande escala está relacionado a história da colonização lusa nas terras chamadas posteriormente de Brasil. Através do trabalho de diferentes povos escravizados, habitantes de dois grandes continentes, como América e África, envolvidos em todo o processo da formação da dessa colônia portuguesa. As várias nações indígenas e as africanas foram os construtores das riquezas produzidas, canalizadas para o continente europeu.

A partir desse momento, nosso país surge de encontros trágicos e também de superações entre povos de múltiplas culturas. Esse cruzamento de tempos e lugares diferentes cria nossa riqueza histórica e cultural. Apesar de muitos grupos nativos serem esquecidos nessa construção histórica, estão presentes na memória através dos nomes de lugares e acidentes

---

<sup>2</sup> Ver no rodapé: “N. do Ed. Faltando no trabalho original uma lauda, ficou este artigo com um hiato de item 63 até o 70.” SANTOS, Noronha. *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981, p. 39. OBS: Infelizmente no capítulo sobre *Templos Católicos Existentes no Distrito Federal e Templos dos Mosteiros e Conventos*, onde o autor relata sobre 91 tipologias de construções religiosas, com nome, lugar e descrição histórica, ficaram 8 templos perdidos sem informações. Entre a igreja de São Tiago de Inhaúma (nº62) e Nossa Senhora da Penha de França (nº71) está a matriz Nossa Senhora da Apresentação de Irajá neste “hiato”.

geográficos (toponímias). A palavra Irajá<sup>3</sup> não tem uma única interpretação, mas está especificamente relacionada ao nosso objeto de estudo, pela localização e história da antiga igreja, transformada em matriz de freguesia. Irajá, pode ter sido derivada da taba *Eiraiá*, ou simbolicamente pela produção de mel e ao trabalho das abelhas. A língua geral, traduções das muitas variantes da língua tupi, feita pelos jesuítas e usada para localização, acabou por fixar a toponímia indígena encontrada até hoje.

A Colônia portuguesa era voltada para os interesses ligados ao plantio e à exportação da cana-de-açúcar, sem excluir outras culturas e atividades para subsistência inicial: farinha de mandioca, aguardente, entre outros produtos básicos para o objetivo da colonização e da sobrevivência dos habitantes locais. Os registros encontrados sobre a igreja nesse contexto nos chamaram a atenção como fontes combinadas com a posterioridade do tombamento.

A principal proposta dessa pesquisa é de investigar o percurso da construção da igreja de Irajá como um patrimônio histórico consolidado pela valoração do tombamento municipal de 1994. A partir do tombamento do bem cultural, de tipologia material, podemos pensar sobre quais de seus atributos foram ressaltados e quais foram descartados. Podemos observar, ao longo de um período de tempo, o que foi lembrado ou esquecido. Quando pensamos “a partir” do tombamento, não queremos mostrar uma linha evolutiva e valorada pela chancela do poder municipal, do status de patrimônio, mas sim pensar junto com o tombamento através dos capítulos. Acreditamos que a dissertação está entremeada das informações pesquisadas com a proposta de reflexão desse objeto, como anuncia o título do trabalho.

Notamos que áreas constantes na pesquisa, como a Memória/Patrimônio, podem atravessar o objeto escolhido, para dialogar com o conhecimento histórico. A história da igreja católica está no percurso dos capítulos. Procuramos observar sempre as fontes, que registraram um determinado olhar sobre a dita igreja.

Buscamos a partir, da “ponta do iceberg”, do tombamento municipal de 1994, explicitar diversos registros feitos sobre a igreja de Irajá, para refletir sobre o lugar social e cultural da igreja matriz de freguesia denominada de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Seja como um registro histórico do patrimônio do período colonial, seja de que forma o bem protegido foi integrado à história da cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>3</sup> Diferentes possibilidades de interpretação em SILVA, R. F. D. *O Rio antes do Rio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Babilônia, 2017, p. 126-131.

Maurício de Abreu<sup>4</sup> enfatiza que a importância da freguesia de Irajá, quando cita em nota de rodapé, a evidência de um grande entreposto de embarque de caixas de açúcar, denominado de Paço de Irajá. Reforça a importância da história econômica e social ligada ao cultivo da cana-de-açúcar para a formação da cidade do Rio de Janeiro e seus arredores. Podemos deduzir que a fundação ou escolha sobre o papel da matriz de Irajá como sede da freguesia rural de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá era também fruto do desenvolvimento econômico de uma região servida de porto fluvial, com fluxos comerciais de grande expressão, no setecentos. Os Campos de Irajá, um núcleo da freguesia colonial de Irajá, como nos informa pelos cruzamentos de vários registros –, uma área vasta, tinham como centralidade a igreja, já na primeira parte do século XVII (1644) foi oficializada pelo rei de Portugal em 1647. Várias marcas ou registros, deste patrimônio edificado persistem. Um deles é a data 1613, visível no frontispício da igreja de Irajá, construída de pedra e cal, e que guarda essa marca abaixo da janela do meio. Outro registro envolve época anterior ao século XVII.

Segundo Fridman<sup>5</sup>, em seu livro: *Donos do Rio em nome do Rei: Uma História fundiária da Cidade do RJ*, a sede do termo da cidade, equivalia a seis léguas, e estava integrada a dinâmica da cidade através de portos fluviais, os quais podemos incluir o “porto de Irajá”. Os desmembramentos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá são feitos após 17 anos de sua existência (1644-1661). Depois da metade do século XVII, sendo a primeira divisão feita em 1661, com a criação da freguesia de Jacarepaguá; seguida em 1673 a de Campo Grande, e a partir desta data a extensa freguesia rural é dividida ao longo de mais de dois séculos. No século XVIII, em 1743, a de Inhaúma; em 1755, a de Guaratiba; do Engenho Velho, em 1795. Informações estas, segundo Noronha Santos,<sup>6</sup> em cinco páginas descreve a antiga freguesia de Irajá. Dedicar uma página para a igreja matriz e duas páginas e meia com relatos sobre a igreja da Penha. Compensa com a afirmação de que: “A igreja Matriz está situada num pequeno outeiro, sob a invocação de N. S. da Apresentação de Irajá, e é considerada como um dos melhores templos da zona rural do Distrito [...]”<sup>7</sup>. A freguesia era, a grosso modo, uma delimitação que envolve várias sesmarias e posteriormente construções

---

<sup>4</sup> ABREU, Maurício de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*. Volume I e II, Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, RJ. 2010.

<sup>5</sup> FRIDMAN, Fânia. *Donos do Rio em nome do rei: Uma História fundiária da Cidade do RJ*. Ed. Jorge Zahar: Guaramond. 1999.

<sup>6</sup> SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio de Janeiro: vistas por Noronha Santos*. Introdução, notas e bibliografia de Paulo Berger. 1. ed. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

<sup>7</sup> SANTOS, op. cit. 1965, p.80.

como engenhos, fazendas, moradas de casas, portos fluviais, ancoradouros para pequenos barcos e principalmente as construções religiosas. A igreja que se tornava uma matriz de freguesia era a responsável por todas as informações de seus fregueses, sua população. Era responsável pelos livros de batismo, casamento e óbitos (de pessoas livres e de pessoas escravizadas), reunindo um vasto material informativo sobre a vida da época colonial. Era um espaço público, para as dimensões da época. As igrejas matrizes de freguesia exerciam um duplo papel: o eclesiástico, da fé, e o de administrar as populações locais em nome do rei de Portugal, envolvendo o sagrado e o profano.

Organizamos esta dissertação em três eixos, que pretendemos estar articulados, e nos façam pensar a matriz de Irajá como registro espacial, temporal e social. O primeiro capítulo teve como proposta apresentar o objeto localizado no tempo e no espaço, portanto na história. Partindo da Prelazia do Rio de Janeiro e de sua jurisdição eclesial e temporal, enquanto braços da coroa lusa. Em seguida ampliar o contexto social do período colonial, a economia açucareira ligada à formação da cidade carioca. Visou mostrar a singularidade da cidade, seus arredores para novamente focar na região da baixada de Irajá, inserida geograficamente no que restou a antiga freguesia. A igreja de Irajá, por ter apresentado uma grande densidade de informações de temas ainda não publicados, foi preciso mostrar, no início da dissertação, essa amplitude de novos temas, abrindo um leque temático, para ser articulado com o capítulo 2. Escolhas para chegar ao objeto propriamente dito, com mais volume e melhor perceptível em seu processo de patrimonialização.

O Segundo capítulo, tem como objetivo articular os capítulos, as noções ampliadas de história preparam o entendimento sobre o processo patrimonial, através das reflexões de Jacques Le Goff sobre História e Memória. As dinâmicas entre os conceitos de monumento e documento apontam para a interdisciplinaridade e para a história-problema. Em diálogo com outros autores, permeados da presença de informações, registros, memórias visuais ou mesmo referências sobre a igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. As relações das memórias compartilhadas, e relações entre monumento e documento foram caminhos para a percepção de camadas de invisibilização do objeto através do tempo e na história da cidade.

O terceiro capítulo condensa a complexidade do vocábulo patrimônio e a datação do termo “patrimônio histórico”. Traceja o desenvolvimento de esferas institucionais de âmbitos federal, estadual e municipal, em uma cidade que, como foi mostrado no primeiro capítulo, é singular e densa e sua história, desde sua formação. Os múltiplos caminhos se referem às ligações do objeto pesquisado, com suas transformações ao longo do tempo, tanto nas reformas materiais de seu prédio, quanto às mudanças de percepções de sua região espacial, os subúrbios

do Rio de Janeiro. Concluimos que o estudo é de grande relevância para redimensionar o processo ou a trajetória da igreja de Irajá como um “patrimônio histórico”. De que forma o processo de patrimonialização expõem a história deste templo? Como o parecer técnico do tombamento agrega os elementos da história e do campo da memória? Haveria algum hiato na relação entre história e memória relacionado ao bem cultural? Tentaremos encontrar respostas para essas questões ao longo do trabalho.

## **1 IRAJÁ: UMA MATRIZ DE FREGUESIA EM CONSTRUÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO**

O capítulo 1 foi estruturado como uma primeira contextualização espacial e temporal do objeto pesquisado. A necessidade de articular um longo período, desde a criação da freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá e a construção de sua matriz, até o tombamento de seu templo, em 1994, exigiu uma tentativa de historicização. O contexto histórico inicial foi o processo de colonização lusa nas Américas, porém o foco, desta pesquisa, esteve direcionado para a multiplicidade de informações, conectadas aqui, para a formação da freguesia e para a existência da igreja, no Recôncavo da Guanabara. O destaque para a palavra “freguesia” demonstra que esse patrimônio material analisado passou por diferentes recortes de tempo para observação histórica.

Neste capítulo primeiro, Irajá: uma matriz de freguesia em construção no tempo e no espaço, pretendeu-se articular partes da história da Igreja Católica, através da formação da prelazia do Rio de Janeiro, com a história da formação da cidade colonial, articulada aos seus arredores. As fontes e registros deixados por monsenhor Pizarro acentuam as distâncias e terrenos intratáveis, através das extensas freguesias rurais. A necessidade de evangelização dos povos em contato, nativos e europeus, está implícita nesse contexto, porém o realce nas divisões dos subtítulos aponta para os agentes sociais ligados ao templo, a igreja, sede da freguesia, que a partir de 1644, torna-se paróquia. O prelado, o primeiro pároco e o sexto pároco mulato, pertenceram em seu tempo a famílias descendentes dos “conquistadores da terra”. Podemos, através da bibliografia consultada, articular a história da Igreja e da monarquia portuguesa, na montagem da economia açucareira; ampliar o entendimento da presença do porto marítimo e outras conexões fluviais, observando uma região geográfica denominada de “baixada de Irajá”. A extensa freguesia de Irajá e sua centralidade na sede paroquial, com funções eclesiais e administrativas articulam-se com a história desta área específica dos arredores da cidade do Rio de Janeiro. A presente dissertação almeja reunir as diferentes contextualizações feitas nos subtítulos, do capítulo 1, como ponto de partida para o entendimento das dinâmicas que possibilitaram a constituição do objeto em patrimônio histórico, reconhecido no tombamento. Ao começar pela “história”, justifica-se por ser uma matriz de freguesia pouco citada na historiografia da formação da cidade do Rio de Janeiro, embora as articulações sobre memória e patrimônio estejam em maior relevância na sociedade brasileira contemporânea.

### 1.1 A Prelazia do Rio de Janeiro e a criação da freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá

A história da Prelazia do Rio de Janeiro está imbricada com a história da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro no ano de 1565. A nova Prelazia foi desmembrada do Bispado da Bahia, na segunda metade do século XVI. O breve *In supereminenti militantis Ecclesiae*, do Papa Gregório XIII, de 19 de julho de 1575 autorizava a nomeação de Bispos ou Prelados, eclesiasticamente subordinados ao Papa, mas escolhidos pelo rei de Portugal, como estabelecia o regime do Padroado<sup>8</sup>. Entendido como o entrelaçamento dos interesses da Igreja Católica, representado pelos sucessivos Papas e os reis de Portugal no início do processo colonização nas terras brasileira, chegou ao fim oficialmente em 1889.

Segundo monsenhor Maurílio Cesar de Lima<sup>9</sup>, alerta que o padroado, tem origem no direito germânico chamado de *lus patronatus*, e foi uma “concessão pontifícia”, onde os fundadores de igrejas possuíam o privilégio de apresentar novos ministros para a confirmação de seus cargos, para as autoridades da Igreja, e possuíam prerrogativas sobre os dízimos. O autor observa que essa prática trouxe tanto vantagens na construção e manutenção de novos patrimônios religiosos bem como desvantagens, na submissão ao governo real que auferia os dízimos e nem sempre os repassavam devidamente. Realça que os administradores da Prelazia da cidade do Rio de Janeiro (1575-1676) defendiam a liberdade dos nativos contra “a ganância dos colonos”, embora “dignos e zelosos” o autor não contesta as inúmeras divergências e dificuldades da administração eclesial e as ações pastorais dirigidas aos paroquianos. Outros autores corroboram de que a criação da prelazia desagradou aos habitantes do Rio de Janeiro, mas os motivos seriam, visto que “em poucos lugares evidenciou-se tão claramente o choque entre o ideal cristão e o mercantil”<sup>10</sup>.

Para Boxer<sup>11</sup>, não era um choque de ideias e ações, mas sim uma trama de relações sociais complexas. A Igreja participava da política e da economia colonial, tanto na gestão

---

<sup>8</sup> “Em resumo, o padroado consistiu praticamente no controle das nomeações das autoridades eclesiásticas pelo Estado e na direção por parte deste, das finanças da Igreja.” Ver: AZIZ N. et al. *História Geral da Civilização Brasileira*. Sérgio Buarque de Hollanda (Direção Geral). Rio de Janeiro, volume 1 e 2, Bertrand Brasil, 1997, p.57.

<sup>9</sup> LIMA, Mons. Maurílio César de. *Breve História da Igreja no Brasil*. Rio de Janeiro, Restauro, 2001, p.23-24.

<sup>10</sup> AZIZ N. ET al. *História Geral da Civilização Brasileira*. Sérgio Buarque de Hollanda (Direção Geral). Rio de Janeiro, volume 1 e 2, Bertrand Brasil, 1997, p.57.

<sup>11</sup> BOXER, C.R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Edições 70, 1978.

como na organização administrativa desse desafio missionário colonizador. A Igreja era possuidora de escravos africanos, embora tenha se posicionado em defesa dos indígenas. A escravidão era uma prática institucional e a dificuldade na formação de religiosos nativos e miscigenados mostra que as hierarquias institucionais se perpetuaram. O que encontramos em comum, entre os diversos autores expostos, sobre a relação da igreja e da colonização Lusa no Brasil, é a de que o tema e suas variantes não foram esgotados.

Sobre a organização administrativa da Igreja Católica no Brasil<sup>12</sup>, podemos distinguir dois tipos de hierarquias. A carreira eclesial do pároco ligada às competências litúrgicas e a outra as nomeações para o exercício dos cargos administrativos. Em geral seguiram-se as estruturas já existentes em Portugal para administrar um vasto território colonial. Aprofundando a aplicação do padroado, foi criada a Mesa da Consciência e Ordens, em 1551, aconselhavam o rei nas escolhas dos bispados, párocos de igrejas no mundo ultramarino e acumulou funções até ser abolida no Brasil, durante o período imperial, em 1828.

As províncias eclesiásticas, também chamadas de arquidioceses eram compostas de várias circunscrições eclesiais, podendo ser dioceses ou bispados, e outras circunscrições nomeadas de prelazias, em todos os casos com aceite do rei, como previa o padroado. A prelazia é uma circunscrição eclesial com autonomia administrativa, ligada à hierarquia da Igreja. No Brasil encontramos cronologicamente primeiro a criação dos bispados ou dioceses, e depois a circunscrição eclesial denominada de prelazia. Resumidamente o Papa e seu “consistório”, isto é, colégio de cardeais poderiam criar dioceses e prelazias. Os primeiros Prelados, do Rio de Janeiro administravam um extenso território desde a Capitania de Porto Seguro até o Rio da Prata. Essa vasta extensão territorial foi aos poucos subdivididas em paróquias, sob a responsabilidade dos padres (párocos) nomeados por carta com o aceite do rei, estabelecendo oficialmente os limites de várias freguesias, situadas com sede em uma paróquia ou matriz.

As prelazias são originárias da primeira organização administrativa e eclesiástica, chamada de “diocese”, cuja palavra era um termo oriundo da administração das províncias romanas, passando pelo longo percurso da história de Portugal. Diocese ou bispado é uma circunscrição eclesiástica dirigida por um bispo e foi no Brasil colônia, materializada pela Diocese de Salvador, em 1551, a única existente ao longo do século XVI. “Os territórios

---

<sup>12</sup> SALGADO, Graça, coord. Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/Pró-Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985, p.116-117.

religiosos e administrativos chamados de dioceses dependiam da iniciativa da Igreja e com a aprovação da Coroa portuguesa”<sup>13</sup>, deveriam atuar na evangelização e na conversão indígena.

A prelazia do Rio de Janeiro foi convertida em bispado, isto é nomeada como diocese em 1676, na segunda metade do século XVII, na mesma data que a diocese de Olinda e Recife. Apenas sete dioceses ou bispados foram criados no território brasileiro até 1848: Salvador (1551); Olinda, Recife e Rio de Janeiro em 1676; São Luís (1677); Belém (1719); Mariana e São Paulo em 1745.

Seguindo a trajetória das hierarquias eclesiásticas e suas circunscrições territoriais, encontramos a criação do Arcebispado do Rio de Janeiro, no período republicano, em 1892, “[...] tendo sido criadas então duas Províncias Eclesiásticas, a saber: a do Norte, com sede em São Salvador da Bahia, e a do Sul, com sede no Bispado do Rio de Janeiro, que foi elevado a condição de Sé Metropolitana.”<sup>14</sup>. Portanto as estruturas administrativas ganham um longo período de atuação, tanto nas ações religiosas ou eclesiais, quanto nas ações administrativas, ações que chamam a atenção para a localização destes templos denominados de matrizes de freguesias.

A Igreja Católica foi remodelando suas divisões nos limites do atual município do Rio de Janeiro ao longo desse longo de mais de cinco séculos. Atualmente a arquidiocese do Rio de Janeiro corresponde aos atuais limites do município do Rio de Janeiro, e divide-se em oito regiões denominadas de vicariatos episcopais: Vicariatos Urbano, Suburbano, Norte, Sul, Oeste, da Leopoldina, de Jacarepaguá e de Santa Cruz. Essas já pequenas regiões se subdividem em microrregiões chamadas de foranias onde se agrupam várias paróquias.

O Vicariato Episcopal Suburbano foi criado em 21/11/1966 por dom Jaime de Barros Câmara. A igreja de Irajá não é a sede do Vicariato, embora seja a referência mais antiga de matriz, explicitada na data de fundação: o dia 30 de dezembro de 1644. A paróquia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, está situada na Praça Nossa Senhora da Apresentação, 272 – Irajá - CEP: 21235-100. A paróquia atual possui apenas uma capela sob sua administração: Capela Nossa Senhora das Graças, situada na Rua Vitalino Ribeiro, 18 - Vila São Jorge - Irajá

---

<sup>13</sup> TEIXEIRA, Claudia Barbosa. *O papel das Ordens Leigas na configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro: 1763-1840*. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015, p 46.

<sup>14</sup> CARVALHO, Orlindo José. *Templos Católicos do Rio de Janeiro- Manual*. Editora Vozes, RJ, ISBN 978-85-909326-0-4, p.27, 2009.

- CEP: 21235-415, segundo esse manual dos templos católicos do município do Rio de Janeiro.<sup>15</sup>

Voltando a época em que a prelazia do Rio de Janeiro era administrada pelo quinto prelado, Antônio de Marins Loureiro, nomeado em 8 de outubro de 1643, por carta régia, ficando no cargo até 1657. O “Prelado desta Capitania o Doutor Antônio de Marins Loureiro, em atenção aos graves, incômodos, que sentia o Povo, pela notável distância que havia deste lugar a cidade”<sup>16</sup>.

Distâncias que ficam registradas nas duas fontes primárias, de autoria de Monsenhor Pizarro. A mais famosa de suas obras, foi publicada em 1820, pela Imprensa Régia e reeditada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1945: *As Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas à Jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. Segundo Galdames<sup>17</sup> outras obras anteriores não alcançaram a mesma projeção, sendo porém uma obra de suas memórias das visitas feitas, sem o rigor “canônico” do inventário determinado por sua função eclesiástica. Em 2007, o autor da dissertação *Entre a Cruz e a Coroa: a Trajetória de Mons. Pizarro (1753-1780) encontra* o livro das visitas, no Arquivo da Cúria Metropolitana e anexa as transcrições das visitas pastorais de realizadas por Monsenhor Pizarro em 1794<sup>18</sup>. Outras obras encontram-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB): *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro de 1565 a 1796*, e *Obras Relativas a Negócios Eclesiásticos do Brasil*, em dois volumes.

José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de outubro de 1753, não sendo nobre, mas filho de família tradicional da cidade. De acordo com Galdames<sup>19</sup>, o de pai era coronel e a mãe natural da Vila de Santos, mas moradora da cidade carioca. Formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, após o falecimento dos pais se dedica a vida religiosa. Ocupou a 6ª cadeira do Cabido do Rio de Janeiro em 1780. Representa o Bispo em 1794, nas visitas pastorais, para inventar o patrimônio da Igreja em cada paróquia,

---

<sup>15</sup> CARVALHO, op. cit. p.508, 2009.

<sup>16</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, 1753-1830. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da Arte Sacra Fluminense*. Conceção e Coordenação Marcus Antônio Monteiro Nogueira. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: INEPAC, p.59, 2008. (grifo meu).

<sup>17</sup> GALDAMES, Francisco Xavier Müller. *Entre a Cruz e a Coroa: a Trajetória de Mons. Pizarro (1753-1780)*. Dissertação de Mestrado-UFF. RJ. Agosto/2007.

<sup>18</sup> Ver notação ACMRJ, Série V.P. 01. em GALDAMES, op. cit., 2007, p.144.

<sup>19</sup> GALDAMES, op. cit., 2007, p.9.

relatar as posturas do clero, mapear as Freguesias e registrar o número de almas assistidas pelos religiosos, entre outros deveres sob as ordens da Igreja e da Coroa portuguesa, com postura regalista. Hoje impressas, as “Visitações” e as “Memórias” de Pizarro, são registros utilizados com frequência, produzidos um século e meio depois, da nomeação da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá ser sede da freguesia.

As grandes distâncias e a pequena proporção de sacerdotes para a evangelização se confirmam neste registro. A confirmação do rei de Portugal, em 1647, confirma elevação da igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá ao status de matriz de freguesia:

A freguesia, designação portuguesa de paróquia, é um território submetido à jurisdição espiritual de uma cura que também exerce a administração civil. A palavra paróquia vem do grego *parochos* (aquele que fornece as coisas necessárias) ou *paroikia* (vizinhança; para, perto e oikos, casa). Trata-se de uma circunscrição eclesial em que se divide a diocese, palavra igualmente de origem grega e utilizada no império romano, que tem o sentido de governo.<sup>20</sup>

A matriz de Irajá (usado doravante como sinônimo de Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá) torna-se um marco histórico registrado por Monsenhor Pizarro em suas visitas às Freguesias coloniais, relatando a data em que esta foi elevada à paróquia em 30 de dezembro de 1644<sup>21</sup> e também considerada matriz da freguesia do mesmo nome, cujas extensões eram imensas, ultrapassando muito os atuais limites do atual bairro de Irajá. A matriz foi confirmada no alvará de 10 de fevereiro de 1647 com assinatura do rei de Portugal, como registra Monsenhor Pizarro, que dentro das exigências do “direito canônico” da época, ressalta que templo foi feito inicialmente com contribuições dos “moradores”<sup>22</sup> da região do Recôncavo da Guanabara. Podemos afirmar, então que a igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, foi construída ou transformada em matriz de freguesia, em 1644, antes mesmo de a cidade ter o seu Bispado, logo ao fim da União Ibérica (1580-1640), em desenvolvimento do empreendimento açucareiro.

<sup>20</sup> FRIDMAN, Fânia. *Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII*. Mneme – Revista de Humanidades. UFRN. Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. p. 2-3, 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em [www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais). Acesso em 27-5-2019.

<sup>21</sup> Este documento no AGCRJ (Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro) com o título *Criação da Freguesia do Irajá - Provisão do padre Gaspar da Costa a vigário da igreja Nossa Senhora da “Presentação” no Distrito de Irajá* precisa ser debatido historiograficamente, pois existem detalhes sobre a data do funcionamento como matriz (1644), com padre fixo e sob pagamento (côngrua) real. Documento transcrito (Anexo 1).

<sup>22</sup> “Disposição do Direito Canônico, Concílio de Trento na sess. 21 cap, 4º de Reform., Declaração dos eminentíssimos Cardeais ibi, e autoridade ordinária, erigiu essa Parochia no Campo de Irajá em o dia 30 de Dezembro do ano de 1644 tendo os seus moradores feito a sua custa a m.<sup>ma</sup> Igreja. Essa criação / assim como a das outras mais freguesias, de que falarei em seu lugar / foi confirmada pela Mag.<sup>e</sup> do S.<sup>r</sup> Rei. D. João IV, em seo alvará de 10 de fevereiro de 1647; (...)”. Ver: ARAÚJO, op,cit, 2008, p.59.

As igrejas seculares como a de Irajá estava ligada diretamente a diocese e a administração de um bispo: “Ao contrário do clero regular, os padres diocesanos, não fazem voto de pobreza e podem ter bens, viverem do próprio trabalho e só estão submetidos ao bispo da sua cidade.”<sup>23</sup>

Tomamos como ponto de partida a criação da igreja matriz da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, em 1644/47 e seus desdobramentos, isto é, alguns registros da espacialidade eclesial, quando o exercício da fé católica estava totalmente relacionado com o governo do rei de Portugal, para evidenciar as referências históricas da construção da igreja de Irajá, e o entrelaçamento do Estado português e a Igreja Católica. A história da Igreja Católica e do governo lusitano está unida na construção da colônia portuguesa na América.

Nenhum desmembramento foi feito na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá entre 1644-1660, uma década e meia aproximadamente em que apenas as três matrizes de freguesia - São Sebastião, Candelária e a de Irajá - respondiam pela fé e pela administração colonial dos registros de batizado, casamento de livres e cativos, no que seria a cidade carioca. Neste período, concentrou-se nessa área vastíssima, com autoridade eclesiástica, o primeiro pároco de Irajá - padre Gaspar da Costa.

Consideramos inconclusa, a pesquisa sobre o Padre Gaspar da Costa, porém encontramos algumas ligações com o passado dos conquistadores e colonizadores da cidade do Rio de Janeiro. Através dos livros e das pesquisas<sup>24</sup> de Rheingantz e Belchior podemos apontar para uma provável rede de parentesco dessas famílias ligadas a matriz de Irajá, no século XVII pela nomeação do primeiro vigário da freguesia.

Nascido por volta de 1618 e falecido no Rio, na freguesia da Sé em 4 de dezembro de 1673, aos 55 anos, o padre Gaspar da Costa pertenceu a uma rede familiar extensa e bem posicionada socialmente para sua época. Era filho de Francisco da Costa Barros (1596-1658) e Helena Pinta (1598-1619). Os pais por parte de mãe não aparecem nas genealogias analisadas.

O casal teria dois filhos: Baltazar da Costa (1616-1647) e o “vigário padre Gaspar da Costa, n. por volta de 1618 e fal. no Rio (Sé 5º, 1) a 4.12.1673”<sup>25</sup>, como consta na obra de

---

<sup>23</sup> TEIXEIRA, op. cit., p.30, 2015.

<sup>24</sup>Comparando os dados encontrados nestes dois manuais com genealogias, cruzamos com os dados da documentação da Provisão do pároco, com as informações de Monsenhor Pizarro e com os livros usados na bibliografia desta dissertação. Podemos concluir a necessidade da produção de uma ou mais prosopografias, de pessoas ligadas à história da freguesia de Irajá. Ver: BELCHIOR, E. de O. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. RJ:Brasília.1965 RHEINGANTZ, C. G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Brasíliana, V.1, p.415-417,1965.

<sup>25</sup> RHEINGANTZ, op. cit., 1965, p.415.

Rheingantz sobre as genealogias das primeiras que habitaram o Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII, ligados ao sobrenome Costa. Interessante quando comparamos com a citação de Monsenhor Pizarro<sup>26</sup>, sobre o primeiro pároco de Irajá, este acrescenta que é natural do Rio e termina seu cargo na mesma época do falecimento, em 1673. Outra forma de comparar os dados dessas diferentes pesquisas e informações será observar a ligação com seus avós paternos.

No lado paterno, além de dois casamentos, seu pai teria uma morte trágica “de uma espingarda de dois pelouros”<sup>27</sup>. O avô paterno do padre Gaspar da Costa é indicado como “Baltasar da Costa”, nascido por volta de 1565, aos 31 anos de idade já ocupava cargos na governança da terra. Baltasar da Costa e seu filho Francisco da Costa Barros são citados como exemplo das estratégias usadas pelas famílias dos conquistadores do Recôncavo da Guanabara e da fundação da cidade do Rio de Janeiro:

Entre os primeiros escrivães da fazenda da capitania, encontramos Baltazar em 1596, encontramos Baltazar da Costa, genro do capitão dos descobrimentos, João Pereira de Souza Botafogo. Ao que parece, esse ofício logo se transformaria em propriedade desta família. Em 1655, o filho de Baltazar, Francisco da Costa Barros, afirmava que, desde 1530, exercia aquele ofício<sup>44</sup>. Da família extensa Botafogo saíam outras três famílias senhoriais. quanto ao juizado de órfãos, este posto, em 1584, era ocupado por Antônio de Mariz e, anos mais tarde voltaria a ser encabeçado por seu filho Diogo de Mariz [...] <sup>28</sup>.

Interessante que os membros da família se confirmam, por citações de diferentes fontes bibliográficas. Baltasar da Costa foi casado com “Andressa de Sousa” por volta de 1575, com uma imensa prole que através de matrimônios perpetuam terras, cargos e poder na colônia Esta avó do dito padre, seria filha do Capitão João de Sousa Pereira Botafogo e possível irmã de Jerônimo de Souza Brito, “descendente do epônimo da praia de Botafogo”<sup>29</sup>

As informações por fontes, livros e artigo abordam essas famílias dos primeiros conquistadores da terra, sobre postos e cargos públicos. Nosso interesse é sobre seu avô: “Baltasar da Costa, cavalheiro fidalgo da Casa de El Rei, membro da expedição de Mem de Sá, juiz ordinário da Câmara Municipal [...] e proprietário do cargo de escrivão da Provedoria da

---

<sup>26</sup> ARAÚJO, op. cit., 2008, p. 64.

<sup>27</sup> RHEINGANTZ, op. cit., 1965, p.415.

<sup>28</sup> O autor, João Fragoso, reporta em notas de rodapé, números 44 e 45, sobre os arquivos respectivamente: Arquivo Histórico Ultramarino - (AHU, av, cx.3, doc. 84) e Arquivo da Torre do Tombo - (ATT: chancelaria de Filipe II, liv.16, p.209), p.117. FRAGOSO, João. *A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. Topoi (Rio J.) vol.1 n.º.1 Rio de Janeiro jan./dez, 2000, p.61.

<sup>29</sup> BELCHIOR, E. de O. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. RJ: Brasiliense. p. 98, 1965.

Fazenda desde 1597, foi nomeado, em 1630, provedor da Fazenda e juiz da Alfândega”<sup>30</sup>, nosso foco é tentar estabelecer conexões, com a história da igreja matriz e a freguesia de Irajá, indicando a rede familiar do padre Gaspar da Costa, típica do Antigo Regime.

O primeiro pároco da freguesia de Irajá pertencia a uma família extensa da “nobreza da terra”, os quais ocupam vários cargos de capitães, padres, donos e donas de engenhos, indicando uma boa posição social para a época.

Em realidade, a maneira como o Rio de Janeiro fora conquistado deu margem a fenômenos que esclarecem alguns dos traços da sociedade colonial da região: formação de redes políticas entre segmentos das elites, regionais e intra-regionais, constituição de uma nobreza da terra, interferência das parentelas dos conquistadores no governo da cidade e na montagem da economia da capitania.<sup>31</sup>

Seguindo essas indicações, após a morte da mãe, do padre Gaspar da Costa, seu pai casa-se com uma descendente da conhecida família Mariz. Sua madrasta foi Isabel de Mariz, desde 1620, observamos que na árvore genealógica de “Antônio de Mariz e os seus”<sup>32</sup> está como sua neta e mostrando seu casamento com Francisco da Costa Barros, vereador por duas vezes. Podemos concluir que tanto o primeiro pároco de Irajá quanto o Administrador da Prelazia do Rio de Janeiro – Antônio de Mariz Loureiro – estavam ligados à chamada “nobreza da terra”. O mesmo Prelado que assegura o merecimento e os privilégios da época, também afirma na carta de apresentação do padre para início de suas atividades na igreja de Irajá: “Provisão do Padre Gaspar da Costa e vigário da igreja Nossa Senhora da Apresentação no distrito de Irajá. (...) natural desta cidade procedendo aos exames e mais diligências em direito necessárias a Serca de sua suficiência partes e validades de sua pessoa (...)”.<sup>33</sup> Neste contexto resumido já podemos vislumbrar, que o cargo eclesial e administrativo da matriz de Irajá, representava uma importância relevante e de um status destacado nessa temporalidade, somando-se a vários desfechos históricos.

No ano de 1656, continuava à frente da Prelazia o Reverendo e Dr. Antônio de Marins Loureiro, quando assinou um relatório para o rei de Portugal, defendendo os membros de seu

---

<sup>30</sup> SÁ, Helena de Cassia Trindade de; SIQUEIRA, Maria Isabel de *Comércio, tributos e exclusivo metropolitano: o papel da Alfândega no cenário fluminense (1580- 1640)*. Rev. Hist. UEG - Porangatu, v.8, n.1, e-811905, jan./jun. 2019.p.11.

<sup>31</sup> FRAGOSO, J. L. R; ALMEIDA, C. M. C. D; SAMPAIO, A. C. J. D. *Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos: América lusa, séculos XVI a XVIII*. 472. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>32</sup> BELCHIOR, op. cit., 1965.

<sup>33</sup> Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 45.2.4.

clero. Após 12 anos no cargo de vigário da freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, o padre Gaspar da Costa, está citado entre os “83 padres e um frade”, no relatório onde o Prelado explica os deslizes e dá parecer ao rei de que já foram corrigidas as falhas:

3º - Pº. Gaspar da Costa, vigário de Irajá –“*Se teve falta está remediado*”, lê-se adiante. Esclareçamos que este sacerdote era neto de Baltazar da Costa a quem consideramos cristão-novo, por uma série de evidências, dentre as quais seu parentesco com o judeu Diogo Lopes de Cádiz, preso no rio em outubro de 1594.<sup>34</sup>

É preciso ampliar a rede familiar e as relações de endogamia das famílias do Recôncavo da Guanabara nesta época. Este mesmo prelado citado acima é mencionado por Monsenhor Maurílio Cesar de Lima, quando destaca as dificuldades deste quinto prelado em administrar tão grande extensão de terras, se opondo à escravidão indígena, resultando em muitas animosidades. “Ressalta o “zelo” de visitar as paróquias e promover as correções necessárias ao clero,” pois até deixou pormenorizado relatório acerca da situação dos presbíteros.”<sup>35</sup> Frisa que o Prelado foi ameaçado de morte em São Paulo, envenenado no Espírito Santo, retorna a Portugal, onde faleceu mentalmente adoecido em 1657.

Padre Gaspar da Costa inaugura a igreja como paróquia e transformada em matriz de freguesia, em 1644. Seus rendimentos eram pagos pelo poder real: “Tem, vigário pago por El Rei, por serem dele os dízimos”.<sup>36</sup> A possibilidade de ordenação, sendo cristão-novo, foi apontada por Salvador<sup>37</sup> devido a trajetória gradual dos impedimentos aos descendentes de judeus, nos períodos de vacância jurídica, dispensas especiais e nas ações internas do Clero já permeado de descendentes hebreus não só no Império luso, mas também em Roma. A burocracia e a corrupção nos cargos eclesiásticos também são apontadas como facilitadores por este autor Padre Gaspar da Costa, em 1644, conseguiu ordenar-se padre, passando pelos processos de habilitação sacerdotal, que incluíam prova de “genere” (as origens familiares), ao “vita et moribus” (pesquisa sobre os costumes do candidato) e provas do “patrimônio”<sup>38</sup>. Era possível, embora muito restrito, com uma boa condição econômica e familiar, aproveitar as

---

<sup>34</sup> Segundo José Gonçalves Salvador, o documento está arquivado no Arquivo Histórico Ultramarino, Capitania do Rio de Janeiro (A.H.U.R. doc. 1656 cx.3, não catalogado). SALVADOR, op. cit., 1969, p.50.

<sup>35</sup> LIMA, op. cit., 2001, p.62.

<sup>36</sup> SANTA MARIA, op. cit. 1723.

<sup>37</sup> SALVADOR, op. cit., 1969.

<sup>38</sup> Ver OLIVEIRA, A. J. M. *Os processos de habilitação sacerdotal dos homens de cor: perspectivas metodológicas para uma História social do Catolicismo na América portuguesa*. In: FRAGOSO, et al, 2014.

brechas nas leis, diferentes breves papais e dispensas para chegar aos cargos eclesiásticos, alguns mulatos e a formação de um clero miscigenado.

Boxer reitera em sua obra, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, que a atitude da igreja católica era altamente permissiva, em relação à escravidão dos grandes contingentes de escravizados que chegavam das várias regiões africanas, embora alerta que é um tema “complexo, vasto e controverso”. Argumenta que: “A própria igreja era, e continua a ser, nos impérios coloniais ibéricos, uma instituição em escala maciça de capital escravo”<sup>39</sup>. A evangelização como uma das faces da colonização, não suprimiram as dificuldades da formação de cleros nativos; tanto de um clero indígena, quanto negro ou miscigenado. Admite vários casos entre os jesuítas inicialmente, mesmo com um tipo de clero subalternizado, que aqui também se formaria no Brasil. Essas questões raciais e o controle social por parte da Igreja na colonização podem ser novos caminhos de investigações, através das matrizes de freguesias.

Interessante frisar que, 57 anos depois o sexto pároco<sup>40</sup> e religioso da matriz da freguesia de Irajá, o padre João de Barcelos Machado<sup>41</sup>, mesmo mulato, conseguiu ordenação e assumiu a freguesia de Irajá em 1700/1701, em épocas de aumento a perseguição dos cristãos-novos. Testemunhou sobre o Padre Francisco de Paredes<sup>42</sup>, também mulato, era acusado de ser cristão-novo: “Francisco seria ao fim do processo, condenado pelo Santo Ofício com sentença de auto de fé em 1720, confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão e degredo para as galés por cinco anos”<sup>43</sup>. Não foi encontrado, durante a pesquisa, o processo de habilitação do Padre Gaspar da Costa na Cúria Metropolitana/RJ. Foi importante

---

<sup>39</sup> BOXER, op. cit., 1978, p.46.

<sup>40</sup> O padre João de Barcelos Machado era natural do Rio de Janeiro e foi o sexto pároco a ocupar o cargo de responsável pela matriz de Irajá de 1701-1731. Ver: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, 1753-1830. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da Arte Sacra Fluminense*. Conceção e Coordenação Marcus Antônio Monteiro Nogueira. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: INEPAC, p.65, 2008. Obs.: O mesmo padre está citado por Pizarro como quarto pároco e não sexto, em seu outro livro chamado de Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Ver em ARAÚJO, *Memórias Históricas da Cidade do Rio de Janeiro*. Imprensa Régia 1820. In: Anais da Biblioteca Nacional. vol.82.1962.

<sup>41</sup> Obs.: Apesar de ser filho da mulata Felícia Tourinha, padre João de Barcelos Machado, foi dispensado do quesito “ilegitimidade” pelo breve apostólico papal e seguiu sua habilitação até ser indicado para administrar a freguesia de Irajá/1701. Ver OLIVEIRA, A. J.M. *Os processos de habilitação sacerdotal dos homens de cor: perspectivas metodológicas para uma História social do Catolicismo na América portuguesa*. P.329-362. In: FRAGOSO, et al, 2014.

<sup>42</sup> ABREU, op. cit. 2010, V.2, p.350. Encontramos o sobrenome “Paredes” para um dos muitos nomes listados como senhores de engenho, na época criação da freguesia de Irajá. Manuel Paredes [da Costa] possível ascendente de padre Francisco de Paredes.

<sup>43</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2014, p.361.

destacar a presença de párocos, ligados diretamente ao patrimônio analisado e outro ligado a redes familiares da mesma época. Acreditamos que estes exemplos contextualizam a existência deste patrimônio na virada do século XVII para o XVIII.

Lembramos que no livro denominado *Santuário Mariano*, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro, o autor, Frei Agostinho de Santa Maria<sup>44</sup>, em 1723, o destaca a opulência dos Campos de Irajá: “O lugar, ou povoação de Irayá he muyto grande, e vivem nella muytos moradores ricos [...]”.<sup>45</sup> Entendemos que esse autor, indicou, que a igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá foi sede de sociabilidades, eclesiásticas e leigas. Após o Concílio de Trento (1563) sob o regime do padroado, as matrizes de freguesia exerciam um duplo papel: o eclesiástico e o de administrar as populações locais em nome do rei de Portugal.

Pretendemos mostrar, que no caso da igreja Nossa Senhora da Apresentação, nem sempre essas observações estão explícitas. A história dessas “elites” do período colonial, aparecem na historiografia e começa a ser relacionada ao objeto pesquisado. É certa a informação de que a igreja funcionava desde 1644, onde se batizavam membros da “nobreza da terra”, como Francisco Paes Ferreira (74/75 anos aproximadamente), que declara ter nascido em Irajá e ter pertencido a duas irmandades da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá:

Nesse mundo de mudanças, no dia 9 de outubro de 1720, em um livro de óbitos da freguesia de Sacramento (**atual Centro do Rio de Janeiro**), Sé do Bispado [...] foi registrado o falecimento de nosso conhecido Francisco Paes Ferreira, um **nobre da terra** na casa dos seus 75 anos, no qual constava o seu testamento [...] pertencer à venerável Ordem Terceira do Carmo, à Santa Casa da Misericórdia [...] e a mais duas irmandades da freguesia da Nossa Senhora da Anunciação (**atual bairro carioca de Irajá**), local de seu nascimento<sup>46</sup>.

Seu falecimento em nove de outubro de 1720, registrado na freguesia de Sacramento, no centro atual da cidade carioca, mostra o pleno funcionamento da igreja de Irajá na segunda metade do século XVII, entre 1644/47. Fatos que não foram agregados na descrição sobre este patrimônio.

<sup>44</sup> Frei Agostinho de Santa Maria tem a autoria atribuída para a coleção de livros, em forma de inventário de 1723, sobre as devoções católicas “marianas” (invocações de Maria, a mãe de Deus). Relata sobre cada igreja, com orago dedicado a Maria os costumes da fé na vida colonial. IHGB. RJ.

<sup>45</sup>SANTA MARIA, Frei Agostinho de. *Santuário Mariano*. Lisboa, 1723. IHGB/RJ. p.51.

<sup>46</sup>Apesar o erro do nome da freguesia de Irajá, nesta edição do livro pesquisado, pois não há uma freguesia da “anunciação” e sim da apresentação de Maria ao templo judaico. Felizmente a troca de nomes foi esclarecida pelo autor, reforçando a localização, entre o centro da cidade e o bairro atual de Irajá. FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antônio Jucá (Orgs). *Arquivos paroquiais e História social na América Lusa – Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. RJ: MAUAD, 2014, p.49.

## 1.2 Irajá: uma antiga freguesia rural, na cidade carioca

A “igreja de Irajá”, como é nomeada na atualidade, nem sempre é lembrada, no cotidiano como uma antiga matriz de freguesia. A igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, guarda um passado histórico pouco mencionado, mas permanece como referência do bairro de Irajá<sup>47</sup>, zona norte da cidade carioca, também chamada de suburbana. Os bairros cariocas de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, também possuíram sedes de freguesias coloniais, foram áreas rurais, e alguns desses bairros são maiores em extensão que Irajá na atualidade, mas em comum, conservaram o mesmo nome da época das freguesias coloniais. Enfim, todos com intensas transformações e registros dos antigos limites das freguesias aos bairros atuais bairros.<sup>48</sup>

A capela primitiva já apresentava referências na primeira metade do século XVII, na área Norte da Capitania Real do Rio de Janeiro. Transformada em igreja em 30 de dezembro de 1644, para o início de suas atividades temporais e espirituais como matriz de uma extensa freguesia, como consta em documento (Anexo 1) do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Referendada pelo rei de Portugal em 1647, junto com outras matrizes. Estas igrejas matrizes, incluindo a de Irajá, seriam do final da primeira metade do século XVII, as primeiras marcas da colonização portuguesa junto com os engenhos de cana de açúcar.

Segundo as memórias de monsenhor Pizarro<sup>49</sup> e reafirmado por Maurício de Abreu<sup>50</sup>: Nossa Senhora da Apresentação de Irajá; a de Santo Antônio de Cacerebu; São João de Trairaponga e São Gonçalo de Amarante foram matrizes de freguesias criadas na mesma época da primeira metade do século XVII. Todas estas quatro paróquias ou “vigarias” oficializadas com o aceite do rei, de acordo com o Concílio de Trento, em 1647, pertenceram à época de

<sup>47</sup> Irajá estava no ano de 2000, entre os 162 bairros da cidade do Rio de Janeiro agrupados em 33 Regiões Administrativas, conserva a mesma toponímia da antiga freguesia. Sua extensão territorial hoje tem 747,78 hectares e está situado na área Norte do município carioca. É sede da XIV Região Administrativa. Os bairros limítrofes, não foram alterados até a data de finalização dessa pesquisa e permanecem os seguintes: Acari, Brás de Pina, Coelho Neto, Colégio, Cordovil, Jardim América, Parada de Lucas, Pavuna, Rocha Miranda, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vigário Geral, Vista Alegre e Turiaçu (PREFEITURA/IPP/DIG /RJ, 2000).

<sup>48</sup> O *Portal Armazém de Dados* foi reformulado, guiado pelas informações do IPP (Instituto Pereira Passos), que oferece acesso aos cidadãos de informações dos bairros cariocas, para uma visualização dos limites atuais de cada bairro veja o link: <http://apps.data.rio/armazemzinho/historia-dos-bairros/>. Acesso em 15 março de 2019.

<sup>49</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias Históricas da Cidade do Rio de Janeiro*. Imprensa Régia 1820. In: Anais da Biblioteca Nacional. vol.82. 1962.

<sup>50</sup> ABREU, Maurício de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*. Volume I e II, Andrea Jakobson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, RJ. 2010.

ampliação e povoamento de territórios, no mundo colonial em expansão. As quatro novas paróquias foram cuidadosamente escolhidas e abrangeram as áreas onde a cultura canavieira se difundia”<sup>51</sup>. O destaque é importante para marcar o contexto da criação deste templo católico em Irajá, e os registros que a destacam como um monumento dessa fase do período colonial.

Monsenhor Pizarro, relatou no final do século XVIII, em suas “Visitas Pastorais de 1794-1795”, as trinta e quatro freguesias com suas respectivas paróquias, registrando as ações do quinto administrador da Prelazia do Rio de Janeiro, iniciada em 1575, o Prelado Pe. Doutor Antônio de Mariz Loureiro (1643-1657):

[...] erigiu esta Paroquia no **Campo de Irajá** em o dia 30 de Dezembro do ano de 1644 [...] que a **Freguesia Nossa S.<sup>a</sup> da Apresentação de Irajá** **hé uma das mais antigas do Recôncavo**. Ela não deixa de ser aprazível pelo lugar da sua situação, que hé na xapada de um morrete de pequena elevação. [...]<sup>52</sup>

As fontes de Pizarro, entre outras, precisam ser entrelaçadas com o contexto econômico, social e religioso de várias épocas. Segundo Joaquim Justino Moura dos Santos<sup>53</sup>, em sua tese de doutorado em história social de 1996, pioneira e ainda não publicada, o destaque reflexivo, sobre as freguesias de Irajá e Inhaúma, se faz necessário para entender a expansão na direção Norte da cidade do Rio de Janeiro, além de chamar atenção em sua tese para a complexidade entre as freguesias urbanas e as rurais também chamadas de “fora da cidade”:

Impossível falar de “sertão” carioca de 1647 em diante, sem mencionar a freguesia e paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá primeiro que foi criada nesse ano. Segundo, em virtude dos seus limites englobarem de início toda área considerada “sertão” no município do Rio de Janeiro na época, desmembrada da freguesia da Candelária.<sup>54</sup>

O destaque chama atenção para esse passado colonial, ressaltando a igreja como matriz de uma freguesia<sup>55</sup>, logo na primeira metade do seiscentos (1644/1647), lembramos que a Restauração Portuguesa de 1640 trouxe novas forças de poder com os “Braganças”, além de

<sup>51</sup> ABREU, op. cit., 2010, Vol.1, p.349.

<sup>52</sup> ARAÚJO, op. cit., 2008, p.59. (grifo meu).

<sup>53</sup> SANTOS, J. J. M. dos: *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1996.

<sup>54</sup> SANTOS, J. J. M. dos: *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997, p.16.

<sup>55</sup> Observação corroborada por nas anotações das visitas pastorais de Monsenhor Pizarro que a necessidade de criação desta Freguesia, foi para socorrer com os “sacramentos” as “almas” do Recôncavo, assistidas apenas por duas matrizes anteriores: São Sebastião e a da Candelária.

impulsos econômicos para a então colônia portuguesa, após a decadência de suas colônias nas Índias Orientais.

Segundo Fragoso a “monarquia lusa torna-se mais pluricontinental, ou seja, um sistema cuja centralidade era sua periferia”.<sup>56</sup> Em outras palavras a colônia portuguesa passa ser imprescindível a Portugal. Os conquistadores – após a derrota dos franceses na baía de Guanabara, prosperaram em extensas terras, povoadas com alguns engenhos, escravos e seus apadrinhados, que incluíam filhos bastardos, homens livres mais pobres e alforriados, - tornaram-se “senhores de homens”. As pressões demográficas sobre o valor das terras, a concorrência com os negociantes, a lógica de novos negociantes e a expansão mercantil da praça carioca impuseram limites ao crescimento desta nobreza. À dimensão rentista desta “nobreza da terra” soma-se a manutenção dos privilégios, onde os engenhos eram também suportes material e imaterial de heranças ligadas ao catolicismo colonial<sup>57</sup>.

A importância das freguesias como fator de povoamento e domínio da governança colonial, já foi estudada por vários autores<sup>58</sup>, porém áreas específicas, como a antiga freguesia de Irajá, localizada nos subúrbios da cidade carioca, passam despercebidas diante da peculiaridade de uma cidade que envolve noções entre o local e nacional. A freguesia de Nossa Senhora de Irajá estava integrada na dinâmica da cidade, que se formava, através de portos fluviais. Apesar de grande destaque para as freguesias do Recôncavo da Guanabara em geral, as freguesias rurais mais pesquisadas foram as de Jacarepaguá e Campo Grande, no âmbito do atual município do Rio de Janeiro.

---

<sup>56</sup>FRAGOSO, J. et al. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, p. 90, 2013.

<sup>57</sup>“A exemplo de outras localidades do Antigo Regime católico, as doações feitas às irmandades e às ordens religiosas criaram um suporte financeiro, autorizando a elas fazer empréstimos no mercado.<sup>7</sup> Assim, a exemplo do Juízo dos Órfãos da época, a Santa Casa de Misericórdia, por intermédio de seu provedor e de seus irmãos superiores, concedia financiamentos à produção e ao comércio. Deste modo, aquelas doações permitiam a salvação das almas do purgatório e também o custeio da vida terrena. Considerando que o juiz de órfãos e os provedores das irmandades compunham a mesma elite social e política da localidade, podemos pensar que as doações aos céus preservavam a materialidade da hierarquia social, ou melhor, dos negócios dos moradores de suas posições cimeiras e, ainda, diminuíram sua dependência diante do crédito mercantil.” FRAGOSO, 2015, p.63.

<sup>58</sup> Os três autores colocam em destaque a complexidade da formação do atual município do Rio de Janeiro, destacam as freguesias e quando articulados podem ajudar a focar um objeto específico, no caso aqui, a freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Ver: FRIDMAN, Fânia. *Donos do Rio em nome do rei: Uma História fundiária da Cidade do RJ*. Ed. Jorge Zahar: Guaramond. 1999; ABREU, Maurício de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*. Volume I e II, Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, RJ. 2010 e FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Jucá de. (Orgs). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa – Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. RJ: MAUAD. 2014.

Os desmembramentos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá são feitos após 17 anos de sua existência (1644-1661). As divisões iniciais acontecem depois da metade do século XVII, mas novas divisões sucedem no século XVIII em 1743 a de Inhaúma; 1710 Ilha do Governador e 1755 a de Guaratiba. Uma nova importância foi dada na dissertação de Michele Helena Peixoto da Silva<sup>59</sup>, sobre os funerais e sepultamentos de escravos (1730-1806), quando afirma que Irajá:

formada por uma sociedade constituída por uma elite açucareira, pequenos e médios lavradores, comerciantes e um grande contingente de escravos, a região de Irajá ganhou status de freguesia a partir dos clamores dessa população. A morte foi seu principal incentivador e beneficiador. O caminho novo garantiu o crescimento da região e a posição de freguesia nobre [...]<sup>60</sup>

O tema e objeto da pesquisa acima reforçam o contexto econômico e social ligado à religião católica e seus agentes como participantes da colonização lusa na América portuguesa. Além da prosperidade da dita freguesia, ligada principalmente ao contexto açucareiro e aos caminhos da mineração. Segundo Fernandes<sup>61</sup> as cercanias da cidade, prenhe de histórias, ruínas, igrejas, sede de fazendas de outrora, junto com o centro da cidade, sofreram todos, intensas remodelações e novas interpretações espaciais, algumas depreciativas. Reconstruir as relações entre as freguesias e suas matrizes é de vital importância para novas reflexões e nos indicam a complexidade histórica dos arredores desta cidade.

A cidade do Rio de Janeiro, como fruto da colonização, a partir do século XVI, possui característica histórica ímpar. Foi cidade colonial estratégica ao Império Luso, através da posição geográfica privilegiada da baía de Guanabara, com construções de fortalezas, portos fluviais e marítimos consolidando a cidade como essencialmente mercantil. A Cidade aglutina funcionalidade e centralidade ao longo do tempo, sofrendo intensas mudanças: Fundação (1565); sede do Vice-Reino (1763); sede do Império português (1808); sede do Império do Brasil (1822); Município Neutro (1834), com a continuidade de sede da “Corte Imperial”;

---

<sup>59</sup> SILVA, Michele Helena Peixoto da. Dissertação: Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá; um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808). UNIRIO, 2017. Encontra alguns sepultamentos de escravos feitos dentro da igreja de Irajá, posição de honra e status, no Antigo Regime da matriz Católica.

<sup>60</sup> SILVA, op. cit. 2017, p.172.

<sup>61</sup> O geógrafo alerta para a mudança na conceituação da palavra subúrbio: "Procurando o significado da categoria subúrbio ao longo do século XIX em diversos discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro, encontramos aquela representação genérica das circunvizinhanças da cidade, não havendo, por outro lado, sua identificação com uma condição de desprestígio social. Muito ao contrário, o subúrbio estava associado à aristocracia e a uma ativa vida econômica e social". FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rupto ideológico da Categoria Subúrbio – Rio de Janeiro 1858/1945*. Editora Apicuri. RJ. 2011. P.53.

capital da República brasileira (1889), como Distrito Federal; Estado da Guanabara (1961); e capital da unidade federativa do Rio de Janeiro desde 1975<sup>62</sup>.

Estas mudanças, não são apenas marcas administrativas da cidade, foram marcas processuais de sujeitos históricos, públicos e privados. É importante enfatizar que “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos.”<sup>63</sup>, premissa importante que permite infinitas relações de interpretação desse espaço, de forma relacional. Usaremos o conceito de “capital idade”, para ampliar o olhar sobre os entre os arredores e o centro da cidade colonial, pois a freguesia de Irajá, sendo a primeira na área ainda em expansão deveria ser vista como um pano de fundo, para várias novas freguesias, ao longo de séculos, como a de Jacarepaguá (1661), Campo Grande (1673), Inhaúma (1743) e Guaratuba (1755), se considerarmos o peso das igrejas matrizes de freguesia no processo de colonização.

No texto, *A Capitalidade do Rio de Janeiro, um Exercício de Reflexão Histórica*, encontramos um termo importante para guiar nosso olhar sobre a formação da cidade. A pesquisa de André Nunes de Azevedo<sup>64</sup> contém este conceito, escolhido por nós, sobre a formação da cidade carioca: “a Capitalidade Primeva”<sup>65</sup>. Interpretada como um fenômeno histórico que se verifica na capacidade da cidade urbana em estabelecer conexões cosmopolitas. Uma cidade aberta ao contato com novas ideias e de produzir “sínteses”, isto é, a cidade tem relativa autonomia de conexões e ressignificações, no campo político e cultural. Esta característica estrutural, da “capitalidade primeva” baseia-se na forma de viver e ser vista da cidade, está na esfera simbólica, mas calcada em sua história, como experiência vivida por todos que nela habitaram, variando no tempo de intensidade e grau. Queremos utilizar o conceito para destacar o crescimento e a importância da cidade, tanto política, quanto cultural, em dinamismos com seus entornos, já para os finais do século XVII, em especial após a exploração do ouro em Minas Gerais.

---

<sup>62</sup>LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis. Uma reflexão em busca da autoestima*, 2ª edição, Ed. Record, Rio de Janeiro. 2001.

<sup>63</sup>SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª Edição, SP, 1997. p.85.

<sup>64</sup>AZEVEDO, André Nunes de. *A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica*. In: \_\_\_\_\_. (Org.). Rio de Janeiro: capital e capitalidade. Rio de Janeiro: UERJ-SR3/Departamento Cultural, p.45-64, 2002.

<sup>65</sup>AZEVEDO, op. cit. 2002, p.59.

As condições para a formação da “capitalidade primeva” são anteriores, presente na organização política e social da cidade. A importância agregadora de seu porto marítimo, e toda uma conjuntura, após a fundação da cidade em 1565, como no período da União Ibérica (1580-1640), apropriando-se de relativa autonomia. Não se trata de uma determinação econômica, nem totalmente administrativa, mas passam a pesar também, o entendimento posterior de que a cidade é o “centro pelo qual devem passar os principais acontecimentos políticos e culturais do país”<sup>66</sup>. O autor deixa clara a concretude desse conceito, que se ampliará em séculos posteriores. Embora sendo um “fenômeno tipicamente urbano”, interpretamos sua importância desse conceito, dentro das dinâmicas sociais coloniais do Antigo Regime, que permeiam o entorno da cidade, em especial a área Norte, adentrando a baía de Guanabara. A vinda de D. João VI para o Rio de Janeiro representa uma nova dimensão da cidade, em importância internacional, tornando-se sede do império luso. A cidade ganha novos investimentos em patrimônios públicos, vislumbrada por D. Pedro II como uma capital com ares de uma “civilização nos trópicos” de matriz europeia, embora permaneça escravista.

A escravidão, de nativos e africanos marcou a formação da cidade em mais de três séculos. As relações escravistas moldaram a cidade carioca, em sua economia, política e cultura. Nesta dissertação, é importante lembrar o modelo da escravidão nos engenhos de açúcar, que ganharam prioridades interpretativas na casa grande, senzala, capela e moenda, como unidades definidoras do mundo rural colonial, porém não como unidades isoladas.

Encontramos, como o primeiro sesmeiro, em terras denominadas de Irajá, Antônio de França, já exemplifica essa relação com a sesmaria em Irajá e sua casa no núcleo central da cidade colonial. “[...], no Oiteiro mas alto dêlle, forão dadas sesmarias para nêlles fazer cazas como o fez de taipa e pilão, nas quais vive e está de posse passífica de mais de quinze annos a esta parte e possui em boa fee,”<sup>67</sup> em registro feito pelo escrivão da Fazenda Baltazar da Costa em 1662. O documento situa pela trajetória, desse sesmeiro a existência da freguesia relacionada aos fluxos e caminhos para o centro da cidade colonial em formação. Além da casa no núcleo inicial da cidade, também recebe terras em Irajá. Como um guia de ocupação dos colonizadores, encontramos uma referência a 1568, do nome Irajá, na lista de sesmarias de monsenhor Pizarro, em apenas uma frase: “Antônio de França 1500 braças em Irajá em 14 de

---

<sup>66</sup> AZEVEDO, op. cit., 2002, p.52.

<sup>67</sup>BN/RJ - Livro de Tombo do Colégio de Jesus do Rio de Janeiro/Anais da Biblioteca Nacional, V.82. Divisão de Publicação. 1962, p.173. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630\\_1962\\_A00082.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/402630/per402630_1962_A00082.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2019.

julho de 1568”. O que é de grande valia, para relacionar localizações nesta área Norte da cidade. Retornaremos a este sesmeiro mais adiante, na dissertação<sup>68</sup>.

É preciso expandir sobre as possíveis dinâmicas entre a formação da cidade carioca e seus vetores rurais, que abasteciam a cidade colonial. As matrizes de freguesias fazem parte da expansão da própria Capitania Real, tanto quanto da cidade urbana, que se formava. Embora Abreu<sup>69</sup> dê destaque para o “core” da cidade, possuidor dos patrimônios históricos, com ênfase na área central da área urbana, observamos, que a igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá representou uma pequena centralidade, embora longe, situada nos arredores da cidade, desde os primórdios da formação da área urbana carioca.

Irajá sendo uma freguesia rural abrigava os contextos da escravidão. Toda igreja, morada de casas, engenhos e equipamentos eram construídas por mãos escravizadas, seja nativas ou africanas. O Rio torna-se uma cidade bifurcada entre cativos e livres. A ligação campo e cidade, também foi complexificada<sup>70</sup>, e as relações dinâmicas entre as áreas mais afastadas do centro, como a freguesia de Irajá.

A cidade carioca era inicialmente militar, já nasceu projetada, antecipada como cidade-defesa contra os franceses, o que impõe também a cidade-luta e disputa das ações coletivas, sendo o primeiro “outro”, os nossos nativos, e na formação do conceito de identidade o outro é fundamental. Sucessivamente virão novos “outros”<sup>71</sup> e novas interpretações, mas a cidade-porto, aberta a novas ideias e contatos múltiplos, desde a fundação, se renovou ou sobreviveu, com permanências e uma boa “maquiagem” da modernidade. Pontuamos que ambos os conceitos de “civilização”, como base do Império e o de “progresso” com a República, são coroados de tensões, recusas, em avanços e retrocessos. Pereira Passos tinha formação diferenciada, em relação aos engenheiros de gerações, posteriores a sua. O autor distinguiu a

---

<sup>68</sup> ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro de (monsenhor). *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro... de 1565 a 1796*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXIII, 1568 a 1569, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, Livro 4, p. 100.

<sup>69</sup> ABREU, Maurício. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. RJ – IPLAN, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

<sup>70</sup> (...) antes de 1830, muitas Zonas do Rio tinham um baixo nível de urbanização e muitos escravos cariocas trabalhavam em atividades agrícolas e pastoris de subsistência (...). Senhores e cativos viviam em chácaras (...). Outro fator que contribuía para a quantidade de escravos agricultores na cidade era a movimentação frequente dos senhores rurais entre suas propriedades no campo e suas residências urbanas. KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. SP: Cia das Letras, 2000, p.260-261.

<sup>71</sup> Vale não dispensar da megalópole carioca de hoje, todo seu arcabouço, de formação identitária, em diferentes matrizes e épocas: o africano, o imigrante, o povo, a elite, os letrados e os iletrados, os do campo, reconhecendo relações históricas entre eles. Ver: HALL, Stuart. *A Identidade cultural na Pós-Modernidade*. 9ª edição. DP&A, 2004.

atuação de Pereira Passos, gestado no Império, de origem na elite rural que governava o país, ainda com o apreço da ideia de civilização, diferente da visão generalizada do prefeito “bota abaixo”, foi um agente público, que em seu mandato buscou a integração da cidade, seja construindo ou reformando vias de transportes em seus vários eixos, ao Norte, Oeste e Sul. Verificamos que no artigo, *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*, do autor citado acima, a integração viária entre os arrabaldes e ao centro da cidade era uma ideia cara à Pereira Passos.

Com esse intuito, criou estradas de ligação entre os bairros do Engenho Novo e Méier e entre este e o Engenho de Dentro, assim como fez entre os bairros de Piedade e Quintino [...] O prefeito também projetou estradas ligando os bairros da Tijuca com Jacarepaguá e a Barra da Tijuca, bem como abriu estrada ligando a Gávea à Barra da Tijuca. Ainda, Pereira Passos reparou em toda a sua extensão e reconstruiu em diversos trechos as Estradas de Sta. Cruz, Pavuna, Areal, Portella, **Porto de Irajá**, Bicas, Penha, Marechal Rangel, Sapobemba, Otaviano e Colégio, **muitas das quais articulavam diversos bairros do subúrbio do Rio de Janeiro.**<sup>72</sup>

A citação acima é importante para desnaturalizar a ideia de afastamento extremo entre Irajá e o centro da cidade, embora houvesse a permanência do rural, em grande parte de sua extensão, o bairro, já estava inserido em fluxos viários, através de carroças e bondes de tração animal. Irajá manteve o bonde de tração animal até 1928, segundo a Revista Ilustrada de 1937.<sup>73</sup> O caminho ferroviário, já existia, mas não era o mais intenso, nem a única modalidade de transporte.

### 1.3 Matriz Nossa Senhora da Apresentação e a baixada de Irajá

A história da colonização lusa nas terras chamadas posteriormente de Brasil, efetivou-se pelo regime de propriedade pela Lei de Sesmarias<sup>74</sup>, com vistas ao cultivo da cana-de açúcar em grande escala, com trabalho escravo na colônia e voltado para a exportação, sem excluir

<sup>72</sup>AZEVEDO, André Nunes de. *A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana*. Revista Rio de Janeiro, n. 10, maio-ago, 2003.p. 15. Grifo meu.

<sup>73</sup> REVISTA RIO ILUSTRADA. Rio Ilustrado 1937. Biblioteca Nacional, periódicos, RJ.

<sup>74</sup>A lei de sesmarias foi criada pelo rei português Dom Fernando I, em 1375, e integrava um conjunto de medidas adotadas pelo governante com o intuito de combater uma aguda crise de abastecimento por qual passava o reino, condicionando o direito à terra a seu efetivo cultivo, (...) O instituto reaparece no regimento entregue a Tomé de Souza, em 17 de dezembro de 1548, quando este foi nomeado Governador Geral do Brasil. No tocante às sesmarias, este trazia um dispositivo especial, que restringia a doação de terras, propícias para se fazer engenho, a pessoas que possuíssem o cabedal necessário para tal fim. Isso demonstra claramente a intenção da coroa em promover o cultivo da cana-de-açúcar, no Brasil, porém não permite afirmar que todos os sesmeiros possuíssem tal cabedal (...). Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/o-sistema-sesmarial>> Acesso em: 03/08/2018.

outras culturas e atividades para subsistência inicial. A mercê entregue aos pretendentes de capital privados, dignos de “cabedal” suficiente para montar engenhos e povoar as terras de uma dada sesmaria. Marcia Motta (1998) alerta para o registro de que nem sempre a solução jurídica acontece de fato, e de que no processo surgem várias categorias sociais, além dos sesmeiros e seus escravos. A autora aponta três problemas imbricados para a Coroa lusitana resolver: primeiro, o estatuto jurídico das sesmarias, que objetivava o cultivo, mas na verdade garantia o domínio português nas terras nativas; não apenas ocupar, mas povoar e manter o domínio efetivo. Em segundo, justamente esse duplo processo de cultivo/governança permitiu que categorias sociais diferentes dos sesmeiros surgissem; através dos arrendamentos, sublocações de partidos de cana, pequenos e médios lavradores e a figura do “posseiro”. Em terceiro lugar, a incapacidade de o reino fiscalizar integralmente sua colônia, implicou uma ambiguidade notória: a aceitação da figura do posseiro. Percebe-se que o processo colonizador conviveu simultaneamente com um “processo de apossamento” na interiorização do domínio luso, tornando-se estrutural. “O apossamento, enquanto costume consolidou-se como legal a partir da Lei da Boa Razão de 1769.”<sup>75</sup>. Outra “ambiguidade” da “política metropolitana” era o reconhecimento da presença indígena, que seja aos que não foram reduzidos à escravidão, como nas várias associações feitas nos primeiros contatos, os casamentos e as alianças, entre nativos e europeus, produziram relações sociais diferenciadas, imbricadas no processo de ocupação e circulação, que muitas vezes não aparecem na historiografia.

Os caminhos eram muitos, os fluviais e os terrestres, pouco a pouco são consolidados pelo uso, já aproveitados de antigas rotas nativas e novas construídas por diferentes componentes da sociedade colonial. Observa-se esta presença e memória na construção de uma “cartografia indígena”<sup>76</sup>, cujos elementos narrativos e espacialidades nativas são incorporados nos primeiros mapas dos colonizadores<sup>77</sup>. Palavras na língua tupi ou na “língua geral”<sup>78</sup> foram conservadas através da toponímia em diversos pontos do município – de Ipanema à Irajá – do

---

<sup>75</sup>MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil, no século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura. Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998, p.123.

<sup>76</sup>KOK, Glória. *Vestígios Indígenas na Cartografia do Sertão da América Portuguesa*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. P. 91-109 jul.- dez. 2009.

<sup>77</sup> Apoiada também no trabalho de Levi Strauss, na “ciência do concreto”, o artigo da autora mostra como uma “cartografia indígena” pode ser evidenciada nos mapas do período colonial, como resultado da apropriação do domínio sobre o ambiente territorial e das observações dos diversos grupos nativos, que posteriormente serão eclipsados historicamente.

<sup>78</sup> A língua Tupi e suas variantes eram largamente usadas, especialmente nas expedições paulistas sertão à dentro, o que também ajudou a fixar a toponímia indígena encontrada até hoje.

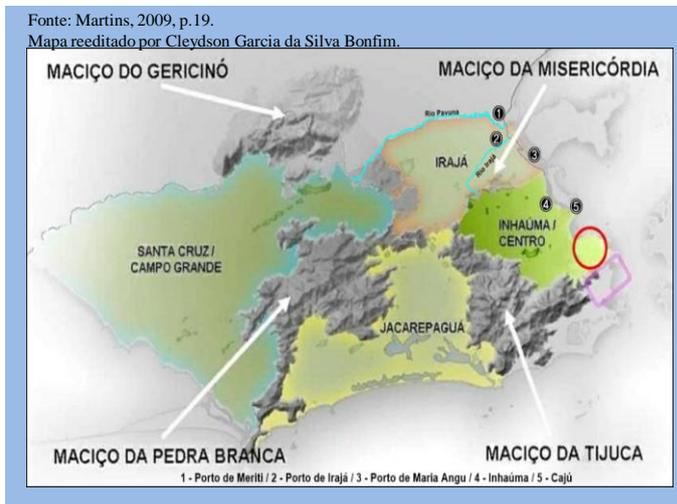
ponto sul ao norte, persiste em memória e como registro histórico um pouco da origem da cidade carioca.

Observamos até aqui que as intensas relações entre os conceitos de propriedades, direitos, formas de administração real e eclesial combinaram-se na formação de espacialidades: capitânicas, vilas e freguesias. Situada na capitania real do Rio de Janeiro, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá era essencialmente rural e fora da inicial “urbe”, isto é, do centro da cidade colonial, mas estava ligada ao centro como área rural e de abastecimento da cidade. A relação campo-cidade é bastante complexa e merece o alerta:

A relação cidade-campo mudou profundamente no decorrer do tempo histórico, segundo as épocas e o modo-de-produção: ora foi profundamente conflitante, ora mais pacífica e perto de uma associação. Mais ainda, numa mesma época se manifestam relações bem diferentes.<sup>79</sup>

Relação complexa para novas pesquisas, pois Irajá centralizado, na referência colonial de sua construção religiosa do final da primeira metade do seiscentos, esteve ligado a colonização e a fluxos da formação da cidade do Rio de Janeiro. Os caminhos fluviais são fundamentais para entender a história da cidade<sup>80</sup>. Vários autores destacaram a morfologia estratégica da Baía de Guanabara e seus inúmeros rios que nela deságuam como caminhos viáveis de expansão e desenvolvimento da colonização portuguesa.

Mapa 1 - Mapa da baixada de Irajá e os portos fluviais



Legenda: (1) Meriti – (2) Irajá – (3) Maria Angu - (4) Inhaúma – (5) Caju

Fonte: Elaborado por Cleydson Bonfim a partir de Martins<sup>81</sup>.

<sup>79</sup>LEFEBVRE, Henry. *O Direito a Cidade*. São Paulo, Centauro, p. 68, 2001.

<sup>80</sup> ABREU, op.cit., 2010; FRIDMAN, op. cit., 1999.

<sup>81</sup> MARTINS, Ronaldo Luiz. *Mercadão de Madureira: Caminhos do Comércio. Rio de Janeiro*. Coord: Carlos Joaquim, Prod. Condomínio do Entrepósito Mercado do Rio de Janeiro, 2009, p. 19.

A posição estratégica da baía de Guanabara para a “construção” da cidade do Rio de Janeiro é reafirmada pela historiografia como lugar de grande interesse ao colonizador europeu, por sua pequena embocadura capaz de assegurar boa vigilância, facilidade de navegação, ilhas, lugares de atracação e navegação de cabotagem. Chegava-se de canoas ao fundo da baía, dando acesso a um vasto território, formando um conjunto de possibilidades para a interiorização em busca das riquezas da época. Conclui-se que por volta de 1530” [...] é um fato comprovado que as vantagens da posição geográfica da baía eram já sobejamente conhecidas pelos navegadores”<sup>82</sup>; e que as potencialidades geográficas da baía e de seu entorno eram inigualáveis: Logo, a Baía de Guanabara guardava excelentes características estratégicas para a tecnologia militar da época: fortificações e observatórios naturais em seus morros. [...] Tais vantagens permanecerão no período que vai do século XVI à primeira metade do século XX.<sup>83</sup>.

A “Cidade Flutuante”, termo usado por Fânia Fridman, devido à grande importância do porto marítimo no centro da cidade, repleto de mastros de navios portugueses e depois estrangeiros, seria o lugar onde pulsava com dinamismo a cidade, o seu centro. O rio Irajá, com nascente no chamado morro do Juramento, foi navegável em boa parte, permitiu a interiorização da região, assim como tantos outros, ligavam a terra firme ao Porto do Rio de Janeiro. Tanto para terras mais distantes, quanto as no termo da cidade<sup>84</sup>, os rios eram servidos com pequenos e médios portos fluviais, aumentavam em importância com o tempo. “Estes surgiam em vários pontos dentro da Baía de Guanabara, como no Caju, Inhaúma, Maria Angu, Irajá e Porto Velho, este último na foz do rio Merity.”<sup>85</sup>. Os portos fluviais, os engenhos de açúcar e, posteriormente, fazendas agrícolas de variadas vocações e cultivos, mostram a construção de sedes e centralidades com novos povoados, logo nos dois primeiros séculos da história colonial. Nessa linha a autora confirma a consolidação de sedes e centralidades<sup>86</sup>, embora o seu foco fosse o período Imperial. Importa que a autora destacou diversos agentes.

---

<sup>82</sup> ABREU, op. cit., 2010, V.1, p.51.

<sup>83</sup> LESSA, op. cit., 2001, p.23.

<sup>84</sup> Segundo Fridman, há diferença entre “termo” da capitania real do Rio de Janeiro e a “sede” do “termo da cidade” que compreendia seis léguas do centro do Rio até os seus arredores. Irajá estaria dentro da sede do “termo da cidade”. <sup>84</sup> FRIDMAN, op. cit., 1999, p.90.

<sup>85</sup> FRIDMAN, op. cit., 1999, p.90.

<sup>86</sup> No período colonial, com a intenção de catequizar os “povos bárbaros” e de defender militarmente seus triunfos, a metrópole e a Igreja foram responsáveis pela criação de arraiais. Na instalação das espacialidades cristãs e demais localidades, os dados revelam também a parceria com os donos de terras e de escravos, permitindo questionar a ideia consagrada segundo a qual não havendo planos territoriais no projeto ultramarino português, a consequência seria uma base urbana fraca. O programa de controle no Brasil do oitocentos também

No caso de Irajá, o contexto da cana de açúcar é determinante. Os agentes devem ser pesquisados, no caso sesmeiros, religiosos, trabalhadores livres e escravizados e todos os que se envolveram na construção do templo religioso em questão.

A Praça Nossa Senhora da Apresentação, no entorno da Igreja, representa o que restou desta centralidade, de outrora, onde a produção de engenhos e fazendas em locais foram retalhados em épocas posteriores, e hoje são bairros, como Campinho, com engenho e praça de trocas comerciais<sup>87</sup>, Madureira (Engenho do Portela), Vicente Carvalho, Pavuna, entre outros bairros, possuíam engenhos e/ou fazendas. Sabe-se que para o cultivo e execução da empresa açucareira era necessário certo número de trabalhadores como carpinteiros, oleiros, mestre de açúcar, possivelmente alguns homens livres e com certeza, muitos escravos nativos e africanos, logo a região se torna “repovoada” pela ordem mercantilista. Lembrando que esses “núcleos” estavam centralizados na administração da freguesia, isto é, no caso, da paróquia/matriz de Irajá. No que se refere à Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, não encontramos estudos acadêmicos específicos sobre esta matriz dessa primeira freguesia rural da cidade do Rio de Janeiro.

Irajá, localizada dentro do “termo da cidade”, mas precisamente na “sede do termo”, como explica Fânia Fridman, em nota de rodapé em um artigo<sup>88</sup>, expressões que na época colonial abrangia imensas regiões. Inicialmente com a designação de 3ª Freguesia criada na cidade e a 1ª Freguesia rural, é importante lembrar que a matriz de Irajá não pertencia ao “trasto da cidade”, isto é, dentro dos limites do pequeno núcleo “urbano” colonial. Irajá era essencialmente rural e fora da inicial “urbe”, mas pertencente a ela, tanto administrativamente como em uma concepção mais ampla de cidade. A extensa freguesia colonial, mesmo após sucessivas divisões, esteve ligada ao desenvolvimento da economia açucareira e envolveu-se historicamente com as divisões político-administrativas da cidade.

---

se apoiou na intencionalidade e na modelagem da “ordem” espacial com a invenção de novas sedes. FRIDMAN, Fânia. *Cartografia Fluminense no Brasil Imperial. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica/Passado Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder*. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

<sup>87</sup> MARTINS, op. cit., 2009.

<sup>88</sup> O termo da Capitania Real do Rio de Janeiro definia-se pela área delimitada entre Cabo Frio e a vila de Santo Antônio de Sá; pelo litoral, de Cabo Frio a Angra dos Reis e, pelo interior, até o rio Paraíba do Sul, perfazendo 23 léguas de norte a sul e 24 léguas de leste a oeste. **Sua sede possuía seis léguas de sudeste a noroeste e seis léguas de nordeste a sudoeste**. FRIDMAN, 2011. p.3 Grifo meu. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN\\_FANIA.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf)> . Acesso em: 29 de setembro 2020.

Irajá tornou-se uma área limite na gênese do que nomeamos de município do Rio de Janeiro. Para melhor visualização desta área é preciso agregar o conceito de “baixada geográfica”, apesar do alerta do geógrafo Marcelo Lopes de Souza<sup>89</sup> de que “[...] seria empobrecedor restringir a organização espacial tão somente à materialidade do espaço, ou seja, as estruturas diretamente tangíveis.”<sup>90</sup>, destacando a importância do social, e não apenas a materialidade da geografia física. Nessa pesquisa, vale o risco, pois trabalhar com documentos históricos que, de certa forma, mapeiam espacialidades antigas, como a de freguesia de Irajá, requer uma aproximação relativa desta grande área, com a materialidade espacial mais atual. Identificamos que a baixada de Irajá seria o que sobrou da freguesia de Irajá, após suas divisões ao longo de séculos<sup>91</sup>.

A expressão “baixada de Irajá” estende-se entre os limites da serra da Misericórdia, ladeados a Leste pela Ilha do Governador, seguindo-se até os limites dos municípios fluminenses chegamos à serra do Gericinó; sem ultrapassar a baixada de Bangu; incluindo o largo do Campinho e o bairro de Madureira. Finalmente demarcada, pela serra da Misericórdia, acha-se um espaço de planície entrecortado por rios, que compõem a baixada de Irajá. A referida baixada, contida no chamado “Recôncavo da Guanabara”, de extensão maior, que envolvia os municípios de São João de Meriti, Duque de Caxias, Nilópolis, entre outros. Para uma cartografia das terras “fluminenses” e “cariocas”, ressaltamos que o atual Estado do Rio de Janeiro contém, em suas dimensões territoriais, parte do que foi a Capitania Real do Rio de Janeiro. Atualmente, essa área, denominada baixada de Irajá compreende aproximadamente 38 bairros<sup>92</sup>, mas sua compreensão não se limita a tais aspectos, pois é uma área de confluência,

---

<sup>89</sup>SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. 1ª edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013.

<sup>90</sup> Ibid., p.38.

<sup>91</sup> ABREU, op. cit., 2010, vol.2, p.92. O autor usa o conceito de “paisagem”, para visualizar os engenhos e a produção açucareira, nomeando a área de “Irajá-Meriti” com isso desfoca as divisões da freguesia e a sede de suas matrizes: Nossa Senhora da Apresentação de Irajá(1644/47) e de São João Batista de Traiporanga (1647). Interessante observar que, no capítulo 9 - *As malhas do controle colonial*, no volume anterior, tenham dedicando-se ao tema *Multiplicam-se as freguesias*, que inclui um quadro comparativo entre as duas freguesias com datas de origem do orago e fundadores das igrejas nomeadas de matrizes. Ver: ABREU, op. cit., 2010, vol.1, p.358-354.

<sup>92</sup>Pela geografia física à grosso modo, vários bairros atuais comporiam esta delimitação de “baixada de Irajá”: Acari, Anchieta, Barros filho, Bento Ribeiro, Brás de Pina, Campinho, Campos dos Afonsos, Coelho Neto, Colégio, Cordovil, Costa Barros, Deodoro, Guadalupe, Honório Gurgel, Irajá, Jardim América, Sulacap, Madureira, Marechal Hermes, Olaria, Oswaldo Cruz, Parada de Lucas, Parque Anchieta, Parque Colúmbia, Pavuna, Penha, Penha circular, Ricardo de Albuquerque, Ramos, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente Carvalho, Vigário Geral, Vila da Penha, Vila Kosmos, Vila Valqueire, Vista Alegre.

de fluxos comerciais, de diferentes povoamentos e de marcação dos limites administrativos da cidade do Rio de Janeiro.

Relembrando o conceito de “capitalidade primeva”<sup>93</sup>, podemos reiterar através do estudo da “hinterlândia carioca” a importância do porto para a cidade e seus arredores rurais. Hinterlândia é um termo usado para definir as ligações e o trânsito entre as navegações marítimas e os portos, tendo destaque para o fluxo de transportes, cargas e pessoas. Corsino Medeiros dos Santos, em seu livro *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*<sup>94</sup>, afirma o que move, dá vida aos portos, é todo o entorno da cidade, seus caminhos e fluxos comerciais. Este trabalho interessante sobre o Porto do Rio de Janeiro, afirma que o porto dessa cidade foi um dos fatores básicos da colonização. Sua importância cresce, culminando com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, mas desde 1693 em função do ouro, o governo dessa cidade já administrava a jurisdição relativa “aos negócios das minas”. O autor alerta que considera a “hinterlândia do Porto-RJ”, bem ampliada, pois “[...] não só a Baixada Fluminense, mas toda a área dos planaltos centrais (hoje Centro-Oeste) e a Sul-Este que se estende do atual Estado do Espírito Santo até o Rio da Prata”<sup>95</sup>, o que nos dá um panorama mais amplo da força econômica de todas as regiões e suas ligações intrínsecas com a poderosa cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. Acrescentando ainda o peso histórico que representa os portos fluviais na constituição de um território específico – a “hinterlândia carioca” explicitada como área antiga<sup>96</sup>. A baixada de Irajá tem intensa relação com a Baixada Fluminense de ontem e hoje. Essa relação foi apontada por Abreu, para a geografia histórica da colônia, mas não esgotada. Nomeamos o livro *História Social da Baixada Fluminense – das sesmarias a foros de cidade*, de Walter Prado, para uma clara citação das divisões do “Recôncavo da Guanabara” em diversas baixadas:

O Recôncavo da Guanabara, mais tarde chamado Baixada Fluminense, fazia referência às áreas compreendidas entre o sopé da Serra do mar e as praias oceânicas, estendendo-se desde a foz inavegável do rio Paraíba do Sul até a ponta da rocha de Mangaratiba. Era uma área de 17.000Km<sup>2</sup>. **Com o passar do tempo e em função de**

<sup>93</sup> AZEVEDO, op. cit., 2003, p. p.45-64.

<sup>94</sup> Hinterlândia é, assim, o móvel dinâmico da estrutura do porto. E, nesse caso, este acaba se transformando num instrumento de compreensão regional, principalmente quando a ele se associa um fenômeno urbano com qualidade organizadora. É o caso do porto do Rio de Janeiro. Suas atividades refletem e espalham a sua área de dominância comercial. Assim, através do seu estudo se pode entender a atividade econômico-social de sua hinterlândia. Ver: SANTOS, Corsino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1999, p.25.

<sup>95</sup>SANTOS, op. cit., 1999, p53.

<sup>96</sup> Antes mesmos do final do século XVI, parte da hinterlândia carioca, definida pelas localidades às margens dos trinta e três rios que deságuam na Baía de Guanabara e por aqueles pertencentes às demais zonas rurais, já se dedicava à produção açucareira e a extração de madeira. FRIDMAN, 1999, p.87.

**peculiaridades econômicas, adquiriu configuração própria e foi essa área dividida em ‘Baixadas’.** A partir daí a chamada ‘Baixada Fluminense’ passou a se limitar apenas às áreas hoje ocupadas pelas cidades de Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Japeri, Mesquita, Duque de Caxias, Queimados e historicamente Magé, Guapimirim e Paracambi.”<sup>97</sup>

Utilizamos este autor, para afirmar que além de área geográfica, a baixada de Irajá, junto com as demais baixadas, adquirem “peculiaridades” tanto econômicas, com a cultura do açúcar, como particularidades sociais e administrativas, desde a época colonial. Uma igreja matriz escolhida como sede da “primeira” freguesia rural da cidade do Rio de Janeiro, é em larga medida um símbolo desse dinamismo histórico e social.

As terras de Irajá foram doadas em sesmaria, em quase sua totalidade, a Antônio de França em 14 de julho de 1568. Comentado por Vieira Fazenda na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, descreve a doação feita:

A Freguesia de Irajá, fora da área pertencente aos jesuítas, a qual terminava na Tapera de Inhaúma, foi retalhada em diversas sesmarias dadas pelos primeiros governadores do Rio de Janeiro. **Já em 14 de julho de 1568, Salvador Correa de Sá (o Velho) concedia a Antonio de França, além de terras no trasto da cidade 4.500 braças em Irajá.** Começavam elas do atual porto de M<sup>a</sup> Angu até o rio Irajá. Antônio de França foi o fundador de Fazenda Grande ou de Nossa Senhora da Ajuda, da qual em 1642, era proprietário Jorge de Souza Coutinho, a quem o governador Duarte Corrêa Vasqueantes concedia também uma ilha fronteira ao referido engenho. (...) Demais, na lista das já referidas sesmarias encontro a concedida em **1613 a Baltazar de Abreu.** Este mais tarde cedeu à **Santa Casa** terrenos de seu engenho, os quais passaram depois a outros donos. Corrobora este fato a existência de montanhas entre a Penha e Inhaúma, as quais conservam até hoje o nome de **serra da Misericórdia.** (FAZENDA, 1923, p.530-531. Grifos meus).

Antônio de França sairá de São Vicente para povoar<sup>98</sup> e produzir açúcar na região, afinado no contexto da colonização, vem em definitivo, tomar posse das terras nesta parte do recôncavo da Guanabara, dentro do termo da Cidade, com prazo definido para fazer do local, um possível aporte econômico para a época: a lavoura açucareira. Outro “sesmeiro” – Baltazar de Abreu - posterior, também toma corpo como mais um agente colonizador na baixada de Irajá. Já nas décadas finais do século XVI, estava na baixada de Irajá instalado os primeiros engenhos de açúcar, do qual, possivelmente pelo seu produto, receberia a região o seu nome. A expressão dos indígenas aos engenhos referidos pode ser o “Ira-ia-já”, o lugar que faz mel<sup>99</sup>.

<sup>97</sup>PRADO, Walter. *História Social da Baixada Fluminense: Das sesmarias a foros da cidade.* Rio de Janeiro. Ecomuseu Fluminense, 2000, p.11. ISBN: 85-901214-2-9. Grifo meu.

<sup>98</sup> O sesmeiro veio de São Vicente: ” [...] *mudando-se com fato e cabana, molher, filhos da Capitania de São V.ª*[...], Anais da B.N, edição A00082, 1962, p 17/401. Grifo meu.

<sup>99</sup> É Teodoro Sampaio quem relaciona o nome – Irajá - a produção do mel, mas há outros autores que

É provável que próximo ao engenho pioneiro, formou-se pequeno povoamento para abrigo e catequese de indígenas das “descidas” do interior do sertão, os quais, ocupando os espaços deixados pelos vencidos Tamoios (Tupinambá), formaram o primeiro contingente de mão-de-obra local<sup>100</sup>. Outro aspecto interessante da citação de Vieira Fazenda é de que possivelmente partes das terras, em 1613, foram doadas a Santa Casa de Misericórdia. Ligadas a esta região do Irajá, não apenas pelo nome da serra, mas também pela administração do cemitério municipal, séculos depois evidencia uma relação, que serve para reforçar a complexidade histórica da baixada de Irajá.

Podemos estimar que, este primeiro sesmeiro, chamado Antônio de França, em 1570, construiu e “viveu” perto do “baluarte d’El-Rei”<sup>101</sup> no alto do morro do Castelo, suas posses foram herdadas pelo Colégio dos Jesuítas. Antônio de França também foi “Oficial da Câmara da cidade do Rio de Janeiro, em 1571. Tornou-se fiador de João da Fonseca, nomeado escrivão dos órfãos, em 1569; [...] Benfeitor da Companhia de Jesus, a ela doou uma lâmpada de prata para a igreja do Colégio”<sup>102</sup>.

A historiografia é mais precisa quanto aos engenhos das “capitanias de cima”, em especial os engenhos da Bahia estudados por Antonil e Schwartz, citados por Maurício de Abreu, afirmando que podemos ter uma visão geral aproximada da organização econômica, política e social da época colonial no Rio de Janeiro, mesmo com escassas documentações. Na descrição feita anteriormente por Vieira Fazenda, mencionando diversas transmissões feitas da posse e uso da terra, no século XVII, especificamente no núcleo da baixada de Irajá, confirmam-se as marcas desse desenvolvimento<sup>103</sup> – engenhos no setecentos do Brasil colonial.

Maurício Abreu indica-nos a necessidade de ampliar diversas frentes de pesquisa sobre o papel da Freguesia rural de Nossa Senhora de Irajá, pois em sua descrição sobre o ambiente

---

sugerem que Irajá com esse significado de “onde o mel brota ou onde se faz mel”, deve-se ao contato dos nativos com a colonização, com os engenhos de açúcar; a região também era chamada de Miriti (MARTINS, 2009. P.139).

<sup>100</sup> MARTINS, op. cit., 200.

<sup>101</sup> MACÊDO, D. Leite. Trelado da Carta dos chãos das casas que ficarão de Ant<sup>o</sup> de França, Pertence ao collégio pólo deixar por erd<sup>o</sup>. In: Livro de Tombo do Collégio de Jesus Do Rio De Janeiro/Anais da Biblioteca Nacional, V82, 1962, p.61.

<sup>102</sup>BELCHIOR, E. de O. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965, p.218.

<sup>103</sup>“Se alterarmos a escala de observação, tornando-a mais ampla, podemos imaginar uma paisagem rural onde os complexos agroindustriais açucareiros despontavam aqui e ali, mais distantes uns dos outros ao fundo da baía e avizinhandando-se nas áreas mais férteis e/ou bem servidas de rios e caminhos, como era o caso, por exemplo, de **Irajá-Miriti** e do vale do Guaxindiba.”. ABREU, op. cit., 2010, vol.2, p.135. Grifo meu.

açucareiro o autor depara-se com o entreposto colonial muito desenvolvido no final do século XVII e início do XVIII, o que merece grande destaque em suas notas de rodapé. Faz, então, uma pequena descrição detalhada, que envolve os anos de 1667, 1686, 1695 e 1711, a partir de apenas quatro informações encontradas sobre o “Paço de Irajá”. São recibos do Mosteiro de São Bento e documentos cartoriais de arrendamento e doações de herdeiros. Sabemos da existência desse espaço de grande importância para o estoque e embarque das caixas de açúcar, no porto fluvial de Irajá em direção ao porto da cidade pela Baía de Guanabara:

E por possuir um depósito imponente, com – **altos e baixos e casa de vivenda adjacente**, então conhecido como **Paço de Irajá**,<sup>276</sup>[...] sabemos também que as caixas eram enviadas ao Paço tão logo ficavam prontas para o transporte, o que indica que o movimento de carros de bois se deslocando na estrada que demandava o porto era contínuo ao tempo da safra da safra. [...] Sabe-se assim que em 1686, Manuel arrendou ‘o paço de receber açúcar de Irajá’ por três anos a Domingos Duarte de Carvalho, **‘desde a casa de vivenda de sobrado até o mar e os baixos da dita casa’** pelo valor de 80\$000 anuais.<sup>104</sup>

Nireu Cavalcanti, arquiteto, sensível à importância das construções, fez um paralelo entre as edificações comerciais e as diferenças sociais; entre os comerciantes miúdos (retalhistas), os comerciantes de “grosso trato” ou de “sobrado” como os importadores e exportadores de grande cabedal e os “capitalistas” que viviam de seus “bens e rendas”<sup>105</sup>.

Embora a observação tenha sido feita para lojas e sobrados na cidade e não para a área rural, como Irajá, assim mesmo podemos acompanhar as diferenças sociais. Podemos deduzir que a fundação ou escolha, sobre o papel da Matriz de Irajá como sede da Freguesia rural de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá era também fruto do desenvolvimento econômico de uma região, servida de porto fluvial, com fluxos comerciais de grande expressão, no setecentos. Os caminhos eram muitos, os fluviais e os terrestres, pouco a pouco são consolidados pelo uso, já aproveitados de antigas rotas nativas e novas construídas por diferentes componentes da sociedade colonial:

Antonil descreve em seu primeiro livro *Cultura da Opulência do Brasil*, publicado por volta de 1711, **o Caminho novo, talvez antes da variante Proença**, e Calógeras, em Minas do Brasil, identifica os principais pontos de passagem: **saindo do Rio passava sucessivamente em Irajá, no engenho do Alcaide-Mór Thomé Correa que devia ficar nas proximidades de Meriti**, no pôrto do Nóbrega em Iguaçú, e daí no sítio de Manuel do Couto, provavelmente nas cabeceiras do rio Morobaí, hoje

<sup>104</sup> ABREU, op. cit.,2010, vol.2, p.135. Grifo meu.

<sup>105</sup> Como arquiteto chama-me atenção para o fato de que essa distinção tenha se reproduzido no uso que faziam das edificações preexistentes para abrigar os estabelecimentos comerciais correspondentes. Assim, do ponto de vista da tipologia da edificação ou de seus pavimentos, a ‘loja’ [...] significava, além do espaço utilizado para a oficina ou a venda de mercadoria de comerciantes retalhistas, o pavimento térreo de um sobrado ou a edificação térrea de apenas um pavimento, com acesso direto à rua [...] Era bem menor e mais modesta que um sobrado, geralmente utilizados por comerciantes de grosso trato. CAVALCANTI, op. cit., 2004, p.76.

Pilar, no sopé da serra do mar, entre a Serra do Tinguá e da Estrela [...] Daí, serra acima, até os "Pousos Frios", [...].<sup>106</sup>

Observa-se a ligação centro do Rio - Irajá, como saída para outras áreas mais distantes e a ligação com Pilar, hoje no município limítrofe de Duque de Caxias, bem como com e a subida das serras em direção à região das Minas. O contexto da mineração amplia o contato da baixada de Irajá com outras regiões no interior do país.

O principal porto da colônia, na Praça XV, era abastecido com alimentos, olaria e caieira, da baixada de Irajá, estava se configurando como grande centro de abastecimento e receita econômica da Cidade do Rio de Janeiro. Lembramos ainda a importância das trocas, pelo porto da cidade do Rio de Janeiro e sua hinterlândia carioca<sup>107</sup>, em relação ao ouro de Minas Gerais, a prata do Potosí e a entrada de imensos contingentes de escravos africanos, base da sociedade colonial luso-brasileira, a partir de 1550<sup>108</sup>, com a vinda da primeira "partida de escravos africanos" ao porto de Salvador/Bahia, que se estenderá ao Rio de Janeiro.

O Ato Adicional à Constituição, Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, deu autonomia administrativa à Província Fluminense, ao dotá-la de Assembleia própria, criou-se para o Município da Corte uma estrutura especial, que o ligava diretamente ao Ministro do Império. Situada nos arrabaldes do Município da Corte, a freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, no início do século XVIII, era composta de grande número de fazendas de cana-de-açúcar. Outras divisões ainda foram efetuadas, na longa extensão da freguesia de Irajá, o que pouco mudou na composição espacial da freguesia de Nossa da Apresentação, a ser constituída hoje, basicamente, pela baixada de Irajá, assim se mantendo até o final do século XIX, quando, com o advento República e a dissolução do vínculo religioso, o governo da cidade, então Distrito Federal, passa a condição administrativa, em toda a sua extensão, à condição de Distrito de Administração Municipal.

A polêmica sobre os Limites do Distrito Federal após a Proclamação da República é feita por Vieira Fazenda, que defende, com argumentos históricos, que esta área de Irajá (bairro) até a Pavuna (bairro) estava ligada à formação da cidade do Rio de Janeiro e não deveriam ser entregues ao Estado do Rio de Janeiro: Relembra as doações de sesmarias a

<sup>106</sup> TELLES, Augusto C. da Silva. *Vassouras: Estudo da construção Residencial e Urbana*. In Nº 16, Rio de Janeiro: Revista do IPHAN, 1968, 14.p. Grifo meu.

<sup>107</sup> Hinterlândia, usada aqui para destacar os limites da baixada de Irajá que é tributária de fluxos comerciais, sociais, políticos e culturais deste à época colonial da formação da "Hinterlândia Carioca" que compreende uma região maior, e contém a baixada do Irajá. Sobre essa configuração suburbana ver: LOPES, Nei. *Dicionário da Hiterlândia Carioca: Antigos subúrbios e zona rural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

<sup>108</sup> AZIZ et al, 1999, p.448.

Antonio de França, em 1568 - que iriam do porto de “Maria Angú” até o rio Irajá, próximo mas fazendo limites de antiga freguesia com o rio Meriti. Vieira Fazenda defende que as terras entre o rio Irajá e Meriti, onde fica parte do bairro atual da Pavuna, fossem do Distrito Federal, em provável disputa com o Estado do Rio. Corroborando para que a baixada de Irajá tenha um peso na delimitação da antiga Capital da República. O que importa é chamar a atenção para a data de 1568 e a afirmação que este sesmeiro fundou a fazenda Grande, ou a de Nossa Senhora da Ajuda. E mais, em outro texto, no mesmo livro, confirma terras doadas no centro da cidade: “Pouco tempo depois de estabelecida a cidade, no morro do Castello, concedia Salvador Correia, em 14 de julho de 1568, a Antônio de França, além de terras no *trastoda cidade*, 1.500 braças, em Irajá.”<sup>109</sup> É bom frisar que o próprio autor registra o tamanho da sesmaria de forma diferente: de 4.500 braças para 1.500 braças, o que não implica na importância do espaço em questão e sim a necessidade de novas pesquisas.

El-Kareh, no artigo *Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX*, explicita que o termo usado para se referir aos arredores da cidade, era o termo “arrabalde”, que vem do árabe “ar-rabad”, significando cercanias da cidade. Alerta que a palavra “subúrbio” tem já uma carga pejorativa, não só no português<sup>110</sup> mas também em francês.

A ênfase na baixada de Irajá é uma escolha necessária, pois a região está inserida em várias definições do século XIX como arrabalde, depois subúrbio, periferia, Zona Norte, com várias conotações. São mudanças na linguagem, na fala e escrita, instigantes para o desafio histórico e sociológico, como atesta o trabalho de Nelson da Nóbrega Fernandes, no livro *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*:

Procurando o significado da categoria subúrbio ao longo do século XIX em diversos discursos sobre a cidade do Rio de Janeiro, encontramos aquela representação genérica das circunvizinhanças da cidade, não havendo, por outro lado, sua identificação com uma condição de desprestígio social. Muito ao contrário, o subúrbio estava associado à aristocracia e a uma ativa vida econômica e social.<sup>111</sup>

<sup>109</sup> FAZENDA, José de Vieira. *Limite entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Revista do IHGB, 1905, p52-53.

<sup>110</sup> [...] **sub** implica a subalternidade que as aglomerações que compõem o entorno da cidade estabelecem com ela. Em francês, **balieue** designava o território situado num raio de uma légua (**lieue**) em torno da cidade e que estava submetido a sua jurisdição (**ban**). Mas **ban** era também uma condenação ao exílio, à expatriação, daí o verbo banir. Ver em: EL-KARED, Almir Chaiban. *Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX*. In: 150 Anos de Subúrbio Carioca. FAPERJ/UFF/ Lamparina, Rio de Janeiro, 2010, p.19.

<sup>111</sup> FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto ideológico da Categoria Subúrbio – Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011, p.53.

Não será parte dessa dissertação um aprofundamento sobre Irajá como pertencente à construção dos espaços do “subúrbio carioca”, mas apenas a contextualização de que como uma “região suburbana”, das mais antigas da cidade, passou por diferentes interpretações histórias.

#### **1.4 As marcas do tempo na matriz de Irajá**

Utilizamos como registro da igreja a publicação da Revista Rio Ilustrado 1936/37 – Biblioteca Nacional. Encontradas as edições de 1924 até 1939. Um rico material para a pesquisa sobre o subúrbio carioca em tom memorialístico e de propaganda. Enfatiza a “longevidade” de séculos do templo em comparação ao avanço da urbanização: “tradição/modernidade” (Irajá/Madureira), relatando a vida de vários bairros, ambos destacam-se, pois há intenção direta de promoção do espírito público do Estado. São registros que traçam comparações arquitetônicas variadas também para o pertencimento na política “nacionalista” de Vargas. Interessante que se tornou uma fonte iconográfica da década de 30, do século XX, de bairros pouco documentados no Rio de Janeiro.

A revista tem várias reportagens sobre o templo católico, com relatos e fotos. Títulos das reportagens que contrapõem bairros da antiga freguesia de Irajá, com a “longevidade” histórica de sua matriz. Madureira como o local do novo e da expansão moderna, a Penha como suas celebrações ainda sob a denominação de “Nossa Senhora Penha de França de Irajá”. Encontramos também registros fotográficos da matriz de Irajá, formando um conjunto iconográfico, pequeno, mas interessante. A partir desta iconografia observamos a sociabilidade em volta do coreto da matriz, a permanência de áreas livres de habitações urbanas. Durante um bom período da pesquisa foram as fotos mais antigas deste templo que encontramos, de sua visibilidade externa:

Figura 1 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação do Irajá em 1937



Fonte: Revista Rio Ilustrado de 1937 – Biblioteca Nacional – RJ.

Podemos verificar, que na década de 30, do século XX, a antiga matriz de Irajá, já mostrava-se concluída por diferentes etapas de construções. As últimas janelas marcaram uma nova fase de construção diferenciada da nave, suportada lateralmente pelos “portantes” ou “gigantes”. Inteiros na lateral esquerda da igreja e pouco delineados na lateral direita. Esses elementos arquitetônicos ora são vistos como robusteza de uma arquitetura talvez militar, segundo a Revista Rio Ilustrado, ora a largura de suas paredes evocam construções de períodos iniciais das colônias portuguesas.

Figura 2 - Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Revista Rio Ilustrado – 1937.



*Igreja de Irajá, velho templo secular de 1613. Foto da coleção do Major Timóteo, comandante do 1.º Grupo de Artilharia de Montanha do Campinho.*

Legenda: Abaixo da foto lê-se: “Igreja de Irajá, velho templo secular de 1613.” -”Foto da coleção do major Timóteo, comandante do 1º Grupo de Artilharia de Montanha do Campinho”.

Fonte: Revista Rio Ilustrado, 1937.

As fotos acima servem para situar o leitor, visualmente sobre o patrimônio pesquisado e perceber as referências dadas pela revista. Interessante que os subtítulos agregam novos espaços além do entorno da igrejinha. Campinho agrega também os referenciais de Cascadura, Jacarepaguá e Madureira, existindo até hoje entre esses bairros.

Pesquisar sobre o passado envolve dúvidas, reflexões e olhares interpretativos múltiplos que só podem partir da vivência no tempo/espaço de cada historiador. O seu ofício exige uma elaboração interpretativa e discursiva sobre tempos remotos que foram, um dia, o presente de agentes sociais em amplas redes de relações sociais. História também é composta por conceitos articulados metodologicamente pelas escolhas e experiências vividas pelo historiador, a partir das fontes selecionadas e ampliadas no diálogo com seus pares e/ou futuros leitores. Le Goff, em seus primeiros capítulos de *História e Memória*, deixa claro que a responsabilidade foi delegada” [...] aos profissionais científicos da memória, antropólogos, historiadores, jornalistas, sociólogos, fazer da luta pela democratização da memória social um dos imperativos prioritários da sua objetividade científica.”<sup>112</sup>. O “papel social” da História diretamente conectado com as relações passado/presente. Referindo-se a essa dinâmica, Le Goff reitera que o termo História pressupõe inevitavelmente o contemporâneo: “Marc Bloch propôs também ao historiador, como método, um duplo movimento: compreender o presente pelo passado, compreender o passado pelo presente”<sup>113</sup>.

Vale citar o trabalho de Chaon<sup>114</sup> sobre os altares, as missas e as vivências leigas da fé católica no Recôncavo da Guanabara por volta de 1750-1820. Sobre as intensas experiências vividas pelos fiéis católicos, conclui a existência de redes de sociabilidade religiosa, seja nas práticas públicas (eclesial) ou privadas (de ação direta dos leigos), sem que uma categoria exclua a outra. Atesta que os locais onde os católicos se encontravam, havia a produção de fortes espaços de convívios em um mundo traçado pela hierarquia patriarcal e as regras sociais ainda pautadas no Antigo Regime. Pesquisa os altares e os seus usos, atento aos diferentes agentes religiosos. Foca a vivência leiga, não a vida eclesiástica. Este autor avalia de grande importância das matrizes de freguesia (com altares públicos) e as capelas privadas localizadas nos engenhos, mas não exclusivo a família do senhor, visto que parentes, visitas e alguns

---

<sup>112</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990, p.477.

<sup>113</sup> LE GOFF, *ibid.*, 1990, p.223.

<sup>114</sup> CHAON, Sérgio. *Os Convidados Para A Ceia Do Senhor: As Missas e a Vivência Leiga do Catolicismo na Cidade do Rio de Janeiro e Arredores (1750-1820)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

escravos podiam assistir às celebrações. Capelas privadas e os oratórios (“altares domésticos”), só estavam ao alcance de uma pequena parte da população branca e bem-nascida. Recursos materiais necessários, trâmites burocráticos e licenças das autoridades da igreja faziam desta “elite” poderosos agentes leigos da fé católica. Oratórios como manifestação social da fé: “Os oratórios externos se caracterizavam por nichos, preferencialmente em esquinas, onde se colocava a imagem de um santo e ali acorriam os transeuntes na hora das orações, demarcada pelos sinos da igreja”<sup>115</sup>, ganham cada vez mais importância para vida em sociedade.

As igrejas, em especial as matrizes marcam espaços de sociabilidades. É importante, também trilhar as citações que envolvem diferentes templos católicos, no início do século XVIII, onde estava inserida a matriz de freguesia Nossa Senhora do Irajá, na área Norte da capitania real do Rio de Janeiro, precisamente em 1723, seguindo os registros do Santuário Mariano. O foco deste livro são as devoções marianas, descreve as festas existentes, origens das devoções e seus apoiadores naquele mundo colonial.

Procuramos dar a ênfase nos registros que apontam indicações espaciais das devoções marianas, já consolidadas em Portugal e na colônia lusa na primeira metade do século XVIII. São muitos os títulos de referência a “Nossa Senhora”, e reconhecemos pelo menos cinco devoções ligadas ou nomeadas com a toponímia – Irajá ou Irayá. Há também as expressões “Campo de Irajá” e pela descrição podemos suspeitar do tamanho extenso desta freguesia:

1-Nossa Senhora do Desterro: No registro deste templo, é possível confirmar a procedência das rendas do fundador, e ambientação do mundo colonial explicitada nesta citação: “No tempo presente tem hum Ermitão homem honrado, [...], à qual há muytos anos que assiste a Senhora, [...]; porque tem hum curral de gado nos campos do Irayá, partido de caña, escravos e tudo em terra própria da Senhora [...]”<sup>116</sup>

2-Nossa Senhora da Penha, fundada pelo Capitão Baltazar de Abreu Cardoso. Podemos observar que essa referência sobre o fundador da Igreja da Penha, usada pelo autor do livro *Santuário Mariano*, repete-se em outro autor, mais de meio século depois: ” [...] distante duas léguas, em que Baltazar de Abreu Cardoso edificou no cume de um rochedo altíssimo e só acessível por um lado”<sup>117</sup> como consta em Monsenhor Pizarro no livro intitulado as Memórias Históricas do Rio de Janeiro – Tomo III, da Imprensa Régia de 1820, confirmamos que no passado a igreja da Penha estava administrada pelo clero da matriz de Irajá. Hoje elevada ao

---

<sup>115</sup> TEIXEIRA, op. cit., 2015, p.84.

<sup>116</sup> SANTA MARIA, op. cit., 1723, vol.10, p.13.

<sup>117</sup> ARAÚJO, op. cit., 1820.

status de Santuário Mariano, a igreja da Penha, compartilha sua história com a freguesia de Irajá.

3-Nossa Senhora da Conceição de Iray. Fundador Ignácio Rangel Cardoso, e cuidada por Joseph Pacheco, com festa em oito de dezembro. A toponímia localiza a igreja na freguesia de Irajá.

4-Nossa Senhora do Rosário do caminho de Irayá. Situada no Engenho de Antônio Machado. Observamos a importância da matriz de Irajá como referência espacial e ligações administrativas e religiosas prováveis, somando quatro referências marianas com a localidade Irajá.

5- “Nossa Senhora da Apresentação do Bayrro de Irayá”. Nota-se a grafia diferente de “Apresentação”. Descreve duas festas para Nossa Senhora do Rosário, uma dos moradores mais bem situados e outras dos cativos, além da festa da padroeira no dia 21 de novembro. Nesta pequena amostragem, queremos mostrar a importância da freguesia através da sociabilidade católica, como testemunha de sua história como matriz da freguesia de Irajá. Sem esquecer “as armadilhas impostas pelas toponímias”<sup>118</sup>, como aconteceram com vários cronistas e historiadores, sobre logradouros no centro do Rio. Abreu alerta para a importância das “localizações aproximadas”, como indicativo histórico e de memória.

Os vários órgãos relacionados ao Irajá além da matriz, e a palavra “bayrro”, única entre as localizações até onde foi a citação neste trabalho, chamaram a atenção. Interessante o nome - bairro – a que se pesquisar mais a escolha do termo usado, considerando importante a afirmação de que em vários títulos das demais devoções, encontra-se a observação do próprio autor de que foi guiado por relatos do padre Mestre Frey Miguel de S. Francisco, na sua relação de devoções existentes naquele tempo. Fato que corrobora, nas notas de rodapé, do livro *Vínculos do Fogo*, de Alberto Dines, em que comenta sobre o livro *Santuário Mariano*: a data é de 1713, e frei Agostinho de Santa Maria, não veio ao Rio de Janeiro, ele era natural da Espanha, o que explica a forma de escrever “Irayá”, além de nova informação de que escreveu através de relatos de outros: “Jamais estive no Brasil, seu informante foi frei Miguel de São Francisco”<sup>119</sup>

---

<sup>118</sup> ABREU, op. cit., 2010, p.304-305.

<sup>119</sup>DINES, A. *Vínculos do Fogo* – Antônio José da Silva, o Judeu e Outras Vítimas da Inquisição em Portugal e no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro: Banco Safra, 1992, p.240.

Sabemos ser a mesma Igreja de Irajá pelas relações que estão explícitas no livro mariano, que usa também a mesma Igreja – do "Bayro de Irajá" para localizar outras, com nomes conhecidos de lugares e oragos confirmados também na leitura de Monsenhor Pizarro.

Chama atenção a ênfase dada a riqueza do lugar, reiterada na descrição das irmandades na primeira metade do século XVIII, já como Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: "Há nesta Igreja muitas Irmandades, e entre elas duas do Rosário, uma dos brancos outra dos pretos, e cada uma destas Irmandades faz sua festa particular **com muita grandeza e fervorosa devoção.**"<sup>120</sup>

Interessante comparar que em época posterior, aproximadamente 1794, fins do XVIII, Monsenhor Pizarro descreve a existência de sete irmandades, mas faz críticas a quase todas.

1ª - Irmandade do Santíssimo Sacramento viva apenas na Semana Santa; a 2ª – Irmandade de Nossa Senhora da Apresentação, "**amortecida**"; 3ª – Irmandade de São Miguel "**quase extinta**"; a 4ª – "**a da S.<sup>ra</sup> do Rosário nos m.<sup>mos</sup> termos, ou ao menos esquecida dos seus deveres**"; a 5ª - de São Benedito, anexa a do Rosário; a 6ª - Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, "**decadente**" anexa também a do Rosário e por fim a 7ª – Irmandade da N. S. do Amparo, "**morta de todo**".<sup>121</sup>

Comparando essas duas fontes, já conhecidas: Santa Maria e Monsenhor Pizarro, nota-se a diferença de descrição. Riqueza do início e decadência ao fim do século XVIII, que deveria chamar atenção para a historiografia do século XVIII e o bem cultural estudado. Nota-se uma péssima avaliação sobre a atuação das irmandades em Irajá, por volta de 1794, feita por Monsenhor Pizarro<sup>122</sup>. Descrição que pode ser problematizada historicamente, visto que em 1723, a descrição é completamente diferente, registrada no *Santuário Mariano*, mas de qualquer forma o número de irmandades era bem significativo do que foi a importância e dinamismo da matriz de Irajá do crescimento colonial da região, na passagem do século XVII para o XVIII.

No artigo de Nancy Regina Mathias Rabelo, com o título *Fé Negra em Espaço Branco: Esculturas Religiosas do Rosário no Território Fluminense Colonial*, citado acima, faz também uma breve conclusão de que o orago de Nossa Senhora do Rosário (protetora dos cativos),

<sup>120</sup> SANTA MARIA, op. cit., 1723, vol. 10, p.51. Grifo meu.

<sup>121</sup> ARAÚJO, op. cit., 2008, p.61. Grifos meus.

<sup>122</sup> Galdames, alerta que "(...) ao analisarmos as Memórias Históricas, percebe-se que ela se resume à transcrição das Memórias Eclesiásticas, feitas por ordem de D. Fr. Antonio de Guadalupe, e das visitas pastorais, (...)foi a partir do trabalho executado enquanto visitador do bispado que Mons. Pizarro pode vislumbrar a possibilidade de escrever as Memórias Históricas do Rio de Janeiro, e, com elas receber mais privilégios particulares para si e para sua família, além de distinguir-se em meio a uma sociedade que estava começando a descobrir a possibilidade de escrever com uma certa liberdade." GALDAMES, op. cit., 2007, p.40.

culturalmente ligada aos fiéis de matriz afrodescendente, mesmo sendo popular em inúmeras capelas, igrejas e irmandades com largo uso de sua simbologia estatutária, extremamente disseminada no mundo colonial português; não se constituiu em uma Matriz, com freguesia, com limites administrativos, sob a proteção de seu orago. Segundo a autora do artigo a Nossa Senhora do Rosário é a segunda santa mais popular perdendo apenas para padroeira do mundo português, a Nossa Senhora da Conceição. “Apesar de constar em quase todas as freguesias irmandades devotadas à Nossa Senhora do Rosário, a protetora dos cativos não teve nenhuma igreja matriz e território correspondente sob sua proteção nas localidades visitadas pelo cônego Pizarro no Rio de Janeiro,”<sup>123</sup>

Inversamente, Nossa Senhora da Apresentação do Irajá é uma devoção pouco conhecida, mas é elevada à matriz e sede de uma imensa freguesia rural, o que reforça a dedução de sua importância quanto ao poder temporal e das condições da vida material do espaço sob sua jurisdição espiritual e temporal. A estrutura social e política colonial escravocrata permeia de diferentes formas a constituição da sociedade e a religião. Encontramos várias referências sobre a matriz de Irajá, mas diluída em várias temáticas, que corroboram com as fontes já citadas, revelando inclusive a situação de descaso de seu patrimônio sacro. Um exemplo dado pela mesma autora, aponta a inexistência da imagem santa de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Rosário, na matriz de Irajá, após décadas relembra: “Existia nesta matriz as irmandades do Rosário e também a de São Benedito, [...] sem cumprir seus deveres em relação ao orago. A imagem mariana não foi encontrada no atual acervo, tendo sido citada no rol do cônego.”<sup>124</sup>

Sobre as questões levantadas pela autora, não podemos avaliar, mas nesta pesquisa encontramos três ilustrações, de arte sacra: uma do século XVII e duas do XVIII, no livro das Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro e Araújo, já citado, e organizado pelo INEPAC/2008. As obras existem e estão no Museu de Arte Sacra da Arquidiocese do Rio de Janeiro: uma imagem de Nossa Senhora da Lapa – século XVII, outra duas de São Miguel Arcanjo – século XVIII. São duas estátuas diferentes, todas de procedência da Igreja Nossa Senhora da Apresentação do Irajá. Estas imagens serão comentadas em capítulo 3 deste trabalho.

Observaremos com mais detalhe a imagem da padroeira. Na igreja atual, persiste a “Nossa Senhora da Apresentação de madeira policromada e dourada, século XIX [...]”<sup>125</sup>.

---

<sup>123</sup>RABELO, Nancy Regina Mathias. *Fé Negra em Espaço Branco: Esculturas Religiosas do Rosário no Território Fluminense Colonial*. ANPUH, Natal/RN, p. 14, 2013.

<sup>124</sup>RABELO, op. cit., 2013, p.7.

Devemos lembrar que essa invocação de Maria, na fotografia abaixo, remete a iconografia na fase da juventude:

Figura 3 - Imagem de Nossa Senhora da Apresentação, exposta na igreja de Irajá



Fonte: Arquivo pessoal.

Notamos que esta representação de Maria jovial não incluiu o menino Jesus.

Teodoro de Faria<sup>126</sup>, bispo emérito de Funchal, em seu livro *Maria, mãe de Jesus* fornece informações sobre a fé e a história dos marianos (seguidores do culto à virgem Maria). Este livro explica do ponto de vista de um representante da Igreja, o desenvolvimento dos louvores, os símbolos e as manifestações de diversos oragos, com nomes de Maria.

Geralmente conhecidos como Nossa Senhora, difundiram-se em vários pontos geográficos do mundo. O livro teve origem jornalística, em uma coluna dominical chamada *Pedras Vivas*, publicadas no Jornal da Madeira, em Portugal. Eram temas sobre *Maria no Mistério de Cristo e da Igreja* (2010-2011). Ressalta a orientação do Vaticano, para o vínculo Maria-Mãe, de Jesus, do Salvador, de Deus, reforçando o papel de Mãe piedosa, em consonância com o fundamento religioso da Santíssima Trindade.

---

<sup>125</sup>ARAÚJO, op. cit., 2008, p. 59.

<sup>126</sup> FARIA, Teodoro de. *Maria, Mãe de Jesus*. Portugal: Ed. Paulinas, 2011.

A tradição do culto a Maria remonta do Oriente, “A Ave-Maria, como se professa hoje, provém das orações mais antigas do ofício de bizantino.”<sup>127</sup> Aproximadamente no ano de 431, após o Concílio de Éfeso esta prática cresceu imensamente, pois Maria de Nazaré foi oficializada como “Theotokos” (Mãe de Deus), com festas tradicionais em datas fixas de acordo com a cronologia católica: Imaculada Conceição (8 de dezembro); Natividade (8 de setembro); Apresentação no Templo (21 de dezembro); Anunciação (25 de março) e Assunção (15 de agosto). As festas resumem um traçado quase biográfico: a imaculada concepção; o nascimento; o ritual de passagem para a idade adulta; o anúncio da fecundidade e a morte com a redenção. Através de orações, cânticos e hinos antigos, a tradição popular foi reforçada, citando em destaque: “Ave Maris Stella”, “Salve Rainha” (século IX), “Stabat Mater” (século XII), o “Magnificat” e o Rosário, de complexa formação, vinda da idade Média. Através da narrativa do bispo, acessamos uma gama de significados e relações que ampliam a importância do orago de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá<sup>128</sup>, pouco estudado como possível ícone de uma longa cultura popular, de ligação israelita e seus elos com a historiografia colonial brasileira. Relacionado à figura de Maria, ao Templo de Jerusalém e ao Oriente, tem como fonte de registros os livros apócrifos, os quais o Bispo não usa o nome “evangelhos apócrifos”, afirma que são livros não reconhecidos como sagrados e canônicos, pela Igreja Católica, mas tem sua importância, nas datas de memória<sup>129</sup> da igreja e da História. Podemos seguir, no capítulo 2.3 *Referências da matriz de Irajá: história e memórias inconclusas* desta dissertação, algumas relações feitas entre diferentes autores, que reforçam o envolvimento dos judeus convertidos ou dos cristãos-novos, ligados a baixada de Irajá e ao Recôncavo da Guanabara, em especial parte da Baixada Fluminense (São João de Meriti e Duque de Caxias). A memória dos cristãos-novos na historiografia da cidade envolveu a freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá.

---

<sup>127</sup>FARIA, op. cit., 2011, p.30.

<sup>128</sup> Não confundir com Nossa Senhora do Rosário, que está na matriz de Nossa Senhora da Apresentação em Natal. Ver: OLIVEIRA, Hélio de. *Nossa Senhora da Apresentação: um resgate estético para a cidade de Natal*. RJ: Ed.Terceirize. 2003, p. 123.

<sup>129</sup> Os apócrifos exerceram grande influência na história da Igreja, na liturgia, na espiritualidade, na arte, na literatura. É por meio deles que sabemos os nomes de Ana e Joaquim, pais de Nossa Senhora, da **Apresentação de Maria ao templo** e do privilégio de tecer com outras meninas o Véu do santuário” (...) A liturgia fixou esta festa, na proximidade do advento, a 21 de novembro. (...) No ano de 543, foi dedicada a Nossa Senhora, em Jerusalém, a maior basílica chamada “Nea”, Santa Maria a Nova, para celebrar a Apresentação de Maria ao Templo, festa que depois se estendeu a toda a Igreja. (...) A festa, ou a memória da Apresentação de Maria ao Templo, continua atual para os nossos tempos. FARIA, op. cit., 2011, p 67 e 69. Grifo meu.

## 2 MEMÓRIA: A SÉ DA ROÇA

O patrimônio da Igreja Nossa Senhora da Apresentação, centralizada nos antigos “Campos de Irajá”, pode indicar em sua história, nuances dos conceitos de “monumento/documento”, relações que precisam ser ampliados. Foi chamada de a “Sé da roça”<sup>130</sup> pelo primeiro e único conde de Irajá. Nascido em 17 de março de 1798, na cidade do Recife, de família tradicional, recebeu o nome de Manuel do Monte Rodrigues de Araújo. Faleceu em 11 de junho de 1863 na cidade do Rio de Janeiro. O bispo e depois conde foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o que demonstra um trânsito intelectual, além do religioso.

O registro da possível fala do bispo foi feita por Vieira Fazenda<sup>131</sup>, que ao escrever sobre a igreja da Penha<sup>132</sup> inseriu um pequeno comentário sobre a matriz da freguesia de Irajá: “[...] que, mais tarde reformada pelo padre João de Barcellos Machado. É hoje a de Nossa Senhora da Apresentação, orago da freguesia e do templo. que o conde de Irajá chamava a sua **Sé da roça.**”<sup>133</sup> Talvez, na época do autor, não precisasse explicar que a igreja da Penha era a de Nossa Senhora da Penha de França de Irajá, capela ligada à freguesia de Irajá, pois o comentário é inserido sem prévias no texto do autor. No meio do texto, que descreve um pouco das festas da Penha, surge um parágrafo sobre a igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, com a frase evocativa das memórias rurais e da existência da matriz de freguesia, apelidada de

---

<sup>130</sup>FAZENDA, José de Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Revista do IHGB, Tomo 86, vol.140. 1919. Imprensa Nacional, p.42, 1921. Grifo meu.

<sup>131</sup> José Vieira Fazenda nasceu no Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1847 e faleceu em 19 de fevereiro de 1917. Formou-se na Faculdade de Medicina em 1871. Exerceu a medicina, a partir de 1872, em algumas instituições como o Hospital da Santa Casa, no centro da cidade e o Hospital São João Batista, em Botafogo. Foi Intendente Municipal, pela Freguesia de São José; no período 1895/1896. Em 1898, assumiu o cargo de bibliotecário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nele permanecendo até falecer. Sua obra principal são as *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, entre outras pesquisas e publicações. Suas crônicas publicadas na imprensa fazem parte do acervo do IHGB. TAPAJÓS, Vicente. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, vol. 4 – Sócios falecidos entre 1881/1920, 1993.

<sup>132</sup> Nossa Senhora da Penha de França, no Rio de Janeiro, era a terceira capela citada por monsenhor Pizarro, da qual distanciava da matriz de Irajá em menos de uma légua e meia. Ver: ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, 1753-1830. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da Arte Sacra Fluminense*. Concepção e Coordenação Marcus Antônio Monteiro Nogueira. 1ª.Ed. Rio de Janeiro: INEPAC, p. 62, 2008.

<sup>133</sup> Destacamos a citação de Vieira Fazenda, em seu livro, *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*, no início do século XX: FAZENDA, 1921, p.42. Grifo meu.

a “Sé da Roça”, pelo citado bispo. Essa citação nos motivou a buscar e refletir sobre as relações de História e Memória ligadas ao nosso objeto: a igreja de Irajá.

Seguiremos as reflexões sobre a relação entre História e Memória para destacar registros, que ao longo do tempo, possibilitaram pensar a matriz de Irajá como patrimônio histórico. Foi mencionada por alguns cronistas e historiadores, além de notícias na imprensa, até o seu tombamento em 1994.

Notamos que essas referências da igreja de Irajá são em menor quantidade que as da igreja da Penha. Interessante lembrar que foi preciso pinçar a informação da matriz, dentro do texto de sua ex-capela, não só mostrando ligações entre elas, mas situando a igreja de Irajá como uma matriz de freguesia responsável por outras capelas e oratórios. A relação da “igreja da Penha” popularmente conhecida com a “igreja de Irajá” foi mencionada no capítulo 1.4 As marcas do tempo na matriz de Irajá. A expressão “Sé da Roça” abarca um registro de memória da antiga sede da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá e da ambientação do local em meados do século XIX.

## 2.1 Documento e Monumento: formas de abordagem de Jacques Le Goff

A reflexão entre história e memória se faz necessária para instrumentalizar o percurso do objeto escolhido, através das várias camadas do tempo. A igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá pode ser analisada através da história “oficial”<sup>134</sup> como um patrimônio histórico municipal pelo IRPH<sup>135</sup>. Consolidado no ato oficial municipal do tombamento de 1994, embora a trajetória do bem cultural não se esgote neste evento. Através da relação entre a lembrança e o esquecimento, pares inseparáveis da memória na constituição desse percurso histórico, podemos observar as diferenciações entre “documento e monumento” feitas por Le Goff, úteis para repensar este patrimônio religioso, imbricado com a vida civil.

Jacques Le Goff foi um importante historiador francês, nascido em Toulon, em 1924, e falecido em 2014 aos 90 anos, após uma longa trajetória de participação na Escola dos *Annales*.

---

<sup>134</sup> Atos e eventos ligados a administração das esferas públicas e governamentais, no caso o tombamento liga-se a antiga Secretaria Municipal de Cultura e suas divisões internas: SMC/DGP/DCP. Hoje esses órgãos foram absorvidos pelo IRPH-Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, ligado à formulação das políticas públicas e diretrizes do gabinete do Prefeito, quando foi criado o órgão.

<sup>135</sup> “Através do Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012, que dispõe sobre o RIO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE fica criado o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, ratificado pela Lei 5547 de 27 de Dezembro de 2012, como órgão estruturado no Gabinete do Prefeito.” Disponível em: <<https://www.rio.rj.gov.br/web/irph/competencias>>. Acesso em: 7 de agosto 2020.

Movimento intelectual que se tornou hegemônico como corrente historiográfica na França, no contexto posterior à II Guerra Mundial. Esta formação, após a necessidade de explicações as crises vividas no século XX, levou uma ampla geração de historiadores a seguirem, quase um “modelo”, que privilegiava a “longa duração” e o foco “econômico e social”.

Essa hegemonia da Escola dos *Annales* significou um processo de ruptura com o modo de fazer história tradicional, presente desde o século XIX, com a exaltação do Estado, de grandes nomes e heróis, com forte foco no particular, no factual e em conjunturas descritivas, cronológicas, de eventos privilegiados como as guerras, revoluções. Neste contexto, a política e os temas das elites, aparecem como algo que os historiadores deveriam evitar. As novas tendências ocultaram as questões inerentes ao campo político, e realçaram o foco econômico. Os marcos iniciais foram as publicações, a partir de 1929 da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, criada pelos historiadores Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956), em 1929.

Os *Annales* passaram a impulsionar o que chamaram de “história-problema”, em uma atitude interrogativa no uso das fontes, buscando generalizações ou sínteses que levem as hipóteses explicativas. A busca de estruturas de longa duração, as generalizações que interrogavam a participação das grandes massas dos excluídos da História, mudou o foco da antiga história política para novas perspectivas, mais públicas que do mundo privado das elites. Com a ênfase no campo econômico, nas análises em série e exacerbação dos dados quantitativos, novos temas ampliam o mundo do trabalho, as trocas, os bens produzidos materialmente, mas também os conflitos sociais, as mudanças tecnológicas, entre outros. Temas alavancados pelo contexto social da época de afirmação da Escola dos *Annales*: a afirmação da democracia nos países europeus, o avanço das pautas dos operários e as ideologias socialistas, estavam em harmonia com os novos temas da historiografia.

Com a passagem das décadas, além do foco no econômico, as áreas da Geografia, da Sociologia, da Psicologia e Antropologia mostravam as novas sociabilidades e mentalidades que foram impulsionadas por uma intensa “revolução tecnológica”, a memória se constitui definitivamente um novo campo, junto com os temas culturais. Para José Carlos Reis<sup>136</sup>, o percurso da Escola dos *Annales* tem três gerações marcantes, embora pontue que as fases e periodizações variam em muitos autores, mas para efeito de generalização. No geral, após a Segunda Guerra Mundial, novas formas e interpretar o passado avançam na sociedade francesa.

---

<sup>136</sup>REIS, José Carlos. *Escola dos Annales - A Inovação em História*. São Paulo, Paz e Terra 2000.

Marc Bloch e Febvre com a renovação da história: aproximação e debate com outras áreas da ciência; abertura para novas pesquisas e áreas, fazendo crítica centrada a história política que privilegiava o evento e os grandes nomes. Se houve a intenção de uma história global e generalizante, é bom lembrar que o projeto nasce de debates entre a história, a filosofia e as ciências sociais. Fernand Braudel, com os conceitos de estrutura, conjuntura e o de evento corroboram para ampliar a história imbricada no tempo e no espaço, com ritmos próprios. Período com diferentes nomes de historiadores promovendo a consolidação, expansão e institucionalização da Revista com novos colaboradores para a história-problema e a história-global. “Sob a direção de Braudel os *Annales* cresceram em quantidade e qualidade - expansão física, institucional; quantitativa; aumentou sua influência mundial de seus próprios trabalhos e dos trabalhos dos mestres de seu grupo”<sup>137</sup>

A *Nouvelle Nouvelle Histoire*. Após as mudanças sociais e culturais, as publicações da Revista se voltam também para a historiografia. Permanecem com a proposta de uma “história-problema”, porém os novos conceitos atendem, cada vez mais, às novas pesquisas interdisciplinares. A partir de do final da década de 80, do século XX, haveria uma “virada crítica”, como respostas aos embates, mas também diálogos com a literatura, antropologia, psicologia. A volta das biografias, o evento sobre o foco das microanálises, ao final dessa terceira fase.

Le Goff foi representante da tradição historiografia francesa da *Nouvelle Histoire*, a qual era herdeira da renovação intelectual nas ciências humanas, em especial a história e a sociologia. Le Goff tem presença especial, após os eventos estudantis de 1968, na França na chamada, por alguns autores, de “terceira geração”<sup>138</sup>.

Aproximações com a antropologia, desacelerando o tempo, buscando sincronias, com espaço para a etno-história, e a influência econômica decaí com a ascensão da “história cultural”.

A importante posição de Jacques Le Goff nessa nova fase do grupo de historiadores franceses ligados à Revista, da qual passou a ser um dos diretores já em 1969, pode ser evidenciada pelas grandes tarefas que, em vários momentos, foram-lhe atribuídas, em particular a organização de duas grandes coletâneas de trabalhos da nova geração de “analistas”: *Faire de l’histoire* (1974) e *Nouvelle Histoire* (1978). Produziu, para ambas as coletâneas, prefácios que anunciam de maneira clara e decidida a carta de intenções da terceira geração de historiadores dos *Annales*, se admitirmos essa

<sup>137</sup> REIS, José Carlos. *Escola dos Annales- A Inovação em História*. São Paulo, Paz & Terra, 2000, p.107.

<sup>138</sup> BARROS, J. C. D. Jacques Le Goff. *Considerações sobre contribuição para a teoria da história* (Jacques Le Goff – considerations on the contribution to the theory of history). *Cadernos de História*, 14(21), p. 135-156. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/5074>>. Acesso em: 25 de julho de 2020.

continuidade entre esse novo momento e as duas gerações anteriores de “analistas”.<sup>139</sup>

Houve um grande avanço da interdisciplinaridade, com novos temas e objetos. A terceira geração, contemporânea das questões trazidas por Michel Foucault sobre os “discursos” e “poder”, os novos estudos sobre os micropoderes. Temas sobre as instituições, a loucura, a violência, gêneros, racismos, entre outros sob o foco do conceito de cultura, desafiavam o trabalho do historiador. Essa terceira fase, após movimentos sociais de 1968, para alguns foi uma “radicalização da proposta dos fundadores”, para outros a negação das origens dos Annales.

A crítica de que a história poderia ser capaz de pesquisar tudo sob qualquer perspectiva, retiraria a especificidade da história. A crítica foi rebatida por Jacques Le Goff, entre vários outros historiadores, de que não haveria uma crise na História e sim nas Ciências Sociais. A história teria “núcleos de cientificidade”, precisa do “quantitativo”, porém as análises são “qualitativas” e regem o trabalho do historiador. Há liberdade de temas e a problematização começa no presente, nas questões de várias ordens que se faz ao passado. O historiador tem uma função social, não é neutro e é capaz de desnaturalizar visões, temas, conceitos consagrados ou ocultados e tem a possibilidade avançar em sua prática historiográfica. Os Annales resistiriam às críticas e se tornaria uma abordagem, mas um caminho de como entender a história no século XX.

A obra referencial, com título de *História e Memória*, organizado pela Unicamp na década de 90, a partir da publicação da Enciclopédia Einaudi, reúne vários verbetes de onde foram retirados, escritos por vários autores e Le Goff, é um deles. O autor expõe a construção de vários conceitos importantes como história, memória, passado/presente, antigo/moderno e em especial, nos interessa “Documento/Monumento”. Entendemos que são conceitos instrumentais que estão sempre em relação uns com os outros, entre diferentes campos de conhecimento e em combinação entre si, por isso o uso de barras que explicita uma relação entre esses dois tipos de materiais que ancoram as “memórias coletivas”. É, portanto, a dimensão relacional entre os termos que o autor chama atenção<sup>140</sup>. Os dois tipos de materiais -

---

<sup>139</sup> BARROS, Ibid., 2013, p.138.

<sup>140</sup> O novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformando - sempre que a história quantitativa é possível e pertinente - em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica. (LE GOFF, 1996, p.549).

monumento e documento - mostram também as relações e as diferenças entre Memória e História.

O monumento, um vocábulo de origem latina, o *monumentum*, explica Le Goff, é um “sinal”, “herança” ou “evocação” do passado com capacidade de realizar a memorização. Uma evocação afetiva de marcas de um determinado passado que ganhou sobrevivência em um novo suporte material. Sua função é rememorar esse passado, perpetuando sensações, que avisam, iluminam e instruem, não só o olhar, mas a experiência relacional com os eventos de outras épocas. Os suportes mais conhecidos desde a antiguidade foram os trabalhos da arquitetura e escultura em obras comemorativas e funerárias. O monumento realiza a materialidade das memórias, cujo funcionamento é diferente da História.

Importante frisar que tanto o monumento, “herança do passado”, quanto o documento, “escolha do historiador”, não podem ser naturalizados. Importante ter a consciência dos processos que os levaram a condição de maior durabilidade na história ou na memória. Monumento e documento percorrem um longo caminho, de ações humanas, para que sejam perpetuados e reinterpretados no tempo e no espaço<sup>141</sup>, porém são caminhos diferentes, os quais o autor nos alerta, para que haja possibilidade do trabalho do historiador.

O documento, também de origem latina traduz-se por *documentum*, que por sua vez deriva de “docere”, ensinar. O conceito evoluiu para o significado de “prova” através do uso em palavras do legislativo francês. O autor argumenta que já no século XVII usavam-se juridicamente as “*titres et documents*”, os títulos e documentos, envolve a noção de provar, assegurar, chegando somente no século XIX o sentido de “testemunho histórico”, em um lento processo, mas progressivo, para o poder de justificar atos e eventos.

Le Goff nos mostra que o vocábulo documento, em seus suportes escritos, ganha cada vez mais um “sentido histórico” próprio ligado aos positivistas do século XIX, quando o “documento triunfa” para uma generalização de testemunho e verdade. Sinaliza criticamente que essa visão de progresso histórico é lenta, mas ganha força cada vez mais. Em suas pesquisas encontra registros de leis, atos municipais, ações administrativas sobre o patrimônio francês que utilizaram a palavra “monumento”, onde faria sentido a palavra documento. O autor com erudição e sensibilidade sinaliza que devemos percorrer o entendimento dos conceitos de documento/monumento para investigar interpretações históricas. Usado nesta dissertação

---

<sup>141</sup>“De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.” (LE GOFF, 1996, p.535.).

como instrumental para delinear, o percurso da “produção social” das memórias e da história da igreja do Irajá como um patrimônio histórico.

Uma interessante interlocução, com as áreas da arquitetura e do patrimônio, pode ser feita com as ideias do livro, Françoise Choay<sup>142</sup> define e especifica a construção de novos sentidos para as relações do monumento e patrimônio histórico, o qual ampliaremos no capítulo 3.

Segundo Choay, ocorreram muitas mudanças, na forma de perceber as noções de monumento e de patrimônio histórico, no século XX, chega aos excessos de um “culto” pelo passado. Monumento e patrimônio histórico, ligados um ao outro, possuem relação dinâmica com a história, a memória, mas não são fixos, mudam em cada tempo ou época. A sociedade redescobre e ressignifica as suas ligações com as memórias e a história em momentos de crises, em especial após duas Guerras Mundiais. Antes de pensar o “patrimônio histórico” a autora define as variações das percepções de monumento: “Monumento”: universalidade no tempo e no espaço tem categoria antropológica, é elemento definidor de identidades. Sua criação é à priori, é desejado, é amado como tal. Liga-se a memória viva. “Monumento histórico”: pode ser datado, na Europa desde o século XVII, consolida-se no XVIII e se amplia no ocidente no século XIX com expansão para outros países. É feito à posteriori, é expressão que se expande na 2ª metade do século XIX. Embora ligado à memória, para a compreensão da criação do “monumento histórico” é necessário ater-se ao seu contexto social, histórico, político e econômico.

Podemos fazer relação com Le Goff, este aponta que o vocábulo “documento” se expande em uso e significado nos séculos XVIII ao XIX, enquanto o de monumento é cada vez mais restrito em uso e significado. Nesse processo de mudança, o autor cita como marco inicial de uma história “científica”, a obra de D. Jean Mabillon, de 1681, intitulada *De re diplomatica*, por permitir a criação de um método de analisar e autenticar documentos, diplomas, registros de ordenamentos religiosos, produzidos na Idade Média, os quais necessitavam de busca de autenticidade. Surge um campo de conhecimento específico, a “Diplomática”<sup>143</sup>. Lembramos

---

<sup>142</sup> CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 4.ed. São Paulo: UNESP, 2006.

<sup>143</sup>“Nesse sentido, pode ser considerada uma inovação a contribuição trazida pela Diplomática e pela Ciência Forense ao estabelecer elementos teóricos e práticos capazes de comprovar e validar a autenticidade de documentos produzidos nos mais diferentes ambientes institucionais. A validação diplomática é obtida por meio da análise dos caracteres internos e externos dos documentos, ou seja, analisa a informação de uma forma crítica e aprofundada que compõe o documento e seu suporte, além de considerar informações adicionais que podem ser fixadas no documento.” MONTROYA-MOGOLLÓN, 2009, p.49 Disponível em em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v33n78/2448-8321-ib-33-78-47.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

que a História como área do conhecimento, tal como percebemos hoje, ainda seria criada no sentido moderno do termo. A área do conhecimento histórico seria afetada intensamente pelo valor dado ao documento, embora, para as “grandes coleções” documentais, o vocábulo “monumentos” era encontrado até no século XIX. Portanto, a forma de perceber, selecionar, registrar e apresentar as memórias, quer sejam individuais ou coletivas, sofre a ação do tempo, isto é, as ações de como cada sociedade percebe o tempo, como lida com o seu passado e a sua história.

É de grande valia também recuar no tempo para seguir as publicações dirigidas e organizadas pelo autor para ampliar as considerações sobre a produção social da memória. Le Goff pesquisa “memória”, Idade Média, como um vocábulo de sentido amplo. O verbete sobre *memória*<sup>144</sup> chama a atenção para os vínculos da memória, no período medieval, com o cristianismo e o judaísmo, ambos com práticas litúrgicas, rituais e suportes de memórias sempre reintegrados a essas religiões e culturas. Em especial o cristianismo que produz uma teleologia avivada a cada repetição do ritual da eucaristia.

O autor chama atenção para três formas de abordagens aos múltiplos sentidos de *memória* neste período medieval: a “memória social” que buscaria compreender a produção e reprodução social e cultural específicas da época, exemplificadas pelas genealogias, liturgias, tradições orais e historiografias. A “história da memória” pelas pesquisas das formas de armazenamento, de acesso às informações e o uso das técnicas mnemônicas. E por último aspecto a “teoria da memória”, em especial menciona as reflexões de Platão e Aristóteles, como parte integrante do modo de sentir e viver, da formação do conhecimento e teologias medievais. Outro aspecto discriminado por Le Goff é de que na Idade Média, a memória é uma espécie de ponte, uma travessia, de um tempo ao outro que permite certa “presença” do passado. Os rituais da “santa missa” são evocações que tendem a levar o fiel a romper com as barreiras do tempo<sup>145</sup>, isto é, a vivência do sagrado teria essa potencialidade de supressão do tempo.

No início do século XX, podemos deduzir que a igreja matriz era lembrada como uma ligação com o passado colonial e também imperial da cidade do Rio de Janeiro, é possível que o templo em questão tenha sido vista, em primeiro lugar, como “monumento”. Evocação da presença dos conquistadores da terra, local de administração civil e eclesiástica como nos

---

<sup>144</sup> LE GOFF, Jacques e SCHIMITT, Jean-Claude (Orgs). Dicionário analítico do Ocidente Medieval. Volume 2. Tradução coordenada por Hilário Franco Júnior. São Paulo. Editora Unesp, 2017.

<sup>145</sup> A memória ritual, para a qual a eucaristia oferece um exemplo perfeito, não representa somente a lembrança do passado, mas a anulação da barreira temporal que separa o passado do presente. LE GOFF, op. cit., 2017, p.193.

referimos no capítulo 1, desta dissertação. Lembrando que o clero era o “especialista medieval” encarregados de organizar, selecionar, celebrar, preservar e difundir o que era digno de ser memorável<sup>146</sup>. Justamente as reflexões sobre memória e história, despertaram a busca por informações e pesquisas sobre essa matriz de Irajá. Buscamos na memória social, como primeiro aspecto a se considerar sobre esse patrimônio cultural<sup>147</sup>.

As primeiras referências da matriz de Irajá, são de sua capela original, por volta de 1613, nos faz pensar sobre quais leques de sentidos de *memória* estariam relacionados a esse templo, construído um pouco mais que um século e meio após a marcação final da chamada Idade Média, se usarmos o parâmetro temporal de 1453. Poderíamos entender melhor a construção da matriz de Irajá, na primeira metade do seiscentos como *monumento* da fé católica e da conquista colonial? O ponto em que queremos chegar, não é uma resposta precisa, mas pensar que esse objeto perpassa as mudanças de entendimento do que seja patrimônio e também sujeito as dinâmicas do monumento/documento.

Como suporte de memórias coletivas, de que forma a igreja seria rememorada ao longo do tempo? Provavelmente houve variações ao longo de sua existência como templo católico envolvida nos processos de rememoração. Observamos essa foto, de registro anterior à década de 30 do século XX, onde pontuamos certa “evocação” da memória da igreja. Esta fotografia abaixo, do interior da matriz de freguesia, da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, se tornou o registro iconográfico mais antigo, encontrado, nesta pesquisa. Chamou atenção o tamanho da foto, de página inteira, sem muitas informações, apenas a legenda, e desconectada aparentemente dos assuntos leigos da revista, e de suas propagandas.

---

<sup>146</sup>“Enfim, a *memória* monástica não era uma atividade passiva, mas ativa: ela selecionava, corrigia e reinterpretava constantemente o passado em função das necessidades do presente” LE GOFF, op. cit., 2017, p.196.

<sup>147</sup> Assim, pode-se estudar a memória social considerando-a como processo que permite à sociedade renovar e reformar sua compreensão do passado a fim de integrá-lo a sua identidade presente. LE GOFF, op. cit., 2017, p.192.

Figura 4 - Altar-Mor da “Matriz de Irajá”, no início do século XX.



Fonte: Hemeroteca - BN, Revista Fon-Fon, Ano V, N.14. 6 abr. 1912.

Impressiona a foto pelo tamanho de página inteira. Esta foto, publicada em 1912, na revista *Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfuziante* (RJ) – 1900-1989, foi encontrada nesta pesquisa durante as buscas de referências sobre o templo. O semanário publicou uma foto interna da igreja de Irajá nas primeiras décadas do período republicano. Interessante que a cena escolhida é o *locus* onde se realiza o ápice litúrgico da eucaristia ou comunhão, o altar-mor e a visualização da padroeira. Não há textos, apenas o título: “Os Nossos Templos”, indicando uma evocação memorialista do local. Esse caráter evocativo, embora diferente do período da Idade Média, parece-nos indicar que o conceito de monumento/documento caberia aqui, para perceber o contexto da foto no início do século XX. A foto interna da igreja Nossa Senhora do Irajá, está ao final da revista, na página 57, faltando oito páginas para o final. Até o momento é o registro mais antigo encontrado nesta pesquisa. Outras fotos do templo, encontradas são do período da década de 30 do século XX na Revista *Rio Ilustrado*, citadas no capítulo 3 desta dissertação.

Queremos ressaltar aqui o desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das “memórias artificiais” citadas por Choay: a imprensa, a fotografia que se relacionam com novas formas de ver, sentir e interpretar o mundo.

A definição para “monumento” do dicionário de Raphael Bluteau nos permite avançar na relação “monumento e memória”: “Monumento. Qualquer obra pública, que fica à posteridade para lembrança do passado, como estátuas, sepulturas, São as pirâmides do Egipto monumento de poder de seus reis. O Coliseu é monumento [...] <sup>148</sup>. A grandeza das memórias evocadas pelos monumentos da antiguidade se transforma em novos valores balizados pela arte, pela história, para conjugar parte da noção de patrimônios na modernidade.

A fotografia também disputa com o monumento a evocação e a memória, porém era “um novo objeto”, com novas relações de fruição, privada inclusive, diferente dos monumentos antigos, em geral os fúnebres e arcos dos triunfos materialização de vitórias. Segundo Choay, a fotografia é algo novo, não vinha nem fazer concorrência, nem contestar, nem rejeitar a pintura, pois a fotografia é uma referência ao objeto. Essa outra forma de evocar e sentir também pode ser datada e analisada. A autora questiona se realmente nas sociedades contemporâneas há lugar para o “monumento”, no sentido primeiro do termo, de evocar, trazer à presença, desejados quase como testemunhos, pois os “monumentos” contemporâneos se tornaram comemorativos demais, sujeitos a uma ordem, e a um calendário formal. A importância da fotografia vai se afirmando como um intenso suporte de memórias por todo o século XX, reforçando o mundo das imagens.

A revista *Fon-Fon*, em que está a foto do interior da matriz de Irajá, tem na capa as anotações do ano v, nº 14, de seis de abril de 1912, com valor de 400 réis. Capa que comparada com as outras do mesmo ano é uma das mais escuras. Seria a paisagem da noite urbana? A capa é uma mulher trajando um vestido amarelo, sendo abraçada por um pierrot. Há textos sobre o carnaval de outras épocas, sobre o “Rio civiliza-se”, sobre a lentidão dos arrabaldes, sobre o “beijo” de uma cena teatral, tudo entre muitas propagandas em destaque de meia página ou inteira. Notícias da sociedade e personagens políticos e da elite em viagens, contos, charges e piadas para o deleite de fruição dos letrados da época. Chamou atenção a falta de textos referentes à matriz de Irajá e assuntos diretamente ligados a igreja, clero, rituais ou festas católicas. Apenas a foto de página inteira, que se tornou um bom registro de interior do templo

---

<sup>148</sup>BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728, p. 313. Arquivo Nacional, Microfilmado nº 005/9, p. 571 -572.

em questão. A capa abaixo do mesmo número da revista, e todo o conjunto de notícias não estão ligados, em nenhum momento a foto do interior da igreja de Irajá, de 1912.

Figura 5 - Capa da Revista Fon-Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Esfuziante



Fonte: Hemeroteca - BN, Revista *Fon-Fon*<sup>149</sup>.

A imprensa desde sua criação ampliou o compartilhamento de memórias, imagens coletivas e registros que rememoram o passado, de diversas formas. Segundo Le Goff, conforme as novas tecnologias surgem e amplia-se o compartilhamento das memórias. Essa nova intensidade tecnológica acarreta também o surgimento de novos objetos, para as análises históricas. São novos documentos, permeados por mudanças quantitativas e qualitativas. A História rompeu, segundo o autor, as diretrizes do fazer histórico do século XIX.

Le Goff aponta para o século XVIII o movimento de declínio do “monumentum” como memória e sinal do passado, para a ascensão do “documentum” (do latim docere/ensinar), que agrega o sentido moderno de “testemunho histórico”. Este tido como neutro e testemunho de uma verdade implícita, para os historiadores positivistas do século XIX, herança difícil ao ofício dos historiadores, que deve ser rompida. Importante observar que a ampliação do conteúdo e o alargamento do termo “documento” foram a primeira etapa para a chamada

<sup>149</sup> BN, Revista *Fon-Fon*, Ano V, N,14, 6 abr.1912.

“revolução documental”, a partir da década de 60, do século XX. Sabe-se que essa ampliação dos documentos a serem pesquisados, acompanhou a cada vez mais rápidas, mudanças tecnológicas.

A “ciência histórica” não só ampliou seus objetos e temas, como também a concepção de que seriam, as novas fontes. Os “documentos” como matéria-prima a ser trabalhada pelas ferramentas do historiador podem abranger diferentes suportes de textos, iconografias, sons, depoimentos, e todos os registros no tempo, que possam ser problematizados e analisados. Nenhum “documento” existe por acaso, é preciso analisar sua presença no contexto social, sua ausência, até fragmentos e ligações exponenciais via aceleração das tecnologias que intensificam as descontinuidades.

Marcando a relação monumento/documento toma forma novas análises sobre o poder<sup>150</sup>, esses novos estudos que desconstruem uma evolução entre os conceitos “monumento” e “documento”, com o impacto das ideias de Michel Foucault, sobre a História.<sup>151</sup> O filósofo francês aprofundou os estudos e pesquisas sobre as relações de poder na sociedade, sobre a produção do conhecimento e de discursos que legitimam lugares e procedimentos sociais. Foucault alerta para o “documento/monumento”<sup>152</sup>

Le Goff concluiu que a utilização de um “documento” pelo poder (socialmente constituído) transforma-o em “monumento”, usando a expressão “documento/monumento” ancorado também em Paul Zumthor<sup>153</sup>, e reforça que é necessário analisar as condições de

---

<sup>150</sup>LOPES, Rodrigo Touse Dias. *Monumento e Genealogia: notas sobre Michel Foucault*. Revista Nucleus, v. 2, n. 1, abr./out, 2004. O autor do artigo, se refere a história dita oficial, institucionalizada, menos ao processo, e mais aos resultados hegemônicos.

<sup>151</sup>Foucault preocupou-se sempre mais com as descontinuidades do que com as continuidades, no âmbito das análises históricas. No entanto, antes de entrar efetivamente na questão, Foucault desconstruiu todo um jogo de relações que são, ao mesmo tempo, superficiais e consagradas. Trata-se das noções de tradição, de influência, de desenvolvimento, de evolução, de mentalidade e de espírito. LOPES, op. cit., 2004, p.140.

<sup>152</sup> O conceito de monumento refere-se a essa postura arqueológica em relação aos discursos. Se o pesquisador fará o papel de um arqueólogo do saber sobre os discursos – se ele cai procurar em seu subsolo, no não dito, no ignorado e no sagrado, as unidades profundas que possam desconstruir os chamados efeitos de superfície; numa inversão direta de denominações, os discursos, os documentos, serão tomados enquanto monumentos. Porém, dizer isto ainda não é o bastante. Ser encarado como monumento significa dizer que o discurso (o documento) será passível de ser desmontado em busca de unidades coerentes menores que possam, estas sim, nos facultar possibilidades finitas de construções mentais referentes ao período sobre o qual nos debruçamos. Ou seja, ser um discurso desmontável que não precise respeitar uma unidade serial externa para ser compreendido, mas que traga em si elementos com os quais construir uma nova série. LOPES, 2004, p.141-142.

<sup>153</sup>Paul Zumthor (1915-1995). Foi um importante medievalista, crítico literário, historiador da literatura e linguista suíço. Suas pesquisas sobre a formação e a hegemonia linguística de uma língua sobre outras, apontaria para Le Goff, uma tipificação do “documento/monumento”. O “francês monumental” também constitui e é constituído como marca identitária de um poder, na construção da nação francesa.

produção deste produto social específico, pois cabe ao “documento/monumento” a ação de impor ao futuro, a imagem das sociedades históricas. Le Goff abraça as ideias da antropologia, da linguística e da filosofia para repensar a própria noção de documento para o historiador.

Os patrimônios históricos, portanto, constituem-se dentro dessa dinâmica “monumento/documento”, bem como de “documento/monumento”, no jogo dos conceitos que permitem repensar esses objetos patrimonializados. Le Goff defende que o “documento/monumento” pode e deve ser transferidos do campo da memória para a “ciência histórica”, devendo estes ser problematizados e analisados ao longo do tempo, em profícuo debate entre a História e a Memória.

## 2.2 Memória e esquecimento: a dinâmica da “memória social” e a produção histórica

As relações memória e história estão em ampla discussão na sociedade, através das mídias e notícias de conflitos entre as memórias representadas nos monumentos em espaços públicos e privados. É preciso repetir sempre a diferença entre os campos e também entre os conceitos, de História e Memória.

Marc Bloch definiu a história como a “ciência dos homens” e completa “dos homens no tempo”. Ciência porque tem métodos e troca de saberes, entre seus pares, isto é, o historiador submete suas conclusões às críticas de outros para prosseguir em sua área. Afirma que o interesse dos historiadores são os homens, isto é, a humanidade. Suas ideias e registros foram compilados no livro *Apologia da História ou o ofício do historiador*, escrito em um contexto trágico, da década de 40 do século XX. Sabemos hoje das possíveis dificuldades impostas pela prisão do autor, pelos nazistas alemães, em um campo de concentração, através de relatos de memórias e também de pesquisas historiográficas. O tema do livro recai principalmente para essa segunda atividade, o fazer e a função do historiador. Entre os limites do trabalho do historiador estaria em perceber as intensas mudanças, que envolvem um objeto que já existiu e se fixou em um passado, o qual não pode voltar, nem mudar. Essa ambiguidade leva à conclusão do autor para realçar a possibilidade de interrogar o passado, no presente.<sup>154</sup> Levamos à necessidade defendida por Bloch dos muitos caminhos do conhecimento para chegar a uma solução na pesquisa. Rebate a ideia das fontes falarem por si, o trabalho mental do

---

<sup>154</sup>Sobre o tempo histórico, complementa: “Ora, esse tempo verdadeiro é, por natureza, um continuum. É também perpétua mudança. Da antítese desses dois atributos provêm os grandes problemas da perspectiva histórica” BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*, Jorge Zahar Editor, 2001, p.55.

historiador, precisa de escolhas e um método (caminho) que o levem as conclusões. Aqui nos interessam as relações com o passado, problematizado a partir do presente.

Muitas discussões sobre patrimônio giram em torno do que chama de “Presentismo”<sup>155</sup>, ou presente onipresente, onde o tempo não é pensado, criticado, apenas transcorrido e, assim, não se retira dele todas as informações possíveis, mas apenas aquelas que interessam para manter a história oficial, que se deseja transmitir para o futuro, e ainda cria-se um excesso de patrimonialização. Na conjuntura atual, as sociedades tendem a valorizar as ideias de patrimônio e memória, porém tratam cada vez mais o passado como uma mercadoria, como algo em que investimentos econômicos são realizados a fim de gerar lucro, principalmente através das indústrias de turismo e entretenimento.

Maurice Halbwachs<sup>156</sup>, em sua obra *A memória coletiva*, escrita no contexto das décadas de 30 e 40 do século XX, considerada um clássico das ciências sociais marcou a importância das interações sociais e dos registros das experiências humanas. Novas dimensões reflexivas para o entendimento entre o indivíduo e coletividade a qual pertencem, através dos “quadros de memórias”.

Sobre as relações entre a memória e a história, as ideias de Halbwachs ampliou o debate, com o estudo da memória coletiva que confronta a existência de uma memória individual pura, enfatiza em seus estudos a memória, compartilhada, coletiva, pois se temos consciência dos vários seres, das multiplicidades e diversas situações e interpretações que resumem um próprio ser, é por termos tido experiências que são o tempo todo partilhadas, de forma voluntária ou não. Um único indivíduo tem categoria de “testemunha” dos fatos rememorados, esse testemunho não é único em termos absolutos, pois abarca o múltiplo da vida social, das relações em sociedade. O pensamento (as ideias) são frutos do coletivo vivido direta ou indiretamente.

O esquecimento é observável pelo desapego de um grupo. Esse desapego não significa distância ou ausência e sim a perda do “contexto” daquelas relações sociais. Para o autor as lembranças necessitam de uma “comunidade afetiva” para ele seria um espaço de relação, estas experiências partilhadas garantem a reafirmação do que foi vivido e do que é construído como lembranças. As lembranças formam sistemas independentes, ligadas uma das outras. São reiteradas no mesmo grupo sistematicamente.<sup>157</sup> Cada memória é um ponto de vista sobre a

---

<sup>155</sup>HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

<sup>156</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. SP: Editor Vértice, 1990.

<sup>157</sup> [...] necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram, tanto no nosso espírito como nos dos outros, porque eles passam incessantemente desses para aqueles e

memória coletiva, e essa “face” muda conforme o lugar que eu ocupo nesta “memória coletiva” ou compartilhada, o lugar está na relação que mantemos com outros grupos também muda memórias.

A memória individual está absolutamente inserida na memória coletiva, é um “ponto de vista” do coletivo em um estado de mudança constante com as relações dos grupos. A memória é construída nas relações sociais, através da “comunidade afetiva”. Não se lembrar de toda a infância, é prova de que faltou um “esteio” ou um suporte para as lembranças, esse esteio é o convívio. O que memorizamos de nossa infância se produziu, se construiu no grupo social, na convivência.

Afirma que as lembranças são reiteradas, sempre em relação aos grupos e a sociedade a qual pertencemos. Essa concretude social, pela memória, também se dá em um gênero único que modifica a vida das coletividades e atravessam as consciências individuais com imagens e interpretações. Não confunde essa concretude com a história. Aponta a possibilidade do trabalho do historiador, justamente pela diferenciação entre a memória e a história<sup>158</sup>.

O compartilhamento de memórias implicou em uma ampliação das ações humanas como novos campos de pesquisas a partir de então, com destaque para a diferenciação entre história e memória. As sociedades ocidentais contemporâneas expressam interesse relacionado à memória e precisamos estar atentos para as “memórias subterrâneas”, como nos alerta Michel Pollak<sup>159</sup>, para observar o não dito, o que oficialmente não está na pauta das lembranças (em especial o ramo do patrimônio), que surge por vezes em várias ocasiões. As relações entre memória, identidade, alteridade e esquecimentos. Devemos observar o reforço de determinadas lembranças no meio social que são típicas de um “enquadramento da memória”, usando a expressão de Henry Rousso, para designar os processos de construção da história, que implicam na escolha e realce de determinadas memórias em detrimento de outras, sobrando para descarte vários fatos e memórias neste processo de construção oficial da História.

Entre os conceitos trabalhados por Le Goff que podemos usar como referência e instrumentos para a pesquisa estão: história, memória, monumento e documento. O autor alerta

---

reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuar a fazer de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e construída.  
HALBWACHS, op. cit., 1990, p.34.

<sup>158</sup>Certamente, um dos objetivos da história pode ser, exatamente, lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, quando só podemos tratar do presente? HALBWACHS, op. cit., 1990, p.81.

<sup>159</sup> POLLACK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº.3, 1989.

para a importância dos percursos historiográficos em cada época, atenção e o uso de diversidade de fontes, a necessidade da problematização do historiador, sempre feita no presente para garantir a reflexão histórica. Abre caminhos para a relação história e memória, através das ligações coletivas e afetivas de vários registros de memórias como os monumentos (“heranças do passado”) e dos documentos (“escolha do historiador”). A relação “monumento/documento” por fim amplia o debate sobre a trajetória deste objeto de pesquisa, a igreja de Irajá, como um bem cultural.

As relações de construções de memórias e da constituição do que é patrimônio, através da história, são preocupações do historiador, atento às tendências e correntes historiográficas hoje cada vez mais interdisciplinares. Estudos sobre a memória como fenômeno social alertam para sua “fisiologia” fluida e mutável, constitutiva de projeções, apropriações, silêncios, transferências e um espaço próprio de disputas (poder) e negociações que permeiam a dinâmica social, merecendo amplo estudo multidisciplinar.

Le Goff corrobora com esse entendimento quando alerta que os mais variados campos do conhecimento foram ampliados pela psicologia moderna. A memória passa a ser entendida como processo dinâmico, potencialmente carregado de criação e transformação. Este autor afirma a importância da interdisciplinaridade e da multiplicidade de tipos de fontes, para o trabalho do historiador. Encontramos registros sobre a igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá de formas variadas e em diferentes tipos de documentos, em sua maioria textuais, mas de diferentes tipologias.

A ocorrência de lembranças ou referências sobre a igreja Nossa Senhora da Apresentação do Irajá, é bem diminuta em relação à igreja de Nossa Senhora da Penha de França do Irajá, bem histórico que também verificamos ser bem menos lembrada ou mencionada, nessa revista em relação à igreja Candelária. Através da *Coleção Memórias, do Rio*, coordenada por Paulo Berger<sup>160</sup>, na gestão do prefeito Marcos Tamoyo, na década de 70 do século XX, ampliou-se informações e diferentes memórias sobre a cidade.

Em Ferreira da Rosa, autor de *Rio de Janeiro: 1922-1924*, na mesma *Coleção Memórias do Rio 3*, já ampliada, encontramos referências de jornais (diurnos e vespertinos) e

---

<sup>160</sup>“Paulo Berger foi médico pediatra, historiador e pesquisador do Rio de Janeiro. Publicou uma série de títulos relevantes para a área de Biblioteconomia, entre os quais se pode destacar – além do aqui resenhado – A Tipografia no Rio de Janeiro (1984). [...] Berger relaciona todas as obras que conseguiu localizar - raras ou não -, desde que com “descrições de viajantes, ou relatos de escritores, cronistas e geógrafos estrangeiros, relativos à cidade do Rio de Janeiro.” DINIZ, Cláudia Coimbra. *Fontes selecionadas para pesquisa e estudo de obras raras e valiosas*. elaboração: Cláudia Coimbra Diniz. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, p.14, 2012.

de revistas (semanais, quinzenais, mensais e anuais).<sup>161</sup> Seleccionamos dez entre as 20 revistas semanais.<sup>162</sup> Estas publicações estão no conjunto feito pelo autor à época do Centenário da Independência. Escolhemos as que possuem registros na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

As buscas com as palavras-chave “igreja de Irajá”, “igreja da Penha” e “igreja da Candelária” fornecem apenas uma indicação, grosso modo, da produção e visualização das memórias. Embora nem todas as ocorrências possam ser diretamente sobre as palavras-chave, deduzimos que esses valores numéricos, aproximados, mostram uma proporção interessante de diferenciação de lembranças para cada templo. Nesse período das revistas semanais, podemos perceber escolhas da sociedade sobre qual templo deveria ser mais rememorado, seja em forma pictórica ou textual. As igrejas são lembradas de várias formas, por textos diretos sobre casamentos, batizados, missas fúnebres; por festas, procissões, com poemas, músicas, piadas jocosas e até propagandas de remédios (caso da Penha). Achamos interessante, mesmo esse valor bruto, aproximado e com distorções, pois a palavra “igreja” (“Egreja” em algumas revistas) por si só, direciona a busca para qualquer tema ou reportagem mais geral. Observamos que nessa comparação a igreja da candelária mais centraliza lidera as ocorrências, e a igreja da Penha se destaca na direção norte da cidade. A matriz de Irajá é pouco dimensionada, embora tenha aparecido, em foto na revista *Fon-Fon*, de 1912.

Tabela 1 - Referências dos respectivos templos católicos, Irajá, Penha e Candelária, em revistas semanais cariocas, indicadas por Ferreira da Rosa, na primeira metade do século XX.

<b>Revistas semanais</b>	<b>Igreja de Irajá</b>	<b>Igreja da Penha</b>	<b>Igreja da Candelária</b>
Revista da Semana (RJ), 1900- 1959	33	130	303

<sup>161</sup> Prof. Ferreira da Rosa. Tenente-Coronel Hon. do Exército. Cathed, do Colégio Militar do Rio de Janeiro e do Pritaneu Militar. Docente da Escola Normal. Sócio Hon. Liceu Português, do Inst. de Prot. e Assist. à Infância da Associação de la Prensa de Santiago do Chile. ROSA, Francisco Ferreira da. *Rio de Janeiro em 1922-1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial da Secretaria Municipal de Administração. Coleção Memória do Rio 3. Governo Marcos Tamoyo, 1975/79.

<sup>162</sup> Revistas semanais respectivamente, segundo este autor eram: “L’E’toile Du Sud, Brasil Médico, Revista da Semana, O Malho, O Tico-Tico, Fon-Fon, Careta, Jornal das Moças, D. Quixote, A. B. C., O social, Para todos, Gazeta da Bolsa, Monitor Mercantil, Brazilian American, Hoje, A Cruz, Seena Muda, Revista Infantil, Exportador Brasileiro.” ROSA, 1975/79, p.167.

O Malho (RJ) – 1900-1959	6	45	94
Almanaque do Tico-Tico (RJ), 1910 -1959	0	1	2
Fon Fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiente (RJ), 1900-1989	10	34	130
Careta (RJ), 1900 - 1969	3	31	88
Jornal das Moças : Revista Quinzenal Ilustrada (RJ)	7	28	69
D. Quixote (RJ), 1910-1929	0	6	4
A.B.C.: Política, Actualidades, Questões Sociais, Letras e Artes (RJ), 1910-1939	0	0	1
Para Todos (RJ), 1910-1959	0	8	26
Hoje: Periódico de Acção Social (RJ) – 1910-1929	0	1	1

Fonte: FERREIRA, Maria Celeste, 2020. A partir de dados da Biblioteca Nacional Digital, Hemeroteca.<sup>163</sup>

Essa amostragem das revistas semanais partindo da citação de Ferreira Rosa nos mostra que a igreja Nossa Senhora da Penha de França, não tendo sido matriz de freguesia,

<sup>163</sup> BIBLIOTECA NACIONAL, Disponível em: < <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

desenvolveu um realce nas notícias, em parte, voltada para as suas festas. Importante frisar que as referências sobre a matriz de Irajá são menos frequentes que aos templos da Penha e da Candelária. As informações também se misturam nas referências da toponímia “Irajá”, e nem sempre aparecem como citação direta ao templo em questão. Visamos apenas materializar a percepção de que o templo tem potencial de ser um monumento/documento para os historiadores, da pequena visibilidade desse patrimônio histórico e cultural.

Ao observar a variedade de documentação, de um longo período colonial, da criação da freguesia de Irajá em 1644 e os desmembramentos em outras novas freguesias, notamos que a trajetória da igreja como matriz de freguesia (1644/47) até a sua transformação em patrimônio material em 1994 foi feita com informações estanques, sem conexão com a memória da cidade e nem sempre presente na historiografia.

Não encontramos livros publicados de natureza acadêmica com referências focadas sobre o passado da matriz de Irajá.<sup>164</sup> Os registros mais antigos encontrados foram as referências de sesmeiros da freguesia, a provisão (apresentação) do primeiro pároco, relatos dos oragos da fé mariana, visitas pastorais e as memórias de Monsenhor Pizarro e as referências sobre livros de assento (batizado, óbitos e casamentos). Observamos que o objeto pesquisado torna-se um patrimônio histórico fortemente ancorado no documento de tombamento. Não queremos dizer que não tenha tido registros sobre a memória e a história do templo em questão, porém os relatos com peso na memória são predominantes.

A coleção *Olhos de Ver*, publicada em 2012 pelo IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, foi um esforço divulgação do patrimônio cultural do subúrbio carioca. Interessante iniciativa que destacava a memória e fragmentos da história de escolas, estações, igrejas, ganha um suporte de histórias e memórias<sup>165</sup>. Vamos observar as imagens e os textos descritivos.

O subúrbio carioca se caracteriza por seu modo de vida bastante particular que ainda se mantém presente nas áreas atravessadas pela linha férrea: os muros baixos, a cadeira colocada na calçada, os quintais com árvores frutíferas, jardins, a convivência entre os vizinhos e, principalmente, a relação da casa e dos moradores com a rua. Além destes valores imateriais tão representativos da cultura suburbana e, apesar da simplicidade, sua paisagem também ostenta um patrimônio edificado de reconhecida

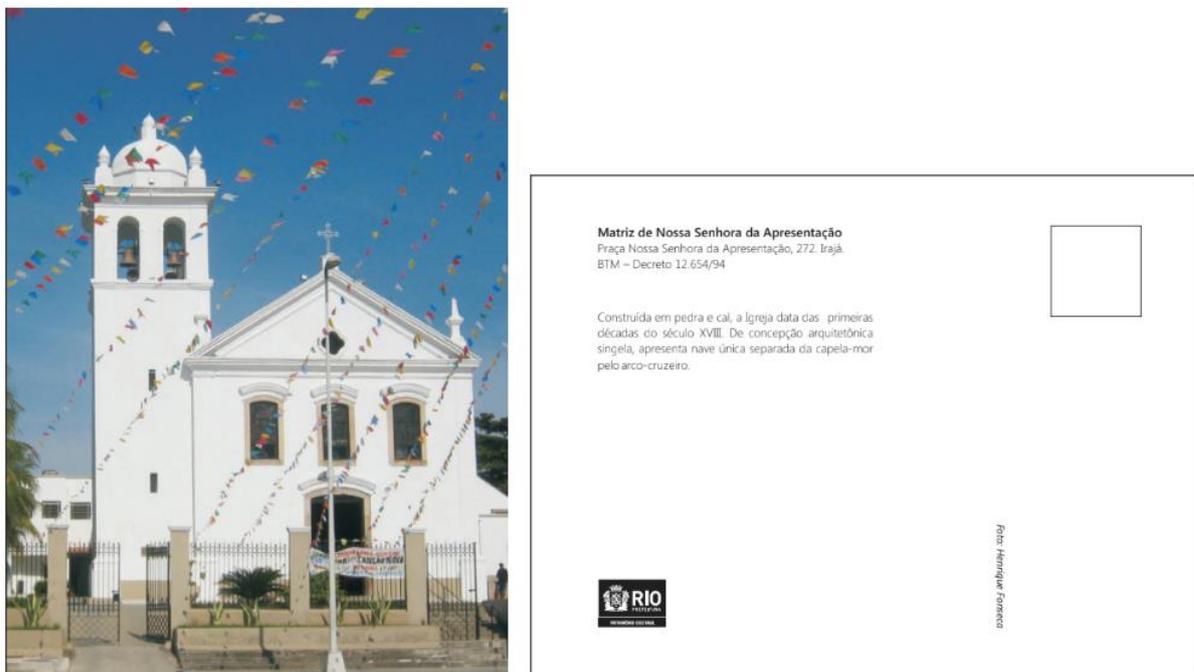
<sup>164</sup> Uma exceção pode ser feita, pela abordagem, deste interessante trabalho de pesquisa, que mostra que a matriz de Irajá era um local de distinção social nos rituais fúnebre da época. Aborda a igreja através da análise dos rituais funerários dos escravizados, verificando a existência de uma elite da senzala. Dissertação ainda não publicada. SILVA, Michele Helena Peixoto da, Dissertação: Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá (um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO/CCHS- PPGH, 2017.

<sup>165</sup> IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. *Coleção Olhos de Ver: Subúrbio Carioca*. 2012.

qualidade. [...] Apresentamos assim, nessa coleção de postais alguns exemplares arquitetônicos desta área da cidade, poucas vezes lembrada por sua arquitetura.<sup>166</sup>

Este texto de apresentação da Coleção *Olhos de Ver*, com o título *Patrimônio Cultural Carioca*, compõe um entre os três temas publicados: Bar Tradicional, Subúrbio Carioca e Arquitetura Art Déco. Ainda que valorize o modo de vida suburbano nos moldes da cultura e de um patrimônio imaterial, o tom homogeneizador, busca mostrar que “apesar da simplicidade” existem alguns patrimônios arquitetônicos importantes. Consta que houve o esquecimento desses “exemplares”. Relembramos que no capítulo um, desta dissertação, pontuamos sobre a peculiaridade do nosso objeto estar situado em arrabaldes da cidade, transformados pejorativamente em “subúrbios”.

Figura 6 - Matriz de Nossa Senhora da Apresentação - Praça Nossa Senhora da Apresentação, 272. Irajá. BTM – Decreto 12.654/94.



Legenda: “Construída em pedra e cal, a Igreja data das primeiras décadas do século XVIII. De concepção arquitetônica singela, apresenta nave única separada da capela-mor pelo arco-cruzeiro.”<sup>167</sup>

Fonte: IRPH, *Coleção Olhos de Ver*. 2012.

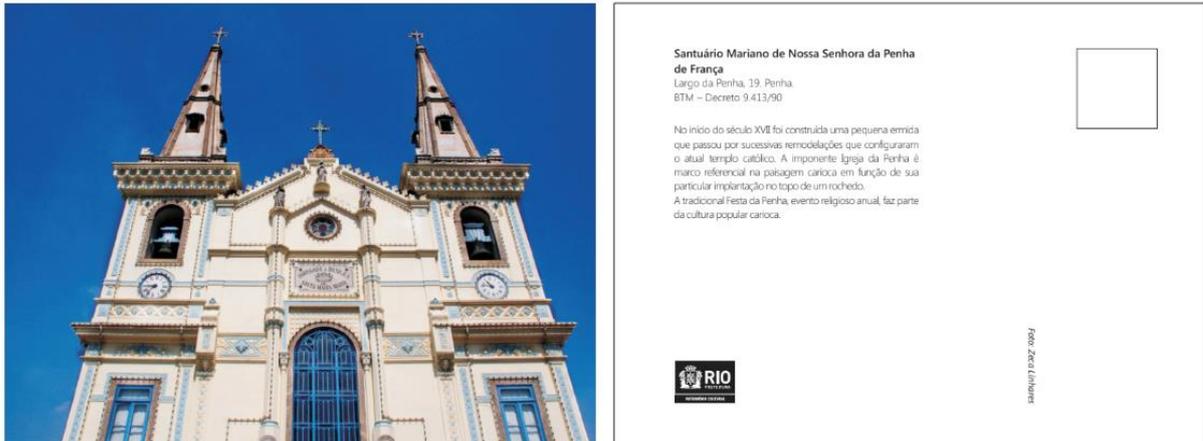
Apesar do tombamento em 1994, a matriz de Irajá, ainda era vista com mais elementos de um “monumento” do que elementos de um “documento” que possa ser interpretado. A

<sup>166</sup> IRPH, op. cit., 2012.

<sup>167</sup> IRPH, op. cit., 2012.

coleção poderia então ser encarada como suporte de memória, promovendo o alargamento de uma comunidade afetiva, importante na construção de identidades e pertencimentos na cidade.

Figura 7 - Santuário Mariano de Nossa Senhora da Penha de França, Largo da Penha, 19. Penha. BTM – Decreto 9.413/90”



Legenda: No início do século XVII foi construída uma pequena ermida que passou por sucessivas remodelações que configuraram o atual templo católico. A imponente Igreja da Penha é marco referencial na paisagem carioca em função de sua particular implantação no topo de um rochedo. A tradicional Festa da Penha, evento religioso anual, faz parte da cultura popular carioca <sup>168</sup>.

Fonte: IRPH, *Coleção Olhos de Ver*. 2012.

Há uma nítida diferença de detalhes históricos entre os dois patrimônios apresentados. O passado agregado à interpretação do monumento histórico se evidencia na igreja da Penha. Não há hierarquias de valores aqui, mas apenas uma forma de constatar, a tensão entre História e Memória, em dois patrimônios históricos da baixada de Irajá.

O parecer técnico iniciado em 1991, origem do processo que resultou no decreto de tombamento em 1994, da matriz de Irajá, pode ter sido o primeiro documento, no sentido que Le Goff aplica quanto à problematização do passado. Hélio Viana autor da visita técnica e do parecer, reúne diferentes tipos de informações, mostrando um trabalho de agente organizador das memórias e da história, além de suas atribuições funcionais sobre m técnicas, materiais, usos e análises da arquitetura. Considerando que é através dessa leitura, do parecer técnico, o maior volume de registro com comentários sobre a existência da matriz, em fonte oficial, até o momento.

<sup>168</sup> IRPH, op. cit., 2012.

### 2.3 Referências da matriz de Irajá, história e memórias inconclusas

Os dois tipos de suportes de texto e imagens, ligadas direta ou indiretamente à freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá e a sua igreja matriz, foram escolhidos por também compartilharem memórias e narrativas históricas. Por terem contextos que oferecem abertura para novos estudos e ampliação do contexto que envolveram o objeto estudado. Esse subtítulo pretende exemplificar a confluência de temas entre história e memória.

O primeiro tema refere-se aos registros de um poeta e militar aposentado, sobre o bairro de Irajá: Agostinho Rodrigues<sup>169</sup>, membro fundador da AILA<sup>170</sup> (Academia Irajense de Letras e Artes, com sede na Biblioteca de Irajá), organizou um bom resumo sobre as memórias de antigos moradores, entremeadas com informações preciosas da Revista Rio Ilustrado - 1937, oferecida por uma moradora a ele. Além de reportagens de jornais e entrevistas realizadas nas décadas de 80 e 90, século XX, sua pesquisa era um interessante registro de acesso do bairro, com acesso local, na Biblioteca João do Rio, como é nomeada a biblioteca de Irajá. A pesquisa abriu caminho para fontes esquecidas, hoje encontradas na Biblioteca Nacional.

O seu trabalho pioneiro foi publicado em um link na web, e disseminado em várias consultas, mas nem sempre citado. A preocupação com a memória é bem marcada no seu trabalho, com a frase: “Trazer a memória é realimentar as fontes que deram origem a determinados fatos que contribuíram para o elo de suas permanências entre gerações”<sup>171</sup>. A obra consta na web com o nome *Meu Irajá*. As informações organizadas por ele ganharam novas formas de circulação. A pesquisa é interessante, pois quando foi datilografada, em

---

<sup>169</sup> Morador de Irajá por muitos anos, hoje reside em Campos dos Goytacazes. Biografia: “Agostinho Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro aos 19 dias do mês de junho de 1935. Escritor, poeta, trovador, cronista, contista, teatrólogo, compositor, palestrante. Exerceu por uma média temporada a arte plástica, bem como de ator e diretor como amador. Ensaísta e pesquisador histórico. [...] Fundador da Academia Irajense de Letras e Artes [AILA] em Irajá / RJ e seu 1º Presidente por 6 anos consecutivos – 1993 a junho de 1999. – Título de Presidente Fundador[...]”. Disponível em:

<[http://www.caestamosnos.org/autores/autores\\_a/AGOSTINHO\\_RODRIGUES-1.htm](http://www.caestamosnos.org/autores/autores_a/AGOSTINHO_RODRIGUES-1.htm)>. Acesso em: 6 de agosto de 2020.

<sup>170</sup> A Academia Irajense de Letras e Artes (AILA), de Utilidade Pública Municipal, Lei Nº 2596 de 03/12/1997, proposição do médico Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Exmo. Dr. Aloísio de Freitas, foi fundada em 19 de junho de 1993. É uma sociedade civil e cultural, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, tendo por objetivo principal, difundir a cultura das letras e das artes em geral no Brasil. A AILA é constituída basicamente de um (1) quadro de quarenta (40) membros efetivos e vitalícios, brasileiros, sem distinção de sexo, cor, credo político ou religioso. (MEU IRAJÁ. 1999). Disponível também em: <https://docplayer.com.br/4554666-Meu-iraja-agostinho-rodrigues-edicao-digital-coletivo-instituto-historico-e-geografico-baixada-de-iraja.html>>. Acesso em: 5 de agosto de 2020.

<sup>171</sup> Meu Irajá. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4554666-Meu-iraja-agostinho-rodrigues-edicao-digital-coletivo-instituto-historico-e-geografico-baixada-de-iraja.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

fascículos temáticos, e colocada em disponibilidade ao público, na Biblioteca Municipal do bairro, incentivou a história local. Incentivou novas fontes e viabilizou, não só suas impressões e interpretações, mas o uso das referências, as quais citou, como por exemplo, de Noronha Santos, entre outros autores e a Revista Ilustrada de 1937, até então esquecida no acervo da Biblioteca Nacional.

Não sendo um historiador, seu trabalho ficou restrito à localidade, mas aos poucos ganhou maior circulação. Foi homenageado na semana do evento *Paixão de Ler*, promovida pela Prefeitura do Rio em 2012<sup>172</sup>. Observamos que o autor das “histórias e memórias” de Irajá está preocupado com a preservação de antigos registros e com a reafirmação de uma identidade vivida e ameaçada do não compartilhamento. É notório que há uma necessidade, nos bairros da cidade do Rio de Janeiro, de acesso mais democrático e plural de suas histórias locais e divulgação das mesmas. O processo de expansão da cidade choca-se, por vezes, com movimentos de preservação de espaços, ruas, nomes, denunciando conflitos inerentes à produção da memória e da história. Nascido em 1936, este poeta e memorialista, independente da metodologia acadêmica, é também mais um dos agentes sociais que marcaram, através de seu pioneirismo, importantes registros sobre a localidade de Irajá. Observamos que a igreja de Irajá aparece como referência simbólica e de memórias de uma camada temporal dita como antiga.

A data de 1613 reforça a ideia das primeiras ocupações na área e a lembrança de uma primeira capela, antes da formalização do templo como freguesia (1644/47), porém na descrição dos símbolos o que prevalece é a opção religiosa. Os brasões foram construídos na época das criações das Regiões Administrativas (RA), na década de 60 do século XX, sofrendo mudanças, atualmente soma trinta e três RAs.

Há uma grande possibilidade de as chamadas “memórias subterrâneas” serem alvo de novos estudos, pois sobre qual motivação a criação de brasões, das Regiões Administrativas aconteceram? A criação das Regiões Administrativas, no governo de Carlos Lacerda, ainda não foi problematizada à luz das políticas locais ligadas à criação do estado da Guanabara, em 1961. É preciso aprofundar o estudo da heráldica, representações e história oral. O território do antigo Distrito Federal torna-se Unidade Federativa com autonomia para criar seus municípios, os quais usualmente possuem brasões para sua representação. Na antiga sede da Região Administrativa (XV) de Madureira, pode-se verificar uma pintura na parede do brasão de Madureira.

---

<sup>172</sup> RODRIGUES, 2004.

Vamos lembrar que na década de 80 do século XX foi feito um trabalho de delimitação dos bairros do Rio de Janeiro pelos órgãos municipais. A Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral normatizou a denominação, a codificação e a delimitação dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 3158 de 23 de julho de 1981.<sup>173</sup> As duas datas do brasão de Irajá são muito significativas, limitando a ocupação conhecida da região e a data de criação de uma nova representação local. Temas inconclusos, ligados à memória e à história.

O foco do memorialista é o bairro, mas destaca a igreja, não somente no brasão, mas insere a igreja na parte da “origem” do bairro. O memorialista e poeta Agostinho Rodrigues, deixou nos seus escritos a finalidade do seu trabalho. A consciência de que não é um trabalho livre de enganos, mas que poderia contribuir para a história do lugar, está presente. Nota-se o uso tanto da memória como da história dentro de seu senso comum, porém realiza com esses instrumentos um registro único, e por vezes repetido em outros trabalhos, sem a conexão de seu esforço para entender o bairro em que viveu uma parte de sua vida. O caráter memorialista da pesquisa ressalta bem como sua finalidade educativa para a comunidade local. Os escritos foram deixados na biblioteca de Irajá para acesso de um público visitante na década de 90 do século XX. Podemos concluir que o tombamento de 1994 pode ter contribuído para a motivação da pesquisa.

---

<sup>173</sup> SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Bairro Contemporâneo: ensaio de abordagem política*. In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p., abr /jun. 1989.

Figura 8 - Brasão de Irajá, localizado na XIV RA<sup>174</sup>, segundo Agostinho Rodrigues



Fonte: Fotografia tirada em 19 de agosto de 1993, cortesia do Sr. Moisés Jordão Filho<sup>175</sup>.

Assim consta, nos livretos de Agostinho Rodrigues, a referência do Brasão de Irajá, lembrando que não existe estudos sobre essa produção representativa dos bairros. Percebemos que a ocasião da criação das Regiões Administrativas, na década de 60 do século XX, foram criados Brasões de vários bairros. Encontramos pintado na parede da antiga sede da RA de Madureira um outro brasão. O assunto não é exclusivo ao bairro de Irajá, merecendo novas investigações, em especial da História Oral, visto que, o próprio Agostinho Rodrigues deixa indicações de ter usado entrevistas e relatos de seus contemporâneos.

<sup>174</sup>Decreto No . 898 de 9 de março de 1962 - (Total de 19 RA) Dispõe sobre a organização territorial do estado da Guanabara e dá outras providências Institui as Regiões Administrativas: I – Portuária ; II – Zona Comercial (Zona Central); III – Rio Comprido, Santa Teresa e Catumbi (Zona Residencial Alta e Intermediária); IV – Botafogo; V – Copacabana; VI – Lagoa; VII – São Cristóvão; VIII – Tijuca; IX – Vila Isabel; X – Ramos (Zona da Leopoldina); XI – Penha; XII – Méier (Zona da Central); XIII – Engenho Novo; **XIV – Irajá (Zona do Rio D’Ouro)**; XV – Madureira; XVI – Jacarepaguá; XVII – Bangu; XVIII – Campo Grande; XIX – Santa Cruz. Disponível em: <[http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2391\\_Breve%20relato%20sobre%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20das%20divis%C3%B5es%20administrativas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2391_Breve%20relato%20sobre%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20das%20divis%C3%B5es%20administrativas%20na%20cidade%20do%20Rio%20de%20Janeiro.pdf)>. Acesso em: 6 de agosto de 2020.

<sup>175</sup>Ver em: Pesquisa histórica registrada, conforme determina o Decreto Nº 1825 de 20/12/1907 -Ministério da Cultura Fundação da Biblioteca Nacional - Depósito Legal, em 29/10/99. RODRIGUES, 1999. ou Meu Irajá. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4554666-Meu-iraja-agostinho-rodrigues-edicao-digital-coletivo-instituto-historico-e-geografico-baixada-de-iraja.html>>. Acesso em: 10 de agosto de 2020.

Tabela 2 - Iconografia do brasão de Irajá

<b>Iconografia</b>	<b>Descrição</b>
Cinco torres	Refere-se ao Rio de Janeiro
Dois Golfinhos	Apesar de mamíferos, representam o peixe. Indicam que o bairro de Irajá está localizado numa cidade marítima.
Abelha	Significado da denominação local
Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá	Definição de ser um povoado católico em sua maioria.
Brasão de armas	Heráldica do Bispo e posteriormente Conde de Irajá.
Escudo português	Descobridores e colonizadores

Fonte: FERREIRA, M<sup>a</sup>. Celeste, 2020. A partir das informações das memórias de RODRIGUES, 1999.

Observamos a referência da matriz de Irajá e da memória do bispo e conde de Irajá. A iconografia da “abelha” também é muito encontrada nas referências sobre Irajá, devido as primeiras interpretações do da toponímia indígena. Interessante que esse registro produzido enfatiza a matriz lusa, terra dos possíveis conquistadores da baía de Guanabara. Será preciso novas pesquisas para averiguar se realmente essas “memórias coletivas” foram compartilhadas e preservadas. O importante foi observar a presença da igreja nessa construção das dinâmicas da memória, absorvidas e organizadas pelo autor dos fascículos, em brochura datilografada, intitulado de Meu Irajá.

O segundo tema recortado de obra literária, refere-se aos cristãos-novos ou “marranos” fluminenses. O renomado jornalista Alberto Dines<sup>176</sup> não era um historiador, mas seu trabalho

<sup>176</sup> Jornalista de grande expressão e atividade, falecido em 22 de maio de 2018, trabalhou em diversos jornais. selecionamos alguns dados de sua biografia: “Alberto Dines nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 19 de fevereiro de 1932, filho de Israel Dines e de Raquel Di-nes, ambos de origem judaica. [...] Iniciou sua carreira em 1952 como crítico de cinema da revista A Cena Muda. [...] Ingressou em janeiro de 1962 no Jornal do Brasil como edi-tor-chefe, aos 30 anos e dez de profissão. [...] Residiu em Lisboa, entre 1988 e 1995, como diretor do grupo Abril em Portugal e consultor editorial da Sojornal - que edita o maior semanário português, o Expresso, e o único vespertino do país, A Capital. [...] Em 1994 criou em Portugal o Observatório da Imprensa. Concluiu e editou a biografia de Antônio José da Silva, o Judeu, e o primeiro volume do livro Vínculos de Fogo. [...] Voltou ao Jornal do Brasil em outubro de 1998 [...]”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dines-alberto>>. Acesso em: 8 de agosto de 2020.

de pesquisa sobre os cristãos-novos ganhou importância nesta Dissertação, a partir da espacialização associada aos perseguidos pela Inquisição, que incluiu Irajá, como freguesia antes mesmo da divisão de Inhaúma em 1743. Seu trabalho de pesquisa é intenso e a organização do livro oferece do lado esquerdo as notas de rodapé, transformadas em guia dos documentos consultados. No lado direito a escrita do “romance histórico” de grande fôlego. Aqui nos interessam as referências com a freguesia de Irajá, ligada indiretamente a sua matriz, Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Logo, história e memória se convertem nesse registro que permite visualizar espacialmente um tempo remoto, imbricado nas práticas religiosas de diferentes matrizes, na freguesia do mesmo nome da igreja pesquisada, de Irajá. Lembrando que a história do orago, explicada sucintamente no capítulo 1 desta dissertação, observa que essa “invocação de Maria” retrata a apresentação da mãe de Jesus ao templo judaico. Esta referência conserva-se no templo atual, em pintura acima do altar-mor, no teto, como descreve o tombamento<sup>177</sup>.

Segundo Maurício de Abreu<sup>178</sup>; a perseguição aos judeus, na Península Ibérica remonta antes mesmo da ocupação dos árabes, cuja dominação sarracena ajudou a minimizar os conflitos abertos entre cristãos e judeus. Seria na Reconquista que a Igreja Católica apodera-se do cristianismo como símbolo da unidade Ibérica e, após massacres em cidades espanholas, no século XIV, as “conversões” ao culto cristão, são formas de sobrevivência e negociação última, que dão origem a uma nova classe social, a de conversos. Estes que no decorrer do século XV, na Europa, conquistaram força econômica e política e, novamente, enfrentaram uma nova barreira social e intolerância explícita, respectivamente: Édito de Toledo, de 1449, com as exigências de “limpeza de sangue”; e em 1492, Castela tem autorização papal para punir os crimes de “heresia” através do Tribunal da Inquisição já instalado desde 1478. Ao final do século XV o número de judeus em Portugal triplica. Considerados em Portugal como “espanhóis” e odiados pelas mesmas razões – negação dos valores impostos pela Igreja Católica, seja pela fé e pelo poder temporal - os judeus teriam novos obstáculos, a expulsão do território Luso em 1496. O termo “cristão-novo” se aplicará aos convertidos a fé Cristã posterior a essa data. A obrigação de uma conversão já não era novidade para o povo hebreu, muitos convertidos guardariam rituais de sua fé judaica secretamente, chamados assim de criptojudeus, embora outros tenham abraçado de vez o cristianismo. Em ambos os casos,

---

<sup>177</sup> “[...] Nossa Senhora da Apresentação ou, como também foi chamada, nossa Senhora da Escada (do Templo de Jerusalém), detalhe da pintura do forro da capela-mor. “VIANA, Hélio. Nossa Senhora da Apresentação de Irajá - Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual. Prefeitura do Rio de Janeiro. SMC/DGP/DCP. 1991.

<sup>178</sup> Maurício de Abreu. op. cit., 2010, p.411-415.

haveria o benefício de uma lei de 1497 que ordenava um prazo de 20 anos sem perseguições diretas sobre o convertido. Para a população em geral o termo “convertido”, já era sinal de confirmação de judaísmo, porém, para a comunidade de conversos, a divisão entre cristãos-velhos e cristãos-novos já estava posta. Estimava-se que juntos seriam um terço da população de Portugal.

Observa-se, então, uma lembrança entre essa santa padroeira da Matriz de Irajá com a história judaica, deixando claro que a “apresentação” é a de Maria e não de Jesus com doze anos, em cenas bíblicas posteriores, “[...] quando, segundo o costume de todos os juvenzinhos judeus, procedeu à cerimônia da leitura da Lei, na presença dos doutores, na cerimônia chamada de - bar-mitzvah”<sup>179</sup>, como consta nos evangelhos canônicos de São Lucas. Sabemos que pelos rígidos padrões coloniais, a cena da “apresentação” de Maria estaria totalmente inserida no ideal cristão, porém, é instigante fazer um entrelace com a historiografia da participação dos judeus convertidos à cristandade na fase inicial da empresa colonizadora no Rio de Janeiro e posteriores perseguições do Santo Ofício aos cristãos-novos. Muitos participaram da colonização Lusa e da implantação da empresa açucareira no Rio de Janeiro, com engenhos que envolveram a Freguesia de Irajá e alguns na própria baixada de Irajá.

O Tribunal da Inquisição foi instalado no reino luso em 1536, com poderes para julgar, investigar e punir através dos “autos de fé” – cerimônias públicas de condenação em diversos graus incluindo a morte na fogueira. É neste o contexto que a fundação da cidade do Rio de Janeiro, logo após a expulsão dos franceses, contará com inúmeros judeus convertidos<sup>180</sup>, em diferentes níveis sociais. Tornaram-se sesmeiros, donos de engenho, comerciantes e até, em alguns casos, membros do clero. Abreu ressalta que, para entender melhor a amplitude da atuação dos “marranos fluminenses”, que poupados pelo Santo Ofício nas terras “cariocas”, no seiscentos, mudará de procedimento no século seguinte – o Setecentos.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> FARIAS, op. cit., 2011, p.67.

<sup>180</sup> Note-se, em primeiro lugar, que um traço marcante da comunidade cristã-nova fluminense, também realçado por Gorenstein em suas pesquisas, foi a endogamia. Com efeito, o entrelaçamento entre as famílias que seriam perseguidas pela Inquisição foi intenso e teve início ainda na primeira metade do século XVII, com especial destaque para os Costa, Rodrigues de Andrade, Cardoso, Paredes, Vale, Soares, Henriques, Barros-Lucena Montarroio, Azeredo Coutinho, Gomes Silva. Um aspecto importante dessa endogamia e pouco discutido na literatura foi a proximidade espacial que esses indivíduos insistiam em buscar, o que dava lugar à concentração de suas propriedades rurais e engenhos em determinadas áreas do termo da cidade, sobretudo em **Irajá/Meriti e em Guaxindiba**, e de suas casas urbanas em certas ruas da cidade, notadamente na Rua do Rosário. ABREU, op. cit., 2010, vol,1, p.412. Grifo meu.

<sup>181</sup>O adjetivo “fluminense” é apropriado, já que as atividades, no início do século XVIII, bens e moradias dos denunciados abrangiam lugares dentro e fora da sede do termo da Cidade do Rio de Janeiro, lembrando a complexidade dos usos do gentílico “fluminense” perpassa a história da cidade. O autor também comenta a

Nota-se que Irajá, sede da primeira matriz rural, no termo da cidade (distância-limite de seis léguas) com uma padroeira relacionada a cenas dos livros apócrifos, ganha um novo destaque. Intriga-nos essa proximidade cultural. Dentre tantas devoções dedicadas ao culto de Nossa Senhora, a matriz guarda em seu próprio nome a “Apresentação” de Maria ao Templo de Israel, uma inegável lembrança aos costumes judaicos. Sabe-se que após as bodas de um grande casamento na Candelária, registrou-se a festa, feita nas terras do engenho – no Irajá - do pai de Catharina Marques. Esta festa<sup>182</sup> seria o ponto de partida, para uma, das muitas denúncias feitas ao Santo Ofício. A comemoração em Irajá, em 1694, descrita no livro *Círculos de fogo*, de Alberto Dines, relata a “tragédia”, os julgamentos do Santo Ofício sobre prósperos habitantes da colônia, como o pai da noiva – José Gomes da Silva<sup>183</sup>, alentejano do Crato, em Portugal.

O “mapa” ilustrativo das famílias condenadas pela inquisição no início do século XVIII reforça suspeitas de interesses econômicos além dos dogmas religiosos nesse episódio e período. O autor mostra também a localização dos engenhos principais ligados a cada família envolvendo as espacialidades da Baixada Fluminense e de São Gonçalo, junto com a baixada Irajá, na época apenas parte da freguesia e igreja do mesmo nome:

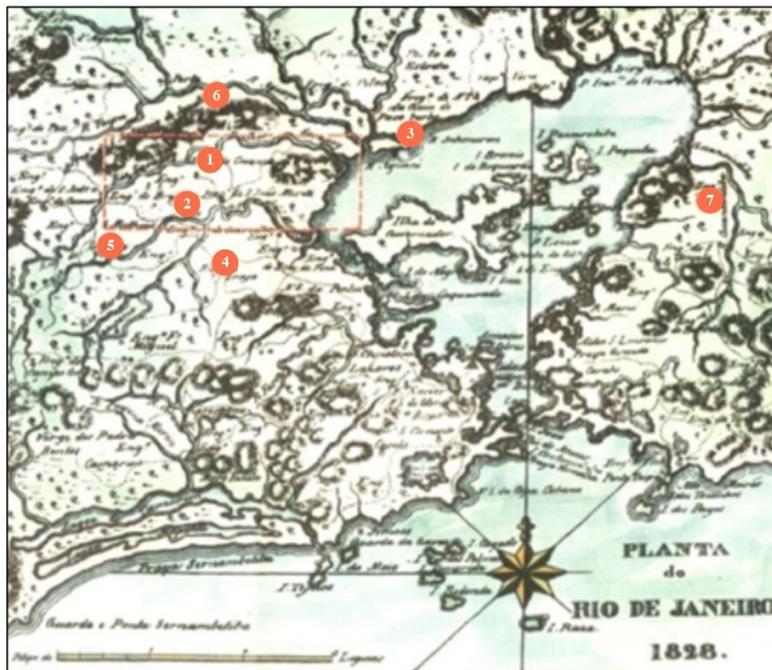
---

miscigenação, entre os cristãos-novos, pois entre os denunciados no século XVIII havia pardos, mulatos e mamelucos.

<sup>182</sup>“Irajá, onde ficavam as terras de José Gomes da Silva e em cujo engenho realizaram-se as célebres bodas.” DINES, op. cit., 1999, p. 411.

<sup>183</sup> De início, envolve-se no comércio de negros, amealha bons lucros, mas logo troca de ramo, que este negócio de açúcar, posto que dependa da escravaria, é mais nobre. José Gomes da Silva tem tudo dobrado, **duas sesmarias em Irajá (onde se situa o partido com engenho)**, outros chãos às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, fora dos limites da cidade, uma fileira de casas no centro da vila, à rua da Cruz, metade de um engenho em Cabo Frio, ao pé da lagoa, com mais de cem cabeças de gado e uma barca. (DINES, 1992, p 423. Grifo meu).

Mapa 2 - Mapa de localização dos engenhos dos cristãos-novos.



- |  |  |                          |
|--|--|--------------------------|
| 1 Engenho da Covanca                     | 4 Irajá, terras de José Gomes da Silva, abastado comerciante e senhor de engenho | 6 Jacutinga              |
| 2 Freguesia de São João de Meriti        | 5 Sítio da Covanca   | 7 Guaxindiba (Colubandê) |
| 3 Sesmaria de Miguel Cardoso (Inhomirim) |  |                          |

Fonte: DINES, 1992, p.423.

Importante a visualização da região de Irajá, referente ao engenho número 4. Em geral, quando nos referimos aos “marranos fluminenses” não fica claro que eles habitaram diferentes regiões do Recôncavo da Guanabara.<sup>184</sup>

Somente o número 4 é o engenho ligado à localização da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, pois no início do século XVIII já estavam desmembradas as freguesias de Jacarepaguá e a de Campo Grande das terras da antiga freguesia de Irajá. Esse evento iniciou uma longa onda de denúncias<sup>185</sup> de que determinadas famílias eram praticantes de rituais judaicos, “a lei de Moisés”, culto a Rainha Ester, a Judá. O personagem principal do livro é Antônio José da Silva, dramaturgo conhecido pelo apelido de *o Judeu*, vítima do Santo Ofício em 1739. Porém, aqui destacamos outros personagens ligados diretamente à região de Irajá. Com inserção nas fontes históricas para todo o processo inquisitorial o livro é peculiar,

<sup>184</sup> DINES, op. cit., 1992.

<sup>185</sup> ABREU, op. cit., 2011; CAVALCANTI, op. cit., 2004; DINES, op. cit., 1992.

tem duas formas de ler propositadamente. Nas páginas à direita, Dines escreveu as “cenas” construídas que fornecem uma bela literatura, porém, no lado esquerdo o autor coloca a descrição das fontes consultadas e seus comentários, como feito em notas de rodapé, só que destacados à esquerda, indicando uma densa pesquisa em arquivos brasileiros e portugueses. O casamento e, em especial a festa, chamada por Dines de as “Bodas de Irajá”<sup>186</sup>, expressão por ele encontrada nos Autos da Inquisição, complementa outros autores no campo da história. O casamento celebrado no ritual cristão na Candelária teve festa opulenta nas terras de Irajá.

Os materiais ligados indiretamente ao tempo, como referência, que podemos situar, estão ligados em especial à memória. De certa forma lembrar fatos que podem compor uma interpretação da história desta freguesia rural, que desmembrada, formou novas denominações. Notamos que a igreja de Irajá, antiga matriz da freguesia, oferece por sua ampliação e ligação temática vários caminhos interpretativos. Estes registros foram produzidos posteriores ao tombamento, o reitera a importância do documento oficial, como história do templo. Acreditamos ser possível, problematizar os diferentes registros de memórias em interação com o trabalho do historiador.

---

<sup>186</sup> [...]vítimas de acusações vagas e irresponsáveis, como as feitas por Catherina Soares Brandoa[...] contra a família de Catarina Marques. Dizia ela que tendo participado, em 1700, de uma festa de bodas de Catherina Marques, filha de **opulento contratador fluminense**, pôde presenciar o fato de, na hora do banquete, homens e mulheres ocuparam salas separadas, [...]. CAVALCANTI, op. cit., 2004, p. 116. Grifo meu.

### 3 PATRIMÔNIO: MÚLTIPLOS CAMINHOS ATÉ A PORTA DA IGREJA

O título procura direcionar o percurso feito nos capítulos anteriores, com ênfase nos termos “história e memória”, para chegar à reflexão sobre a patrimonialização do objeto pesquisado. O termo patrimônio é uma construção social e dinâmica, na sociedade em que vivemos. O termo “patrimônio histórico” pode ser datado e escolhemos a instrumentalização do termo “patrimônio”, no recorte temporal da década de 30, do século XX, como ponto de partida, deste capítulo final, que é o fechamento deste trabalho, para a compreensão do título geral da dissertação: Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá: construção de um patrimônio histórico em uma freguesia rural do Rio de Janeiro. Também para evitar valorações fechadas em torno da igreja tombada, em si mesma, foi preciso um percurso dos capítulos anteriores. A igreja como patrimônio material, foi expandida na pretensão, de que através do “monumento/documento” discutido no capítulo 2, alargasse a compreensão do objeto pesquisado.

Optamos por conservar uma “exposição cronológica”, que em si mesma não é evolutiva, mas de articulação final, devido à invisibilidade do patrimônio histórico suburbano, nesta cidade. Também, a trajetória cronológica dialoga com os demais capítulos e subtítulos, com o título. Esperamos que o objetivo de investigar o percurso da construção de um patrimônio histórico religioso, de tipologia material, por múltiplos caminhos, tenha um desfecho no alargamento da compreensão do objeto pesquisado.

O capítulo 3 também expõe que uma matriz de freguesia, além de seu valor de uso religioso, adquire valores coletivos de identidades e que ampliam nossa percepção de propriedade do individual para o bem coletivo. Os sentidos que a palavra patrimônio histórico agrega, nos indicou a necessidade, de explicitar as diferentes esferas administrativas: IPHAN, INEPAC E IRPH. Foi necessária a tentativa de ligar esses órgãos institucionais, em maior ou menor atuação dentro da baixada de Irajá. Esperamos, que por fim, o templo, sua arquitetura e história atinja o objetivo de refletir sobre a trajetória patrimonial desta edificação religiosa do período colonial até o seu tombamento em 1994.

#### 3.1 O campo do patrimônio: 1937-1994

Importante explicitar que o recorte de tempo escolhido, deve-se a duas questões interligadas ao objeto pesquisado. A primeira questão se refere à delimitação de um período da institucionalização, no Brasil, do campo do “patrimônio” em níveis diferentes: federal, o

estadual e o municipal, culminando nossa atenção, para o registro do tombamento da igreja de Irajá, em 1994, na esfera do município do Rio de Janeiro.

A segunda questão se refere à exclusividade das fontes visuais encontradas. Essas fontes são, em geral, de jornais e revistas, e também materiais produzidos pelos órgãos do patrimônio do âmbito federal e municipal.

Vários níveis de atuação coexistem na escolha e defesa do patrimônio nas esferas nacional, estadual e municipal. São instituições que possuem sua própria história e área de atuação, além de particularidades administrativas, mas estão unidas no mesmo foco de patrimonializar, como ação ou ato de valorar um bem cultural, através de atribuições legais, conferidas a uma instituição para estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação.

Estamos conscientes de que o tem patrimônio é muito abrangente. Precisamos lembrar que a noção de “patrimônio”, sem a sua institucionalização, existiu e permite na história ampla do Rio de Janeiro captar novas reflexões, que não tem espaço nesse trabalho<sup>187</sup>. Importante também, lembrar que o termo patrimônio ganhou densidade ao longo do tempo em diferentes sociedades. Gonçalves<sup>188</sup> alerta para a imposição do entendimento de quaisquer tipos de patrimônios “como metonímias da sociedade e da história”, isto é, tomar uma parte pelo todo, rejeitando a complexidade social. O autor propõe tratar o patrimônio como uma “categoria do pensamento”, a partir do campo da antropologia social. É, portanto, necessário questionar a existência do patrimônio com valor em si mesmo, isto é, sem considerar a amplitude do campo de estudo referente às formas de valoração, decisão e escolhas de como lidar com as heranças materiais ou imateriais. É a sua dimensão “universal”, presentes em todas as culturas que de diferentes formas, abre como caminho referencial para o “ponto de vista do outro”, e que variam em múltiplos arranjos sociais. Logo nas sociedades ocidentais, como a sociedade brasileira, o termo patrimônio é atravessado em sua composição pela noção de cultura, alteridade, identidade, coletividade entre outras noções que ampliam o debate, existentes no campo político. Inicialmente, o termo patrimônio foi usado para bens, herança entre gerações, ligado ao âmbito privado das relações familiares, ligado também ao aspecto econômico predominantemente nas sociedades ocidentais.

---

<sup>187</sup>Mais do que procurar continuidades no que se refere à institucionalização de um órgão que cuidasse da proteção dos monumentos, e esse não existiu durante a etapa em estudo, pensou-se na ideia de patrimônio como uma construção social para melhor compreender a perspectiva histórica da sua trajetória. MARCELO, Hernan Venegas. *A noção de patrimônio no Brasil Império*. In: PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Vol. 11, N.º 1 p. 143. 2013

<sup>188</sup>GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil* RJ; Ed. UFRJ; IPHAN, 2002.

A palavra “patrimônio” segundo o Dicionário Bluteau, impresso em Coimbra em 1712, e disponibilizado pelo Arquivo Nacional, nos permite ter uma definição, do vocábulo, mais próxima da longevidade do objeto pesquisado. Interessante ter encontrado a referência da igreja Católica entre as definições do dito vocábulo. A palavra “*patrimonium*” deriva de “pater”, o que reforça a ideia de herança, incluindo os bens por parte da mãe. Cita logo após, o exemplo da Igreja, como “mãe comum dos pobres”, cabendo aos eclesiásticos a serem os “dispensadores”, isto é, a administração e distribuição. Um monumento religioso no século XVIII carrega a noção de bem compartilhado em comum unidade.

Deixamos, portanto, o sentido individual para um sentido de compartilhamento ou especificamente um direito difuso<sup>189</sup> na atualidade. A classificação do patrimônio cultural como parte do direito difuso, aponta para objetos em conjunto e situações que envolvam a transindividualidade, a titularidade indeterminada que recai no interesse coletivo e a indivisibilidade mostrada que “o meio ambiente só pode ser considerado como um todo [...] da expressão cultural representada por um imóvel de notável valor histórico;”<sup>190</sup> ambos ligados ao uso e interesse da coletividade.

Cabe ao Ministério Público a competência do artigo 129, em especial o inciso III, que prevê o caráter coletivo dos bens patrimoniais, incluindo o meio ambiente: “III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;”<sup>191</sup> Alerta necessário de que este sentido não é o do senso comum, para isso enfatizamos que “patrimônio” em nossa língua pátria é carregado de sentidos abstratos, incluindo o senso coletivo, comunitário.

A *Constituição Cidadã* de 1988, como é conhecida ampliou o debate sobre os acessos e direitos ao patrimônio cultural. O entendimento do significado de Patrimônio como vocábulo que se tornou amplo e transformado. O seu uso na sociedade brasileira atual está relacionado à vida coletiva em seus múltiplos campos de estudos: antropológico, jurídico, econômico, sociológico entre outros. Grossi<sup>192</sup> destaca que o campo da histórica jurídica é o espaço

<sup>189</sup> Direitos difusos também previstos e definidos no Código de Proteção e Direito ao Consumidor, Artigo 81: de 1990: “transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato” Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91585/codigo-de-defesa-do-consumidor-lei-8078-90#art>>. Acesso em: 22 de abril de 2020.

<sup>190</sup>MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Os Princípios específicos da tutela do meio ambiente cultura. In: CUREAU, Sandra et al.(Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 101-122.*

<sup>191</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL de 1988, art 129, inc.III.

<sup>192</sup>GROSSI, Paolo. *A História da Propriedade e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

necessário para promover a “consciência crítica” para todo jurista. O qual deve estar atento aos “pertencimentos” e aproximar-se da história, tanto pela dimensão da reflexão quanto da dimensão ética. O direito sendo um campo que se relaciona diretamente com o “poder”, junto com a história está no centro do debate sobre a “civildade”. Precisamos lembrar que as leis e os direitos se materializam na sociedade em constantes mudanças e através de dinâmicas sociais próprias de cada tempo e lugar.

Na compreensão de Patrimônio o conflito deve ser observado, pois a constituição do conceito – patrimônio – liga-se aos direitos, valores e identidades culturais de muitos em relação a outros. A pesquisadora catalã Rosa Congost<sup>193</sup>, em seu livro: *Tierras, Leyes, Historia – Estudios sobre ‘la gran obra de La propiedad’*, elenca os cuidados para as pesquisas que envolvem o conceito de propriedade(s) e dos direitos de acessos aos bens: devemos usar o termo no plural, para indicar o processo de seu entendimento, enquanto conceito, assim evitar o perigo das abstrações a priori; pois o conceito está naturalizado em uma só visão – a Liberal. Estar atento às mudanças sociais, políticas e econômicas na sociedade da época e em seus discursos anteriores e posteriores às mudanças observadas na formulação e aplicação da lei. Propriedade(s) e direitos são termos em profunda relação. É preciso compreender as mudanças das leis, observando grupos sociais de pressão e conflito, quem ganha e quem perde na aplicação da lei, como um espaço de conflitos dentro da dinâmica específica de cada sociedade. Os diferentes tipos de direitos são frutos de relações sociais datadas e reafirmadas na vida social.

As reflexões de Françoise Choay<sup>194</sup> auxiliam a entender o desenvolvimento do conceito de patrimônio, no Ocidente, em especial na França e sua influência no contexto brasileiro. A palavra patrimônio tornou-se um conceito nômade, mesmo sendo antiga está na atualidade revisitada, ressignificada, preche de usos e atenções a nível mundial chegando a ganhar potencialidades midiáticas na atualidade.

Importante retroceder no tempo, para pensar a construção do conceito “patrimônio”. Segundo Françoise Choay<sup>195</sup> que alerta sobre a ênfase no viés político e econômico como únicos caminhos, realça que ambos não explicam o desenvolvimento do conceito - patrimônio - e não esgotam o seu significado. Partindo da análise dos termos, “*monumentum*” (monumento) e

---

<sup>193</sup> Tierras, Leyes, Historia – Estudios sobre ‘la gran obra de La propiedad’.

<sup>194</sup> CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 4ª Edição, UNESP, 2006.

<sup>195</sup> CHOAY, op. cit., 2006.

“monumento histórico”, ligados às origens do conceito e de ações sobre os patrimônios, permitem especificar como “monumentos”, aqueles artefatos, construções, objetos e símbolos ligados ao ato de rememorar; vivências que envolveram a memória, o pertencimento e a identidade: “[...] do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: [...] de tocar, pela emoção, uma memória viva.”<sup>196</sup>

O “monumento” tem função memorial, e não necessariamente museal, isto é o uso destes objetos em museus sofreu a ação social e histórica, ressalta a autora. Analisando as causas da perda ou ressignificação da função memorial do monumento, está a substituição do ideal de memória pelo ideal da beleza<sup>197</sup>. Seriam duas causas: o impacto do Renascimento e as novas formas de a arte, socialmente construídas para além deste período e a “perda da hegemonia memorial” pelo impacto da invenção da imprensa.

Podemos resumir que a partir do Renascimento operou-se essa transformação (o ideal de memória para a o ideal de beleza), aliada ao aparecimento das “memórias artificiais”, isto é, da invenção da imprensa e posteriormente da fotografia, como canais de memórias – suportes novos de lembranças - próprios de uma nova sociedade ocidental moderna e depois, cada vez mais contemporânea.

O monumento histórico, como sinônimo de “patrimônio histórico”, pode e deve ser datado. Os fundamentos da arquitetura também consolidam esse processo de valorização da beleza e das posteriores classificações estéticas. Com origens na Europa desde o século XVII, consolida-se no XVIII e se amplia no ocidente no século XIX, com expansão para outros países. O ato de patrimonializar é uma ação à posteriori, é uma escolha social. Para a compreensão da criação do “monumento histórico” é imprescindível o seu contexto social, histórico, político e econômico.

O conceito expande-se na segunda metade do século XIX; em 1830, cria-se o cargo de inspetor dos monumentos históricos, no contexto francês, mas já havia a existência dessa noção. Interessante observar que a consagração do conceito, monumento histórico, é datado entre 1820 a 1860, e suas características estão a serviço da história oficial das nações. Observa-se a existência de três discursos que contribuíram para o surgimento da noção de monumento

---

<sup>196</sup> CHOAY, op. cit., 2006, p.16.

<sup>197</sup> “Não se pensava em beleza. (...), o *Quattrocento* a associava a toda celebração religiosa e a todo memorial. Embora Alberti, o primeiro teórico da beleza arquitetônica, tenha conservado, piedosamente, a noção original de monumento, ele abriu caminho para a substituição progressiva do ideal de memória para o ideal de beleza.” (CHOAY, op cit., 2006, p.20).

histórico: o discurso da perspectiva histórica, o da perspectiva artística e o da perspectiva da conservação. Os três discursos entrelaçados constroem o sentido do que se chamaria posteriormente de “patrimônio histórico”, pois “a noção não pode ser dissociada de um contexto mental e de uma visão de mundo [...] ele é constituído à posteriori pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, [...]”<sup>198</sup>. A autora explicita o caso francês, e em certa medida influenciou outras nações, inclusive o Brasil, em épocas posteriores.

A preocupação patrimonial, como ação social de valorar objetos ou construções, como bens nacionais, tem origem na Europa no contexto histórico da formação dos Estados-nacionais. Esta forma de preservação do passado, pelo patrimônio histórico, exige o aceite, em maior ou menor grau, de uma história universal ocidental. Ação reforçada pela adoção de Museus e a constante conservação dos símbolos (monumentos) do passado. O conceito de patrimônio historicamente tornou-se preocupação do Estado, ainda no século XVIII, a fim de fortalecer a ideia de nação e de um passado comum. No Brasil, precisamos contextualizar o período da construção da nação. No caso brasileiro alertamos que vários marcos de tempos podem ser avaliados, até mesmo anteriores a 7 de setembro de 1822, a Independência do Brasil de Portugal, pois para a história do Rio de Janeiro vale também a data de 1808, com o fato único da presença de um rei europeu em solo americano.

A trajetória do termo patrimônio liga-se na gênese francesa a data de 1837, quando foi criado a Comissão dos Monumentos Históricos. Voltada para três categorias de monumentos: as antiguidades renascentistas, os edifícios religiosos e os castelos da Idade Média. Após a segunda Guerra Mundial, mantiveram-se as três tipologias como base, de grande valor e importância, mas já se observa a necessidade de preservar novas modalidades de edificações. Posteriormente a arquitetura erudita alarga-se para dar atenção à chamada de arquitetura vernacular (em inglês, prédios locais) e as construções de uso industrial já obsoletas. O rol de bens patrimonializados se amplia cada vez mais. As malhas urbanas, as cidades e seus conjuntos também passam a ser possibilidades de patrimônios, em um crescente, que envolvem vários países europeus e posteriormente vários continentes. A materialização em forma de instituição mundializada se dá após a criação da ONU<sup>199</sup>, na década de 40 do século XX, em seu setor de fomento ao patrimônio: a *UNESCO* – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

---

<sup>198</sup> CHOAY, op. cit., 2006, p.25.

<sup>199</sup> ONU- Organizações das Nações Unidas, ligada ao contexto inicial da Guerra Fria, e tem como órgão a UNESCO, criada em 16/11/1945, acrescida hoje de mais duas áreas de interesse: comunicação e informação.

A preocupação patrimonial, como ação social de valorar objetos ou construções, como bens nacionais, tem origem na Europa no contexto histórico da formação dos Estados-nacionais. Esta forma de preservação do passado, pelo patrimônio histórico, exige o aceite, em maior ou menor grau, de uma história universal ocidental. Ação reforçada pela adoção de Museus e a constante conservação dos símbolos (monumentos) do passado<sup>200</sup>. Ao analisar o significado complexo das relações históricas, constituintes na palavra “patrimônio” e dos assuntos derivados, estes indicam que: “Monumento e cidade histórica, patrimônio arquitetônico e urbano: estas noções e suas sucessivas figuras esclarecem de forma privilegiada o modo como as sociedades ocidentais assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram sua identidade.”<sup>201</sup>

A construção e expansão do conceito de “patrimônio” são observadas, na crescente participação de países de vários continentes, após os encontros internacionais: 1ª Conferência Internacional para Conservação de Monumentos Históricos é feita em Atenas 1931, só para países europeus; a 2ª Conferência Internacional para Conservação de Monumentos Históricos é feita em Veneza (1964) com três países não europeus: Tunísia, México e Peru e em 1975 – 15 anos depois: 80 países de cinco continentes assinaram a Convenção do Patrimônio Mundial. O Crescimento é feito através do reconhecimento de novos tipos de bens, na valorização de novas cronologias e nas novas ênfases geográficas, com diferentes países devotados ao valor patrimonial. Os arquitetos lembram sempre que os diversos estilos coexistiram, podem estar justapostos, seu charme deriva da “diversidade estilística”, não havendo uma conservação intransigente. Outro fator importante é a constatação de um “público exponencial” sem que haja consenso sobre as práticas patrimoniais e dos “conceitos” de conservação. Essa ampliação do valor atribuído aos “patrimônios históricos” trouxe também ameaças de perdas por conta do turismo exagerado, das dificuldades nos custos e da manutenção; na inadequação aos usos atuais e a expansão de grandes projetos urbanos (a modernização). A discussão é ampla, pois junto com estes argumentos, a pressão é cada vez maior a partir de contextos históricos, cada vez mais globalizados, em especial nas sociedades ocidentais.

Os argumentos dos proprietários, que querem garantir o direito privado (onde prevalece nos EUA), chocam-se com o “interesse público, em especial na França “onde a limitação do uso do patrimônio histórico privado é considerado um atentado contra a liberdade dos

---

<sup>200</sup> Para “A herança museológica do século XX”, ver: CHAGAS, Mário. *A Radiosa Aventura dos Museus*. In DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs). *E o patrimônio? Contra Capa, PPG Memória Social. 2008*, 113-124.

<sup>201</sup> CHOAY, op. cit., 2006, p.205.

cidadãos”<sup>202</sup>. Toda ênfase ao conceito de patrimônio atravessam a dimensão política e econômica atual, mesmo quando críticas ferrenhas são feitas a “mediocridade da urbanização contemporânea”<sup>203</sup>, isto é, a massificação e comercialização agressiva de habitações e urbanização, como negócio per se, desreguladas de necessidades sociais mais abrangentes.

Outros autores como François Hartog<sup>204</sup> chamam de “Presentismo”, ou presente onipresente, onde o tempo não é pensado, criticado, apenas transcorrido e, assim, não se retira dele todas as informações possíveis, mas apenas aquelas que interessam para manter a história oficial. A visão única que se deseja transmitir para o futuro, e ainda cria-se um excesso de patrimonialização. Na conjuntura atual, as sociedades tendem a valorizar as ideias de patrimônio e memória, porém tratam cada vez mais o passado como uma mercadoria, como algo em que investimentos econômicos são realizados a fim de gerar lucro, principalmente através das indústrias de turismo e entretenimento. Todas essas reflexões são importantes para entender os nossos caminhos relacionados ao amplo aspecto dos patrimônios no Brasil.

*A Invenção do Brasil*, um livro composto por vários ensaios unificados pelos questionamentos sobre a produção histórica da cidade do Rio de Janeiro e o direito as diferentes memórias coletivas. Afonso Carlos Marques dos Santos<sup>205</sup> já alertava sobre as reflexões necessárias sobre a historiografia como campo importante para guiar, repensar e criticar a produção dos historiadores. Esse ofício e a consciência de nossas ações profissionais, na e para a sociedade são revalorizadas nessa coletânea de ensaios unidas pelo aprofundamento dos temas ligados ao patrimônio, história e memória. A “cultura histórica” estaria minimizada em seu valor fundamental que é balizar o “debate teórico e metodológico”, já que novos questionamentos atravessam a cidade carioca como um todo, visto que como aglutina o nacional e o local.

Importante pensar sobre a ideia de “nação”<sup>206</sup>, pois este conceito envolve também o campo do patrimônio e ainda mais importante é considerar que também é um conceito

---

<sup>202</sup> CHOAY, op. cit., 2006, p.17.

<sup>203</sup> CHOAY, op. cit, 2006, p.17.

<sup>204</sup> HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

<sup>205</sup> SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A Invenção do Brasil: Ensaios de História e Cultura*. Ed.UFRJ, 2007.

<sup>206</sup> *A Invenção do Brasil - ensaios de história e cultura*, de 2007, uma publicação feita em homenagem póstuma ao historiador e professor Afonso Carlos Marques dos Santos. O conjunto da obra pontua que as questões sobre a “nação brasileira” partem do presente e de nossas escolhas, pois a sacralização romântica do século XIX, não deve ser tomada com uma matriz histórica única. A palavra “invenção” refere-se às ações de brasileiros no tempo, ao processo ainda inconcluso da nação, de sua multiplicidade cultural e das ações dos cidadãos.

complexo e cheio de historicidade: “Para nós, porém, não se trata apenas de reconhecer a questão nacional como objeto histórico, mas de discutir suas implicações na consciência dos historiadores.”<sup>207</sup>

Primeiramente entender as nossas especificidades: “a ideia de nação não se dá igualmente em todas as partes do mundo, apesar de estar irremediavelmente vinculada à história do capitalismo e da ascensão política da burguesia”<sup>208</sup> Em segundo lugar desnaturalizar as escolhas feitas no século XIX, pelos cronistas, memorialistas e historiadores: “O espaço politicamente demarcado no século XIX, como Estado independente, é tomado como um dado que, projetado no passado, torna-se o referencial fundamental para própria pesquisa histórica.”<sup>209</sup>. Então entendemos que a construção de um “patrimônio histórico” está ligada às necessidades ou escolhas políticas que se externam e interiorizam em símbolos nacionais entre eles: os heróis, bustos, monumentos, bandeiras, o nome das ruas, incluindo mapas que delimitam as fronteiras. Essa reflexão é útil quando estudamos um patrimônio histórico nas cercanias do centro da cidade.

As igrejas e conventos recebem atenção especial neste contexto imperial, como expressões da religiosidade do Império brasileiro. Portanto as questões nacionais e locais atravessam os patrimônios cariocas, de uma forma bem intensa. A concentração administrativa, política, econômica além das questões simbólicas - materializada pelos patrimônios - são caminhos necessários de reflexão.

### 3.1.1 O âmbito nacional: IPHAN

As atividades do órgão responsável pelo patrimônio - SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), posteriormente IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com origem institucional em 1937, com atuação na esfera federal, determina o valor e escolha dos bens materiais e imateriais relativos à nação brasileira.

No Brasil, portanto a implementação das políticas públicas de patrimônio é muito recente, tendo começado a ser construída durante o Estado Novo – década de 1930 - inserida no processo de construção de uma nova identidade nacional, promovido por Getúlio Vargas.

---

<sup>207</sup> SANTOS, op. cit., 2007, p.93.

<sup>208</sup> SANTOS, op. cit., 2007, p.92.

<sup>209</sup> SANTOS, op. cit., 2007, p.91.

Ao longo das décadas seguintes, as iniciativas foram sendo estabelecidas, a partir do Decreto Lei Nº 25 na fase do Estado Novo, com profunda ênfase no caráter excepcional dos bens, separados por categorias: 1 - arqueológico, paisagístico e etnográfico; 2 - histórico; 3 - belas artes; e 4 - das artes aplicadas.

O tombamento como instrumento de valoração de um bem material, surge como ato administrativo amparado por lei, para a proteção e preservação dos bens públicos, bens que são de direito coletivos, mas é fruto de um longo processo político-administrativo. A criação Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em caráter provisório em 18 de abril de 1937, seguiu-se a Lei nº 378 de fundação do SPHAN como órgão oficial preservação em 13 de janeiro de 1937. No fim desse mesmo ano o Decreto-Lei nº 25 regulamenta as atividades do SPHAN torna-se o marco institucional das ações sociais, de políticas públicas, preservacionistas no Brasil.

O direito de tornar um bem em patrimônio estruturou-se institucionalmente e em seus quadros de profissionais, no Brasil, encontramos intelectuais consagrados como: Mário de Andrade, Lúcio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que entre muitos atuaram na consolidação nos processos de tombamento – na época ligados ao patrimônio material.

Nada mais tradicional que o tombamento material - pedra e cal - de um templo católico, como é o caso do tombamento municipal (Decreto/RJ:12654 de 28-01-1994.) da Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Justamente esse aspecto tradicional que ganha peculiaridade por outros caminhos. No caso do objeto pesquisa, a igreja de Irajá é um tombamento municipal. Sabemos que a concentração de bens tombados, pelo âmbito federal - IPHAN - no centro histórico da cidade do Rio de Janeiro é em número bem superior aos bens tombados nas cercanias da cidade e no próprio Estado; a tipologia do bem - igreja - lidera a lista dos bens protegidos nos primórdios da criação do órgão federal, nas décadas de 30 e 40, em especial os templos do início da colonização portuguesa no Brasil de relevante valor artístico.

Não há bens tombados ou registrados pelo IPHAN na região da baixada de Irajá, termo geográfico que abrange uma parte da antiga freguesia de Irajá depois de seus sucessivos desmembramentos, até restar a mesma toponímia, como delimitação de um bairro – inserido nesta região geográfica chamada de baixada de Irajá - localizado ao Norte da cidade carioca. A “patrimonialização” foi feita pela esfera municipal na primeira metade da década de 90, do século XX: decreto nº 12654 de 28 de janeiro de 1994, porém os contextos que envolvem o desenvolvimento administrativo e social da participação do Estado e dos cidadãos no processo de patrimonialização nos interessam como contexto.

Especificamente para entendermos o campo do patrimônio como lugar de lutas políticas, em sentido mais amplo de lutas pela efetiva cidadania, precisamos compreender a relação principal que envolve o campo patrimonial: história e memória. O alerta de Mário Chagas<sup>210</sup>, sobre a relação de poder e memória (memória socialmente construída), é um campo dinâmico e em disputa, nas sociedades ocidentais. Essa relação densa não deve camuflar os conflitos, pois as ações ligadas à criação de patrimônios e museus tradicionais, mas também de novas práticas de musealização e de entendimento dos processos de patrimonialização. Onde há esquecimentos, há resistências, alerta o autor sobre a importância das escolhas feitas pela sociedade, para a eleição do que é ou não digno de tombamento (resultado de um processo patrimonial) ou musealização, que é essencialmente relações sociais em um tempo e em um espaço.

Complementando as reflexões nos guiaremos por Maria Cecília Londres Fonseca, na obra *O Patrimônio em Processo*, segue com firmeza as trilhas da instituição federal, o IPHAN, criado por decreto presidencial em 1937, justificando tal atenção, por ter sido o atual município do Rio de Janeiro a capital federal do país de 1889 até 1960, visto que na fase inicial o “SPHAN” privilegia as construções barrocas e bens culturais do período colonial.

O barroco escolhido como expressão legítima e original consolidou a valorização do passado colonial de raízes portuguesas, mais criativas, onde o gênio artístico de Aleijadinho, figura entre os grandes de nossa cultura. O caráter de excepcionalidade era, portanto, um critério “fundante” nas escolhas, de quais seriam os patrimônios nacionais. A constituição de um valor, também é histórica,” [...] pois é a partir dos anos 1940 é que foi reelaborado o barroco como autêntica tradição brasileira”<sup>211</sup>. O destaque para conjuntos arquitetônicos que correspondem a este estilo, e sua qualificação de “barroco mineiro”, permitiu a valorização de determinados conjuntos e espaços específicos de representação da nação. “O Sphan como uma academia, ou seja, como espaço de produção de um saber definiu o barroco como lugar de origem, e Minas como lugar da civilização brasileira.”<sup>212</sup>. Outros autores alertam, como Mendes que é importante observar as relações arquitetônicas entre Brasil e Portugal, em especial a jesuítica: “É comum considerar-se maneirismo, o período imediatamente posterior

---

<sup>210</sup> ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs). *Memória e Patrimônio* - Ensaios contemporâneos. DP&A, Rio de Janeiro, 2003.

<sup>211</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Ed. FGV, 2008, p.121.

<sup>212</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2008, p.191.

ao Renascimento, quando alguns cânones barrocos apenas estavam iniciados”<sup>213</sup> A supervalorização do barroco mineiro como um estilo arquitetônico nacional e focado em especial em Minas Gerais, poderia ter eclipsado outras escolhas por todo o território brasileiro: “Ainda hoje, vigora a tentativa de imputar um modo de construir específico dos jesuítas no Brasil. Esses ensaios vêm mantendo a prioridade à interpretação estilístico-arquitetônica inaugurada por Lucio Costa em 1941”<sup>214</sup>.

Lembrando que esse órgão federal já produziu reflexões internas: “A reificação de estilos artísticos ou arquitetônicos desconsidera aspectos sociais, políticos e econômicos que estiveram implicados no contexto histórico do surgimento desses bens e dos próprios ‘estilos’ artísticos [...]”<sup>215</sup> Importante crítica para compreender, talvez o vazio, de tombamentos do IPHAN, na baixada de Irajá.

Embora a igreja Nossa Senhora da Apresentação tenha tido obras sacras do barroco, a sua simplicidade do partido jesuítico é bem marcante. A igreja atual, sendo bem simples internamente, pode ser melhor compreendida após uma visita ao Museu de Arte Sacra do Rio de Janeiro. Constatamos que a altura de pouco mais de um metro, das três obras da arte religiosa, postas nos altares laterais, pode nos ajudar, a pensar sobre o interior da matriz no período colonial.

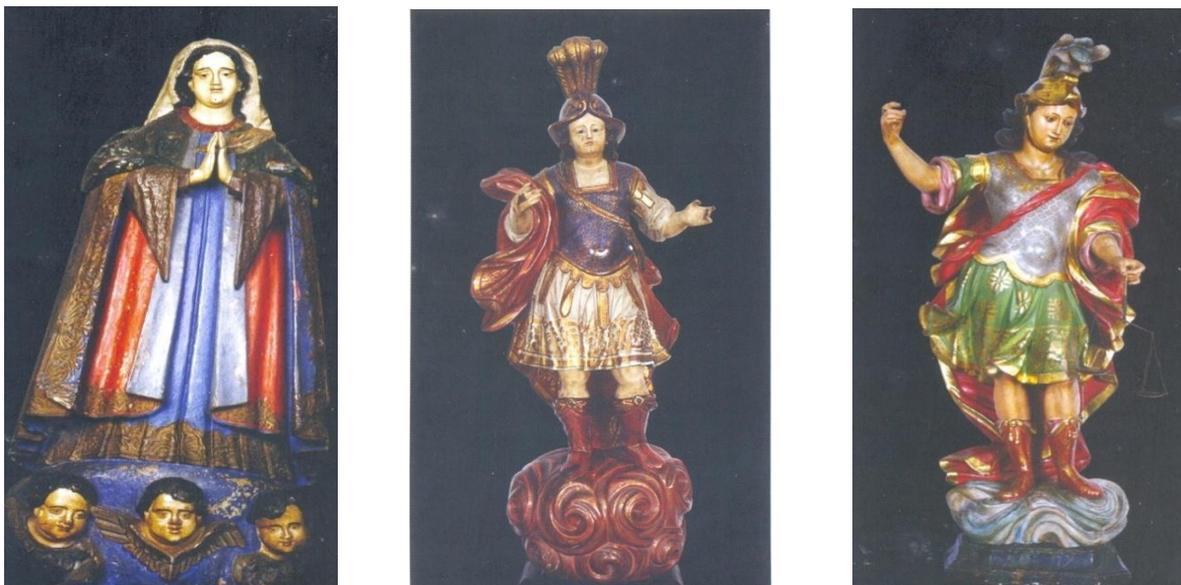
---

<sup>213</sup> MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; WILLIAM, Bittar. *Arquitetura no Brasil: De Cabral a Dom João VI.1.* ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2017, p.169.

<sup>214</sup> MENEZES, Aline Bezerra de. *O Papel do IPHAN na construção da categoria de Patrimônio Jesuítico.* In: CHUVA, Márcia (Org.). *Assentamentos jesuítas: territórios e significados*- Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, Cadernos de Pesquisa e Documentação; 1, 2008. p.32.

<sup>215</sup> MENEZES, op. cit., 2008, p.32.

Figura 9 - Imagens sacras de capelas internas da igreja N. Sr.<sup>a</sup> da Apresentação de Irajá.



Legenda: Arte sacra, todas de procedência da Igreja N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Apresentação do Irajá: Nossa Senhora da Lapa – século XVII (1,05 m) e duas de São Miguel Arcanjo, ambas do século XVIII, com 1,25 m e a outra com 1,15 m, respectivamente.

Fonte: Museu de Arte Sacra da Arquidiocese do Rio de Janeiro. In: ARAÚJO, 2008, p.59/63.

O então SPHAN sediado no Rio de Janeiro como Distrito Federal, até a inauguração de Brasília como nova capital, detinha o poder de análise sobre os patrimônios nacionais. Ao longo do tempo as interpretações sobre o que é um patrimônio foram amplificadas por dois discursos ou “narrativas”. Com ações distintas na condução das decisões patrimoniais - Rodrigo/tradição e Aluísio/referências culturais: Rodrigo Mello e Franco, diretor do Sphan de 1936/37 a 1967, e Aloísio Sérgio Barbosa de Magalhães é nomeado diretor do IPHAN em 1979.<sup>216</sup> Percebemos que as mudanças administrativas e culturais da década de 70/80 foram importantes fortalecer a democratização de uma valoração patrimonial, mais abrangente sobre a pluralidade cultural do país. Porém, a que se expandir como reflexão, se essa amplificação atingiu os arredores da cidade do Rio de Janeiro: “A pesquisa da documentação relativa à política de preservação, referente a 1964, 1975, 1976, permite afirmar que o marco de inovação é a Carta de Veneza,

<sup>216</sup>“Em 1975, inclusive, o Iphan foi dividido em SPHAN (Secretaria), na condição de órgão normativo, e na FNPM (Fundação Nacional Pró-Memória), como órgão executivo. [...]. A *Carta de Veneza* de 1964, depois reforçada pela *Declaração de Amsterdã*, do Conselho da Europa de 1975, quando trata da Conservação Integrada através de um relacionamento com o Planejamento Urbano e Regional, o denominado Patrimônio Integral, é a referência histórica da abrangência do novo entendimento de **patrimônio cultural**.” Disponível em <[portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iph-an-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D](http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iph-an-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D)>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

de 1964. Os sítios urbanos e rurais, obras modestas, mas de importância cultural, igualaram-se, em valor cultural, aos monumentos.”<sup>217</sup>

O conceito “patrimônio” é garantido pela Constituição de 1988: “A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial (...)”.<sup>218</sup> onde foram instituídas novas formas de registros e formas de preservação, além do Tombamento tradicional, para edificações e paisagens urbanas, criaram-se o Registro e o Inventário, valorizando as formas de saberes, técnicas, manifestações artísticas e culturais.

Devemos destacar que a igreja colonial, tombada na década de 90 do século XX, diante das mudanças de enfoque e abrangência do conceito de “patrimônio”, poderíamos usar o termo “patrimônio cultural”. Optamos por “patrimônio histórico” no título da dissertação, para enfatizar a trajetória do objeto, no desenvolvimento da história da cidade do Rio de Janeiro, no papel de matriz de uma freguesia rural. Logo, entendemos, que se a igreja não foi considerada um “monumento” com valores excepcionais, o reconhecimento do tombamento revalorizou os “sítios urbanos ou rurais” e obras de valores mais modestos, reforçam suas potencialidades históricas.

O objeto pesquisado pode ser analisado através destas mudanças do campo patrimonial, em diferentes tipos de fontes. No IPHAN/RJ, apesar de raros tombamentos materiais na baixada de Irajá, encontramos algumas fichas de cadastro, com slides(filme em negativo), tamanho 3x4 produzidos pelo órgão federal do patrimônio em 1962. Não foi encontrado um dossiê ou estudos sobre um processo de patrimonialização federal. Observamos as fichas e algumas fotos que compõem informações sobre a igreja na década de 60 do século XX, junto com um suplemento do Jornal dos Sports de 1965.

O suplemento com pelo menos duas folhas, hoje sob a guarda do IPHAN, registra o espaço dado à XIV Região Administrativa localizada em Irajá nas festas de 1965. A iniciativa e responsabilidade das matérias são uma — “Promoção conjunta do Jornal dos Sports com o órgão organizador das comemorações do IV Centenário junto e com a XIV Região Administrativa”, publicado em 6-04-1965.

O Jornal dos Sports e a Festa do IV Centenário da Cidade do RJ promoveram um caderno especial, durante as comemorações, com as seguintes características: As matérias

---

<sup>217</sup>Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D](http://portal.iphan.gov.br/80anos/noticias/detalhes/3581/iphan-de-1970-a-2000-%E2%80%93-fase-%E2%80%9Cmodernista%E2%80%9D)>. Acesso em: 29 de agosto de 2019.

<sup>218</sup> Disponível em: <[www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)>. Acesso em 7 de janeiro de 2019.

ênfatisam origens dos bairros e peculiaridades como a antiguidade da Igreja de Irajá, o que é muito interessante, mas nota-se um jogo entre o destaque da antiguidade como valor de patrimônio desgastado com o moderno, entremeados de disputas e conflitos locais pelo uso do espaço sagrado da igreja e do seu cemitério.

A Festa do 4º Centenário: Destaque de que era — ”O Ano Mundial dos Jogos da Primavera”. Interessante a diversidade das atividades e um grande dinamismo social. O suplemento fornece vários subtítulos com a agenda dos festejos e a história da cidade, região e alguns bairros: Orquestra Sinfônica no Irajá Atlético Clube, batalha de flores, pelas principais avenidas. Congadas no largo de Irajá, apresentação de grupos regionais, danças folclóricas, corais, seresta, missa campal, bailes, jogos (torneios de futebol, handebol e vôlei de moças), exibição de halterofilismo e boxe, exposições no largo de Vaz Lobo e Praça 8 de Maio (Rocha Miranda), teatro (Escola Grécia), passeio marítimo para 1.500 convidados da XIV Região Administrativa, com apoio do GR Pau Ferro, encerramento com desfiles histórico e militar e apresentação da Esquadilha da Fumaça em Irajá. Notícias em destaque - obras e eventos: A projeção de inauguração da moderna usina de lixo recebeu o destaque maior. Foi citado passeio de ônibus ao rio Guandu e obras do governo da Guanabara.

O Jornal, e as fichas de estudo, pesquisa e catálogo são os únicos materiais encontrados até agora no IPHAN, sobre a igreja de Irajá. Apesar da pouca informação sobre o patrimônio da igreja de Irajá, encontramos abaixo o registro iconográfico da igreja, em 1962, conservado no negativo, seguro pelo suporte das fichas.

Figuras 10 e 11 - Fichas fotográficas da igreja de Irajá, sob a guarda do IPHAN.



Fonte: IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1962.

Sentimos falta de um volume maior de documentações sobre a igreja, porém as fichas forneceram imagens raras da igreja naquela década e o *Jornal dos Sports* de 1965, faz referência a existência do templo histórico no bairro de Irajá, no contexto dos 400 anos da cidade do Rio de Janeiro. Observa-se que o atual IPHAN estava em 1962 vinculado ao MEC - Ministério da Educação e Cultura e sob a sigla do DPHAN - Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1946-1970). O Rio de Janeiro era a capital federal e a atribuição do órgão envolvia a patrimonialização de bens materiais, prevendo a proteção necessária, após serviços de pesquisa e catalogação dos bens. Pelo material encontrado podemos perceber que o DPHAN, procurou registrar o bem cultural, mas não foi considerado de valor notável. Lembramos que na década de 60 do século XX, a igreja já havia sofrido intervenção que podem ter descaracterizado a arquitetura do período colonial.

Encontramos outra fonte iconográfica e textual, na Biblioteca Nacional, de grande importância, visto a escassez de documentação no nível federal, e por exemplificar o funcionamento da igreja, na passagem do século XVII para o século XVIII, em suas reportagens. A que mais se destaca pelo volume de informações é a *Revista Rio Ilustrado* 1937<sup>219</sup>. Fonte arquivada pela Biblioteca Nacional, já microfilmada, mas ainda não disponível ao público na hemeroteca. Nesta revista as edições de 1934 até 1939. Os dois jovens diretores, Belmiro de Souza Sobrinho e João Guimarães, acentuam que a revista seria quinzenal, após o oferecimento deste primeiro número à Exposição Colonial e a cidade do Porto em Portugal, porém encontramos de um a dois exemplares, no máximo, para cada ano na Biblioteca Nacional. Os diretores na apresentação, afirmam que: “O jornalista sem jornal recorda o pássaro preso, que não gorjeia: morre. Fizemos, então, reaparecer o RIO ILUSTRADO. Não pôde, bem o sabemos, responder pela imprensa carioca. Falta-lhe o prestígio das coisas, e dos seres consagrados”<sup>220</sup> Importante é verificar os registros feitos na revista, na figura abaixo, que envolvem a igreja de Irajá:

---

<sup>219</sup> Importante como registro de bairros suburbanos, em especial madureira”que surge” e Irajá antiga, dicotomia ainda não aprofundada nas reflexões sobre a região.

<sup>220</sup> RIO ILUSTRADO, 1934, BN/RJ.

Figuras 12 e 13 - Capa e uma página interna do periódico *O Rio Ilustrado*



Fonte: *O Rio Ilustrado*, Biblioteca Nacional, 1937.

Revista fundada desde 1928, ao que parece foi interrompida sendo oferecida ao público carioca, em sua segunda fase, com Ano: VI, o N° I, Julho de 1934. A revista contava com apoio declarado da comunidade luso-brasileira. O destaque aos comerciantes, industriais, empresários e intelectualidades, ajuda a fornecer um panorama de várias áreas da cidade do Rio de Janeiro e de alguns municípios do Estado. Um rico material para a pesquisa sobre o subúrbio carioca em tom memorialístico e de propaganda. São registros que traçam comparações arquitetônicas variadas e apontam também para o pertencimento na política nacionalista de Vargas. Esta fonte iconográfica da década de 30, do século XX, de bairros com pouca visibilidade na cidade carioca. Há em abundância fotos de lojas comerciais, fábricas, transportes, escolas, prédios públicos e privados. Interessa-nos o número de 1937, pela temática voltada para a região suburbana, com o título: *Madureira a Cidade que Surge*.

Apresenta na composição da capa, em gravura colorida, itens que simbolizariam a visão de Madureira em 1937 - Além de destacar na capa a Igrejinha São José da Pedra, um carro de boi ladeado de imensos vagões de trem e as escadarias da estação ferroviária local, nota-se o efeito do contraste entre o moderno e o antigo. Essa relação é o mote que se repete em toda revista, mostrando então as origens de Madureira, com várias reportagens ligadas ao bairro de Irajá e sua antiga Matriz, sede de Freguesia. Enfatiza a longevidade de séculos do templo em questão, em comparação ao avanço da urbanização de Madureira: tradição/modernidade (Irajá/

Madureira). Há relatos do cotidiano de outros bairros limítrofes (Vaz Lobo, Rocha Miranda, Vicente Carvalho), pois é intenção direta a promoção do “espírito público” e afirmação do “progresso do Distrito Federal”.

### 3.1.2 Os âmbitos estadual e municipal

O INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural –, criado em 1975, após a fusão entre o Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro<sup>221</sup>, possui também origens na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (DPHA). Relembrando o intenso processo de transformação da cidade do Rio de Janeiro quando deixa de ser oficialmente o Distrito Federal, sob o governo eleito (1960- 1965) de Carlos Frederico Werneck de Lacerda, e se torna o Estado da Guanabara. Os tombamentos no nível estadual começam com uma preocupação diferenciada do nível federal que estava ligado profundamente as questões da cultura nacional. Observamos que do ponto de vista administrativo, a história do INEPAC atravessa os possíveis departamentos de preservação já operantes na cidade carioca que vive momentos da perda de sua esfera federal. A criação do Estado da Guanabara e as readaptações e remanejamentos políticos administrativos ainda precisam ser ampliados, pela memória do campo patrimonial, como podemos perceber com a Tese de Silveira:

Do ponto de vista do patrimônio cultural, em 1964, ainda no antigo Estado da Guanabara, foi formada a Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (DPHA), que cuidava do patrimônio cultural da cidade. Até então, não se falava em patrimônio cultural; falava-se em patrimônio histórico. Em 1975, com a fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, o DPHA passou a ser um órgão municipal. Foi então criado o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural - INEPAC, que é um órgão do governo estadual [...]. Logo depois, o órgão municipal foi extinto e por um curto período o município ficou sem um organismo que cuidasse do patrimônio. [...] Em 1980, foram criados o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC) e a Divisão de Patrimônio, cuja atribuição era cuidar do patrimônio do município [...]. A Divisão foi o embrião do Departamento Geral do Patrimônio Cultural (DGPC), surgido em 1986 e que então passou a ser o órgão executivo do Conselho.<sup>222</sup>

<sup>221</sup>“Em texto publicado na Arquitetura Revista, da FAU/UFRJ, em 1990, o arquiteto Gustavo Rocha Peixoto comenta a importância desse primeiro tombamento estadual no Brasil:”A criação da antiga DPHA, da qual o Inepac é o sucessor legal, abriu caminho para que em 15 de julho de 1965 fosse efetivado o primeiro tombamento estadual do Brasil - o Parque Henrique Lage, obra eclética do início do século vinte. Sua preservação seria quase impossível de acordo com os rigorosos critérios de seleção de bens para tombamento que vigoravam naquele momento. Ao mesmo tempo em que se preservava a construção, protegia-se também o amplo parque, importante área de lazer e área verde para a Cidade. (Peixoto, 1990, p. 8)” Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/home/historico>>. Acesso em: 7 de janeiro de 2019.

<sup>222</sup> SILVEIRA, Carmen Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro* / Carmen Beatriz Silveira. – 2004. Orientador: Ana Clara Torres Ribeiro. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

Não foi encontrado registros sobre a igreja de Irajá, no âmbito estadual, mas o órgão marca presença patrimonial com alguns bens materiais em alguns bairros na área chamada de baixada de Irajá. Entre os tombamentos neste nível estadual está o Reservatório, na Penha circular entre outros.

Interessa no momento a constituição dos órgãos ou departamentos no âmbito municipal, que de forma breve está abordado na tese de doutorado, em 2004, com o título *O Entrelaçamento Urbano-Cultural: Centralidade e Memória na Cidade do Rio de Janeiro*, de Carmem Beatriz Silveira, onde sinaliza ao final que “[...] a relevância de um estudo comparativo entre diferentes centralidades cariocas e a implementação de projetos que estimulem a preservação da memória da cidade, num sentido amplo”<sup>223</sup> se faz necessária, embora a centralidade do centro da cidade fosse marcada pela pesquisadora, afirma a importância da “pluralidade de memórias”. Interessante a série de entrevistas feitas, por ela, para percorrer a memória e a reflexão de políticas culturais e de preservação. Pontuamos a entrevista com o arquiteto André Zambellin (Diretor do DGPC – Departamento Geral de Patrimônio Cultural/SMC, em finais da década de 90) que descreve um pouco da história dos órgãos municipais ligados à preservação dos patrimônios. Onde anteriormente o valor artístico e histórico que predominava as decisões em detrimento da concepção do conceito de cultura, o que foi mudando lentamente. E o destaque, nas décadas de 80/90 do século XX, para a criação do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural (CMPC) e a Divisão de Patrimônio. É este órgão executivo que produzirá o Decreto 12654 de 28-01-1994, assinado por Cesar Maia, então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, após estudos técnicos do patrimônio municipal feitos por Hélio Viana, funcionário do Departamento Geral de Patrimônio Cultural, doravante DGPC, que relata suas observações sobre a Igreja.

A busca do original feita com o parecer técnico para o tombamento merece alguns destaques: Não houve acesso ao original. Foram utilizadas as fotocópias dos textos que estão incompletas, nos arquivos do atual Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, criado em 2012, doravante IRPH<sup>224</sup>. Entre outras competências tem função de proteger e promover o Patrimônio Cultural do Município do Rio de Janeiro.

---

<sup>223</sup> SILVEIRA, op, cit., 2004, p 94.

<sup>224</sup>“Através do Decreto Nº 35879 de 05 de Julho de 2012, que dispõe sobre o RIO COMO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE fica criado o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade – IRPH, ratificado pela Lei 5547 de 27 de Dezembro de 2012, como órgão estruturado no Gabinete do Prefeito.” Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/irph/competencias>>. Acesso em 28 de julho de 2019.

Hélio Viana, funcionário da Prefeitura/RJ responsável pelo estudo patrimonial, em sua ficha de cadastro de bens imóveis, na visita técnica pelo Departamento Geral de Patrimônio Cultural Municipal, em 1991<sup>225</sup>, aproxima a devoção de Nossa Senhora da Apresentação com o povoamento inicial da cidade do Rio de Janeiro.

O tombamento municipal da igreja de Irajá, feito através do decreto nº 12654 de 28 de janeiro de 1994, indica uma evidência de valoração que vai além da pedra e da cal, para tanto devemos utilizar o conceito de patrimônio em sua trajetória institucional que perpassa, indiretamente, o nível federal (criação do IPHAN - 1937) e suas correlações com as outras esferas patrimoniais, em especial o âmbito municipal, hoje denominada IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. Delinear as trajetórias e os contextos na gerência municipal de seu patrimônio pode esclarecer a construção de um determinado bem em um “patrimônio histórico”. Observamos que a Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá como um bem histórico e cultural, está relacionada a diferentes épocas na historiografia da cidade do Rio de Janeiro, ainda não entrelaçadas.

O parecer técnico (Anexo 3) contém 25 folhas com textos e fotos entremeadas, mas faltam as últimas folhas. Não há a bibliografia, pois o texto termina abruptamente. Apesar das dificuldades, foi usado como fonte de interpretação sobre o bem tombado. Sobre o parecer original, consta aviso no sistema de informação da instituição municipal, que está no Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro desde 2011. A cópia, embora parcial, foi usada como fonte, pois é rica em detalhes e na impossibilidade de acessar o parecer original, foi a solução encontrada. O IRPH não tem um arquivo organizado. Não há funcionário especializado em arquivologia e com função para atender o público. Os funcionários de vários setores, gentilmente orientaram a busca, para que a visita e a consulta pudessem ser feitas. A fim de garantir, esse ganho de informação sobre o bem cultural estudado, foi transcrito o texto encontrado, sem reprodução das fotos do texto. Foram encontradas algumas fotos coloridas da época, junto à pasta do parecer técnico. Usaremos apenas duas dessas fotos nos anexos. Parece que estas fotos avulsas são sobras do trabalho feito, pois o parecer original contém inúmeras fotos coladas ao corpo do texto para exemplificação do registro. O parecer consolidou o Tombamento, de número 90<sup>226</sup> Conteúdo no Anexo 1.

---

<sup>225</sup> VIANA, Hélio. Nossa Senhora da Apresentação de Irajá - Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual. Prefeitura do Rio de Janeiro. SMC/DGP/DCP. 1991. As análises deste documento são também documentos de memória; marcam uma época e ações do processo de patrimonialização. Ver anexo 3.

<sup>226</sup> “MATRIZ DE N<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> DA APRESENTAÇÃO. Praça Nossa Senhora da Apresentação, 272 - IRAJÁ, XIV RA Decreto nº 12.654 de 28/01/94\_- DOM de 31/01/94. idem. Tombamento: definitivo / Averbado: não” Disponível em: <->. Acesso em 28 de julho de 2019.

A transcrição da fotocópia do parecer técnico está incompleta nos arquivos do IRPH e ainda não foi encontrado o original. Foi dada a informação de que os originais estariam em posse do gabinete do Prefeito da Cidade em 2011. O texto foi transcrito obedecendo à grafia da época, contém 25 folhas com texto e fotos entremeadas, mas faltam as últimas folhas, pois não há a bibliografia usada e termina o texto abruptamente. Foi suprimida a indicação das fotos, que não puderam ser reproduzidas. Essa ausência da fonte original importa na medida em que podemos relacionar a história de cada bairro da baixada de Irajá. A igreja está interligada ao passado colonial, se considerarmos a igreja matriz desta extensa freguesia como referencial histórico. O que não impede, nem exclui, outros referenciais até mais visíveis na historiografia da cidade, como as estradas de ferro.

Embora o tombamento do nosso objeto de estudo seja no âmbito municipal, é importante lembrar que os caminhos do patrimônio no Brasil foram marcados pela construção da “nacionalidade”, noção que envolve identidade e pertencimento. A força de criação do Sphan (1937), por decreto presidencial, legitimou a trajetória institucional na busca de representações da Nação. A visualização sobre a quantidade de bens tombados no recorte da baixada de Irajá é bem perceptível no mapa abaixo:

Mapa 3 - Mapa de proteção dos bens no município do Rio de Janeiro



Legenda: Mapa com os bens tombados nas esferas municipal, estadual e federal, e as áreas de proteção cultural (APACs e Áreas de Entorno de Bens Tombados).

Fonte: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, 2019.<sup>227</sup>

<sup>227</sup> Disponível em: <<http://www.data.rio/datasets/d3906debb8724872a7a50608d2fae884>>. Acessado em 21 de abril de 2020.

Observa-se que a área circulada aponta a presença de bens tombados pelo âmbito municipal (IRPH), na baixada de Irajá. A igreja de Irajá está marcada com um triângulo neste mapa colorido corresponde a bolinhas azul claro. Caso o mapa não possa ser acessado na web, mostramos aqui, pois, nesta parte da cidade, os patrimônios materiais são em menor número. O município é a âmbito de abrangência que mais atuou nos processos de patrimonialização, desta região Norte da cidade. A presença do INEPAC é escassa e a do IPHAN muito rara.

Observe a localização da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, marcada com um triângulo e a escassez de patrimônios em seu entorno. O mapa chama a atenção para a presença das três abrangências de nível municipal, estadual e federal presentes ou não na região da baixada de Irajá, centralizada pela história da antiga matriz de freguesia.

No processo de patrimonialização, tanto a mobilização popular quanto o estudo e pesquisa dos técnicos envolvidos com o patrimônio são de vital importância. Acreditamos que seria necessária uma nova pesquisa para a primeira condição, sobre a participação popular, mas nessa dissertação focamos nas relações possíveis do ato de tombamento da esfera municipal.

Para a concretização do Decreto nº 12654 de 28 de janeiro de 1994, assinado pelo prefeito Cesar Maia, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo n. 12/1.790/91. O processo é materializado em visitas ao local e estudo da arquitetura, história e valores artísticos. Este parecer técnico contém 25 folhas com textos e fotos entremeadas, mas faltam as últimas folhas, pois não há a bibliografia e termina o texto abruptamente, apesar das dificuldades foi usado como fonte de interpretação sobre o bem tombado. Sobre o parecer original, consta aviso no sistema de informação da instituição municipal, que está no Gabinete do Prefeito do Rio de Janeiro desde 2011. A cópia, embora parcial, foi usada como fonte, pois é rica em detalhes e na impossibilidade de acessar o parecer original, foi à solução encontrada. O IRPH não tem um arquivo organizado. Não há funcionário especializado em arquivologia e com função para atender o público. Os funcionários de vários setores gentilmente orientaram a busca para que a visita e a consulta pudessem ser realizadas. A fim de garantir esse ganho de informação sobre o bem cultural estudado, foi transcrito o texto, sem reprodução das fotos, até onde foi possível (Anexo 2). Apresentamos, a seguir, alguns pontos de destaque para ampliar o debate:

1º destaque: O parecer enfatiza de início a importância da devoção: “A devoção a Nossa Senhora da Apresentação, no atual bairro de Irajá, é uma das mais antigas da cidade”<sup>228</sup>. O que reorientou a pesquisa para a questão do “bem imaterial” – devoção à determinada Santa - essa

---

<sup>228</sup> VIANNA, op. cit., 1991, p. 178.

ampliação no entendimento do bem, o que é muito favorável, pois abre uma nova concepção sobre este patrimônio, valorizando “o devoto” visto que sem este não há o ritual, a devoção. Valoriza também o lugar onde se dá às práticas religiosas. É relevante observar esse aspecto “imaterial”, em um parecer de um bem móvel tão tradicional – templo católico colonial - nos atos de tombamento,” [...] pois é a partir dos anos 1940 é que foi reelaborado o *barroco* como autêntica tradição brasileira. [...] O registro de bens culturais de natureza imaterial tornou realidade a concepção ampliada de patrimônio cultural expressa no art. 216 de constituição de 1988 [...]”<sup>229</sup>. Essa ampliação de compreensão do objeto tombado está realçada no texto pela inscrição em pedra da data de – 1613 – que concebe o “povoamento” mesmo esparso, sua representatividade longeva e a especificidade dessa invocação de Santa Maria:

De todo modo, mesmo que o templo original fosse outro prédio, a presença de uma construção de finalidade religiosa dotada de portais de granito já nas primeiras décadas do seiscentismo pode ser considerada como um indicador seguro de que a localidade teria reunido um considerável número de fiéis talvez desde início de 1500, ainda que dispersos na região então denominada Campos de Irajá. [...] Acreditando serem os atos de tombamento uma forma de reconhecimento público atribuído a bens e sentimentos de outras épocas que, heroicamente, resistem às alterações e ao esquecimento, destacamos que a princípio, mereceria tombamento a devoção de N. S<sup>a</sup>. da Apresentação [...]. Hoje praticamente desconhecida, mesmo dos católicos, esta invocação de nossa Senhora, a quem já foram dedicadas igrejas no nordeste e em São Paulo nas fases iniciais da colonização.<sup>230</sup>

2º Destaque: São conhecidas duas fontes de autoria de Monsenhor Pizarro - As Visitas Pastorais de 1794 a 1795, que usamos de edição do INEPAC de 2008; e As Memórias Históricas do Rio de Janeiro – Tomo III, da Imprensa Régia de 1820, com consulta na Biblioteca Nacional. Observamos que em ambas as fontes, as capelas ligadas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá são em número de oito. São citadas pelo Monsenhor em ordens diferentes, mas são as mesmas com diferenças na redação. Cabendo apenas comentar sobre a capela com o mesmo nome da Matriz – Capela de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> da Apresentação há meia légua - na segunda fonte Pizarro omite parte do que está na primeira fonte, vejamos respectivamente:

“1<sup>a</sup> - de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup> d’Apresentação, na dist.<sup>a</sup> de ½ leg. P.<sup>a</sup> ESE. dê que hé admin.<sup>or</sup> o Cap. Francisco Soares de Melo . Foi reedificada pelo seo antecessor o Cap. Mor. Frutuoso Pereira, e está **reduzida a Oratório**, com faculdade de V. Ex.<sup>a</sup> por não se lhes terem feito Patrimônio. Não pude saber em q<sup>a</sup> tempo foi ereta, e p.<sup>r</sup> quem. Está em termos asseada.<sup>231</sup>

<sup>229</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2009, p.121 e 133.

<sup>230</sup> VIANA,1991.

<sup>231</sup> ARAÚJO, op. cit., 2008, p.62.

Na segunda fonte, podemos comparar a narrativa mais curta e misteriosa:

Em seu território subsistem as Capellas filiaes seguintes. 1<sup>a</sup> de N. senhora da Apresentação, distante ½ legoa da Matriz, de cuja antiguidade, nem a quem deveu a sua fundação, não constam, por lhe faltarem, os títulos, que desapareceram com a mudança dos proprietários da Fazenda, onde se erigiu<sup>232</sup>.

No texto do parecer sobre o tombamento de Hélio Viana, pela forma da citação, deduzimos que usou a segunda fonte (Memórias Históricas do RJ) e sugere uma interpretação:

Monsenhor Pizarro tratando desta invocação de Virgem Maria distingue, nesta região, pelo menos três templos. Além da atual Igreja Matriz, levantada entre 1701 e 1731 por iniciativa do quarto pároco designado para a região, o padre João de Barcelos Machado, havia a capela fundada pelo Padre Gaspar da Costa, que tornou-se a sede primitiva da paróquia criada a 30 de dezembro de 1644, confirmada por alvará de Dom João IV a 10 de fevereiro de 1647. Como uma das capelas filiais, destaca ainda a que se situava meia légua da matriz, também dedicada a Nossa Senhora da Apresentação e cujos detalhes de fundação e antiguidade eram ignorados “por lhe faltarem títulos que deram com a mudança dos proprietários da fazenda, onde se erigiu” ... A inscrição da data de 1613 portanto, poderia ter pertencido a esta capela ou fazer referência à sua instalação.<sup>233</sup>

As observações, do trabalho técnico do tombamento municipal são as únicas conclusões que se tem até o momento. Tentei pontuar com as citações que os contextos históricos são complexos e suas construções no tempo são de difíceis interpretações. São três templos com o mesmo orago? No Livro Santuário Mariano, anterior a Pizarro, não encontramos repetição da mesma invocação dessa virgem, nem “Apresentação” e sim ”Presentação de Irayá”. Não cabe aqui discutir o trabalho especializado de arquitetos e outras especialidades, e sim valorizá-las, pois é só este parecer, mesmo incompleto que se tem acerca da história desse bem cultural. A dúvida sobre as capelas persiste e está no texto do tombamento, o qual conclui sobre o templo:

Que o templo atual teria sido construído nas primeiras décadas do século XVIII parece fato seguro pelo estudo da bibliografia especializada e do estilo arquitetônico. Embora o corpo da construção se componha de nave única e capela-mor, separada pelo arco do cruzeiro, a largura diferente desta última, de forma a aproveitar espaço para a sacristia, a ‘aula’ e demais aposentos, sugere o estilo das Igrejas que ‘embora relativamente recentes obedeceram a um programa mais modesto de construção.’<sup>234</sup>

Deve-se acompanhar o estudo feito, e lamentar a impossibilidade de acesso aos originais da pesquisa de 1991, pois faltou acessar a bibliografia usada por Viana.

---

<sup>232</sup> ARAÚJO, op. cit, 1820, p.11.

<sup>233</sup> VIANNA, op. cit. 1991.

<sup>234</sup> VIANNA, op. cit., 1991. Grifo meu.

3º Destaque: A questão das obras sacras, que na avaliação para o possível tombamento Viana é claro: “É inegável o valor arquitetônico do prédio de inícios do século XVIII, tanto como o valor artístico de algumas imagens que **podem ser anteriores** a este período.”<sup>235</sup> Especificando em outras partes do tombamento que lá existem a imagem de Nossa Senhora da Apresentação e o Cristo Crucificado. Agora quando comparamos com a edição do Inventário de Arte Sacra Fluminense na mesma edição que *As Visitas Pastorais de Monsenhor Pizarro*, organizado pelo INEPAC, que avaliou: “Nossa senhora da Apresentação de Irajá- Madeira policromada e dourada. Século **XIX**” e o mesmo para “Crucifixo – Madeira Policromada – Século **XIX**”<sup>236</sup>, notamos diferenças interpretativas sobre as imagens sacras transcorridas no período de 1994-2008. No Tombamento, em anexo, o registro localizado no 12º parágrafo: “No altar-mor, sob a imagem do Cristo Crucificado, está a imagem da padroeira-preciosa obra de madeira policromada de fins do século **XVII** ou **inícios do século XVIII**.”<sup>237</sup> Parecem ser os mesmos objetos sacros, porém, fica a dúvida. Seria um “pequeno erro” de legenda do Inventário do INEPAC de 2008?

Não pretendemos responder essas questões, mas utilizá-las como instrumento de reflexão sobre o processo de patrimonialização. Acreditamos que após a leitura dos capítulos anteriores já podemos perceber que existe ora uma invisibilidade do pertencimento desse patrimônio ao período colonial, ora dificuldades de aceitar datações mais antigas em relação à igreja, ora uma desconexão entre o passado colonial da cidade e seus arredores. Lembramos que as datações, sejam elas quais forem, estão sujeitas às dinâmicas da história e da memória. E porque uma datação antiga é tão importante? Na realidade sabemos que não há um “valor em si” eles são atribuídos socialmente, por isso importante é o debate, a busca em mostrar que o bem cultural tombado municipalmente foi patrimonializado para sua efetiva preservação:

Preservá-lo como fontes potenciais de pesquisa permite que outras gerações e sociedades, não somente conheçam as nossas versões, mas que façam as suas próprias interpretações, que variam não somente no tempo, como também no espaço e no lugar social de quem as elabora.<sup>238</sup>

4º Destaque: O retábulo, como peça estética mas também parte simbólica importante do ritual litúrgico. Inclusive a posição da imagem da padroeira, ora abaixo, ora acima do Crucifixo, obras relacionadas acima, nos leva a indagar sobre o retábulo da igreja Nossa

---

<sup>235</sup> VIANNA, op. cit., 1991.grifo meu.

<sup>236</sup> ARAÚJO, op. cit., 2008, p.59 e 63.

<sup>237</sup>VIANNA, op. cit. 1991.Grifos meus. 12º parágrafo.

<sup>238</sup> CHUVA, 2011, p38.

Senhora da Apresentação. O conjunto que chama a atenção e a devoção dos fiéis, foi pensado, à princípio no período colonial, para missas rezadas com o padre de costas para os fiéis.

No retábulo-mor (principal retábulo da igreja), atrás e um pouco acima do sacrário aparece um nicho com a imagem do padroeiro – este nicho geralmente é suprimido nos retábulos laterais. Por detrás do nicho, no caso do retábulo-mor, ou do sacrário, no caso dos retábulos laterais, ergue-se o trono. O último degrau do trono servia de base para a representação do Santíssimo Sacramento, no caso de igrejas matrizes, ou do padroeiro da igreja. Todos esses elementos são envolvidos pela estrutura retabular, que se ergue por detrás da mesa do altar.<sup>239</sup>

Sobre o retábulo, vale lembrar, quando as mesas do altar eram coladas no retábulo e, posteriormente, ganharam expansão com três elementos: “A estrutura retabular é composta por três partes bem definidas: base, corpo e coroamento”.<sup>240</sup> Notamos a falta de uma descrição sobre esses elementos específicos, no parecer do tombamento. Entendemos que essa seria uma descrição importante, já que Hélio Viana, realça como mais antiga que o INEPAC, a datação das imagens da padroeira e do Crucifixo. Podemos comparar as fotos atuais com a foto encontrada na Revista Fon-Fon, de 1912, no capítulo 2:

Figuras 14 e 15 - O retábulo da capela-mor de Irajá



Legenda: Fotos atuais do fundo da capela-mor, com detalhes da posição atual da imagem da imagem da padroeira e do Crucifixo.

Fonte: Acervo pessoal. Foto - 19 de setembro de 2020.

<sup>239</sup> FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de Identificação da Arte Sacra*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012, p. 13.

<sup>240</sup> FABRINO, op. cit., 2012, p. 13.

A imagem da padroeira, segundo o relato da visita técnica para avaliação do Tombamento, descreve que a imagem não estaria no trono do coroamento, e sim sob a obra sacra do Crucifixo. A falta da descrição sobre elementos do retábulo invisibiliza o contexto histórico. O que queremos mostrar é que outras soluções foram dadas para outras matrizes de freguesia, com o mesmo orago.

No Brasil, outras poucas igrejas, receberam o nome da mesma santa como padroeira. No Rio Grande do Norte, em Natal, e em Porto Calvo no Estado, no estado de Alagoas, todas ligadas ao contexto colonial e de criação de sede de Freguesia. A igreja de Porto Calvo é datada de 1610, três anos anteriores que a de Irajá, e está em um contexto patrimonial bem diferente:

O cotidiano de um Brasil colonial, que tinha em comum o cenário da igreja, onde havia o encontro de escravos, índios, grandes senhores de engenhos, estrangeiros, entre outros, está consolidado nos registros históricos dessa instituição. Um dos marcos da ocupação portuguesa em Porto Calvo foi a construção da igreja Nossa Senhora da Apresentação que exibe no seu frontispício a data de 1610, ano de sua conclusão.<sup>241</sup>

Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo, é tombada pelo IPHAN, foi submetida a um trabalho técnico que visava: Escavações arqueológicas, educação patrimonial, recomendação e propostas de preservação, além de acomodação dos artefatos recolhidos. Fica clara, no artigo de Allen, a intenção de valorizar o patrimônio e ampliar adequadamente as pesquisas científicas como o estudo arqueológico, que analisou os sepultamentos externos à igreja. O interessante é mostrar que estes tipos de bem cultural, Igrejas de construções luso-brasileiras, guardam possibilidades de estudos em diversas áreas, e tentam responder os anseios de suas sociedades.

Infelizmente o tombamento municipal da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, foi posterior (1994) ao desmonte do Cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Apresentação na década de 80 do século XX, o que mostra não apenas lacunas, mas a relevância do olhar e do trabalho patrimonial, apoiado pela historiografia mais ampla, sobre o local onde se encontra o referido patrimônio religioso.

---

<sup>241</sup> ALLEN. Joseph Scott; e outros. Estudo Arqueológico na Igreja Nossa Senhora da Apresentação, Porto Calvo–Alagoas. Universidade Federal de Pernambuco, 2009, p.138.

### 3.2 Patrimônio e a Igreja Católica

A importância do patrimônio eclesial Católico brasileiro é inegável, mas por constar em maioria como número de templos, nem sempre suprem a representatividade de toda a pluralidade cultural brasileira. A presença deste tipo de patrimônio desde o início da colonização também gerou afastamento por “representar” uma narrativa dos desníveis de valorização da nossa sociedade, bem desiguais. Sabemos que antes da colonização os diferentes povos e nações que aqui viviam, deixaram marcas de suas sociedades e culturas, ainda pouco valorizadas pela história oficial. Portanto ao pesquisar elementos e objetos da conquista portuguesa, não precisamos nos limitar a uma “história das elites” e sim utilizar todo e qualquer documento para atravessar a busca, do encontro ou “desencontro de humanidades”<sup>242</sup> que reinterpretam, os patrimônios. Observamos que antes da criação do IPHAN, a memória nacional (oficial) imperial e suas narrativas de poder ancoram-se no patrimônio Católico. Lembramos que após a Independência do Brasil, no período monárquico de D. Pedro II, estruturaram-se órgãos de memória e construção do sentimento nacional.

Lilia Moritz Schwarcz, em seu artigo *Nacionalidade e Patrimônio o Segundo Reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico*<sup>243</sup>, pontua que a busca de um caráter nacional, uma origem particular para jovem nação brasileira, mas que conserve ao ideal civilizatório do branco europeu foi tarefa de algumas instituições imperiais. A “origem” recai sobre a figura de um tipo de nativo, heroico e pronto para o sacrifício para uma renovação cultural ou o novo ideal civilizatório. Os povos nativos até desconhecidos etnograficamente, mas do “índio” genérico, através do romantismo, na literatura e nas artes. Uma originalidade exótica e voltada para o esplendor da natureza. Visão confirmada pelo “[...] jovem monarca, tão interessado em imprimir um “nítido caráter brasileiro” à nossa cultura e para a conformação de um patrimônio cultural renovado.”<sup>244</sup>

O esforço focava a produção das “heranças nacionais”, e órgãos criados nesta época seguem essa busca do “patrimônio cultural”, como Instituto Histórico Brasileiro (IHGB), criado em 1838. Imbuídos de um projeto civilizatório com ênfase nas reconhecidas artes da

---

<sup>242</sup> MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira. In: NOVAIS, F. A. S., Lilian Moritz, (eds). *História da Vida privada no Brasil (contrastes da intimidade contemporânea)*. São Paulo: companhia das Letras, v.4, p.660 1998.

<sup>243</sup> Revista do IPHAN, nº34.

<sup>244</sup> SCHWARCZ, 2012, p.341.

escola francesa. Desde a vinda da “missão Francesa”, já construíram o olhar para a beleza e a arte, e também do monumento de excepcional valor artístico, nos moldes europeus.

A igreja de Irajá estava localizada em um local distante da cidade e cujas terras eram atreladas as práticas agrícolas; relembramos que ainda há poucas investigações sobre a freguesia e a matriz. A “Sé da roça”<sup>245</sup>, como era chamada pelo nono Bispo do Rio de Janeiro, que exerceu este cargo em 23 de dezembro de 1839 até 11 de junho de 1863: D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo foi nomeado com título nobiliárquico de “Conde de Irajá”. Não se cria uma nação a partir do nada, a toponímia delimita e religa formas de interpretação sobre os lugares e seus patrimônios. Assim como o “Conde de Irajá” verificamos inúmeros casos de condes, viscondes e barões nessa situação<sup>246</sup>. A tendência do imperador D. Pedro II em nomear vários títulos de nobreza com topônimos das línguas nativas não deveria ser fortuita; corrobora com as reflexões sobre o conceito de patrimônio e a de construção da nacionalidade brasileira.

Outro aspecto que nos importa é a relação do estado imperial e a Igreja Católica. É um tema complexo, mas que precisamos mencionar o caráter confessional do Estado.<sup>247</sup> É neste caminho que encontramos a atuação de D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo.

Tudo indica que o bispo tinha uma formação sólida das ideias do ultramontanismo<sup>248</sup>: “A última nomeação de um prelado desta tendência foi em 1839, [...], quando D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, mais tarde Conde do Irajá (1797-1863), assumiu a diocese do Rio de Janeiro”.<sup>249</sup> Sobre o conde de Irajá há registro visual abaixo:

<sup>245</sup> FAZENDA, José de Vieira Antiquárias e Memórias do Rio de Janeiro. Revista do IHGB. Parte. IV, Tomo 93, vol.147. RJ. 1923.

<sup>246</sup> ENDERS, Armelle. *A História Do Rio De Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Gryphus, 2015.

<sup>247</sup>“Ao estudar as relações entre Igreja e Estado no Brasil do século XIX, um aspecto que acaba vindo à tona é que ambos estão em um contemporâneo processo de institucionalização. As relações entre esses dois poderes, civil e eclesiástico, acabam por influenciar e moldar seus respectivos desenvolvimentos, sendo difícil compreender um sem o outro. Num só tempo são aliados e adversários. Por vezes se auxiliam, mesmo que com objetivos diversos, por vezes se confrontam até as últimas consequências.” SANTIROCCHI, 2013, p.13.

<sup>248</sup>“O ultramontanismo começou a se desenvolver no Brasil anteriormente ao Segundo Reinado, e foi radical opositor do liberalismo clerical do período da Regência. Ele já vinha se afirmando independente da ação imperial, ainda que a escolha feita pelo Império de nomear para os bispados somente sacerdotes da ala ultramontana, a partir de 1842, tenha reforçado a tendência e favorecido o seu sucesso.” Disponível em: <[http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911\\_ARQUIVO\\_AIgrejaeConstrucaodoEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaeConstrucaodoEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf)>. Acesso em: 5 de março 2020.

<sup>249</sup> SANTIROCCHI, op. cit, 2013

Figura 16 - D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo: Conde de Irajá.



Fonte: Sébastien Auguste Sisson (1824–1898), Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin.

O cônego Fernandes Pinheiro, por nome de Joaquim Caetano Fernandes, natural do Rio de Janeiro, viveu de 1825 a 1876, foi secretário particular do bispo e o autor de uma biografia do padre, bispo, deputado e do “Conde de Irajá”.

Procuramos saber sobre a relação do Bispo com sua “Sé da roça”, maior ou menor com a igreja de Irajá, o papel social do bispo, levanta questionamentos para um período posterior. O advento da República, com operações de memórias ou registros referentes ao império, já não ocupariam a ordem do dia, e a matriz de Irajá estaria nesse ocultamento?

A história do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro não deveria centrar-se apenas no século XIX, pois a vinda da corte portuguesa e do rei de Portugal em 1808 teria marcado profundamente a urbanização e desenvolvimento da cidade colonial. Notamos uma grande desproporção na valoração do patrimônio colonial nas cercanias da cidade. As matrizes, paróquias, capelas e oratórios fazem parte da história da Igreja Católica, com seus templos já delimitados espacialmente em freguesias no Rio de Janeiro colonial. Formavam uma rede de centros de convivência da fé, do público ao privado. Deixaram registros, não somente do rei, da lei e da fé, mas também do trabalho, dos desencontros entre culturas diferentes e das resistências ao processo de colonização lusa em nossas terras. É intrigante pensar sobre que a existência da matriz de Irajá, desde os seiscentos, cuja funcionalidade como sede administrativa civil e eclesial, foi mantida até a separação da Igreja do Estado.

Podemo-nos perguntar como era vista a matriz de Irajá no cenário imperial do início do século XIX. As referências que encontramos em jornais, sobretudo, nos ajudaram a interrogar o passado deste bem cultural. Acreditamos que não podemos responder seguramente todas as questões, mas pelo que já foi exposto neste trabalho, a “Sé da roça” possui um histórico mais amplo, o qual não está agregado ao seu próprio parecer de tombamento. Após verificar que a historiografia dos patrimônios religiosos, que são muitos, mas não nesta área da cidade, recorreremos à arquitetura como registro interpretativo da igreja.

A matriz de Nossa Senhora da apresentação de Irajá, foi analisada por Sandra Alvim em uma publicação sobre vários templos católicos da época colonial<sup>250</sup>, onde analisa a construção com alguns detalhes:

No enorme território de Irajá, a igreja de Nossa Senhora da Apresentação foi a matriz da freguesia que abrangia toda a zona rural açucareira carioca. A fachada da atual igreja, precedida por adro e cruzeiro, adota o partido jesuítico, sendo um exemplar da permanência deste protótipo até o século XVIII. O frontispício, composto de porta única encimada por três janelas de vergas encurvadas correspondentes ao coro, é arrematado por frontão reto, com óculo central e, ao alto, acrotério com cruz de ferro e pináculos nas laterais. Na lateral direita, não alinhada ao frontispício da igreja, a torre sineira única, com duas sineiras, é arrematada por cúpula em forma de meia laranja e pináculos. A igreja possui três altares.<sup>251</sup>

A descrição arquitetônica feita pela arquiteta Sandra Alvim não menciona a data de 1613, grafada em pedra, mas acena para o contexto econômico social da localização do templo. Sem a observação escrita pela arquiteta sobre a data de 1613, a igreja continua sendo vista ou mencionada desconectada de sua história na primeira metade do século XVII. A igreja tem pouca descrição e não se relaciona com a história da cidade, exceto por generalizações. O tombamento chama mais a atenção para a esta data, ligando-a mais a devoção da padroeira do que a construção de “pedra e cal”.

---

<sup>250</sup> ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro - Volume 2*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ IPHAN/ PCRJ, 1999.

<sup>251</sup>ALVIM, op. cit., 1999, p 251.

Figuras 17 e 18 - Detalhes da janela frontal na igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá



Fonte: Foto cedida pela arquiteta Fernanda Costa.

Após observar a data gravada de 1613, chamamos a atenção na foto abaixo para a porta de entrada. Ao que parece na abertura da porta, é possível, de que ela tenha sido aumentada em altura, se adaptando a novas exigências administrativas de paróquia e matriz de freguesia. Observamos que, de qualquer forma, os detalhes construtivos e de ampliação da igreja, indicam um caminho de reflexão, reiterado pelo parecer do tombamento. No texto do parecer sobre o tombamento, em visita técnica, Hélio Viana destaca “A devoção a Nossa Senhora da Apresentação, no atual bairro de Irajá, é uma das mais antigas da cidade”. Está realçada em seu texto de análise para o tombamento a inscrição em pedra da data de 1613 – que concebe o “povoamento” seguramente em início do século XVI. Importante observar a entrada principal, frontal, com diferentes materiais no acabamento em pedra.

Figura 19 - Fachada da igreja em 2006.



Fonte: Fernanda Costa (acervo pessoal).

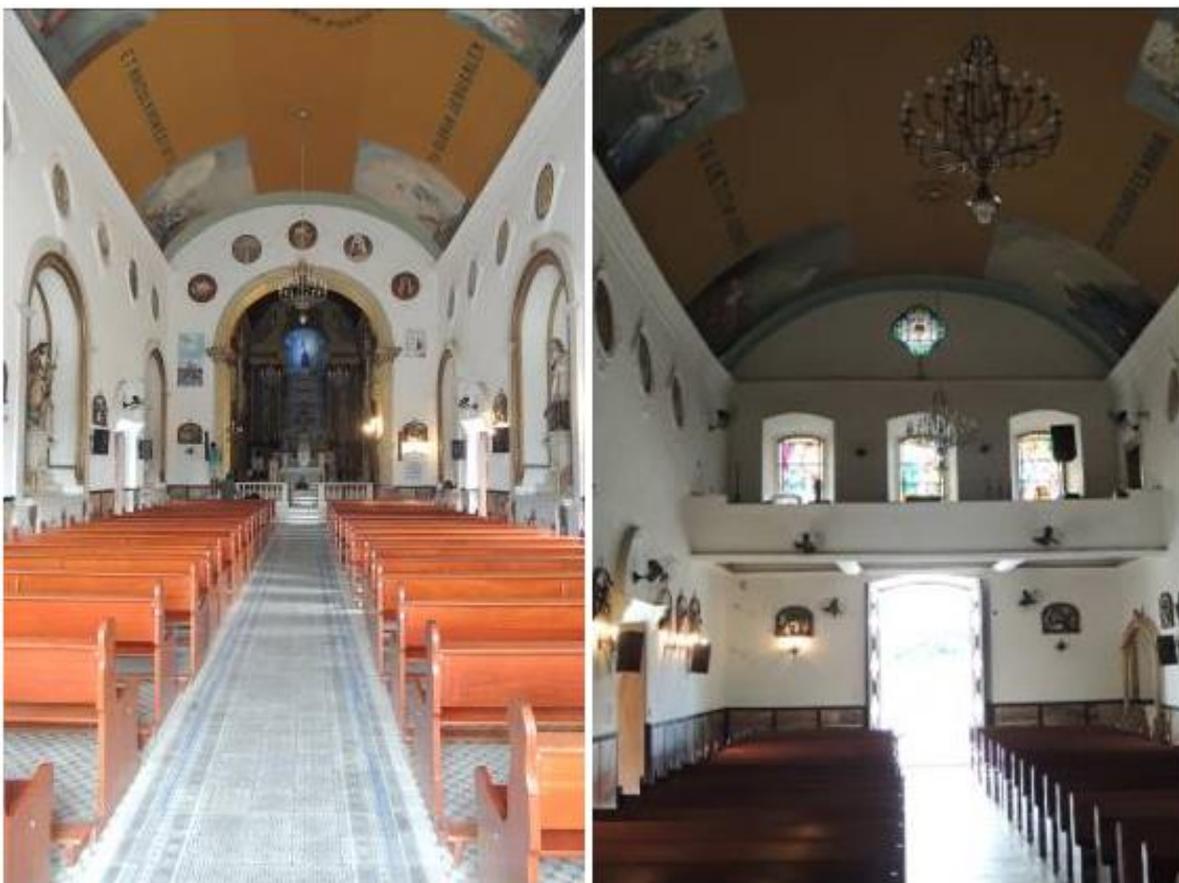
Segundo Alvin,<sup>252</sup> a primeira fase arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro, no período em que foram construídos monumentos do século XVI até o início do XVIII, foi caracterizado pela simplicidade e dificuldade construtiva, nestes anos iniciais da colonização brasileira. Em geral a planta da nave única era retangular; as dependências eram reduzidas, poucas aberturas nas paredes. Observamos que não há foto da fachada da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, no livro de Sandra Alvin, apenas a descrição construtiva, sobre o “partido jesuítico” e a planta baixa, que possibilitou o registro técnico do bem tombado, mas não ampliou a história nem os registros partilhados da memória iconográfica do templo.

A importância interdisciplinar na interpretação dos conjuntos arquitetônicos destas construções luso-brasileiras é de imensas possibilidades. Todos como “artífices da memória” participaram indiretamente através de diferentes ofícios materializados nas construções - arquitetos, engenheiros, mestres de obras, carpinteiros, entre outros incluindo o valor do trabalho indígena e africano posteriormente, reúnem a expressão de um referencial de tempo (diferentes passados) e ganha uma profunda completude através das dinâmicas que envolvem a história e a memória social.

---

<sup>252</sup> ALVIM, op. cit., 1999, p 251.

Figura 20 - Interior da igreja



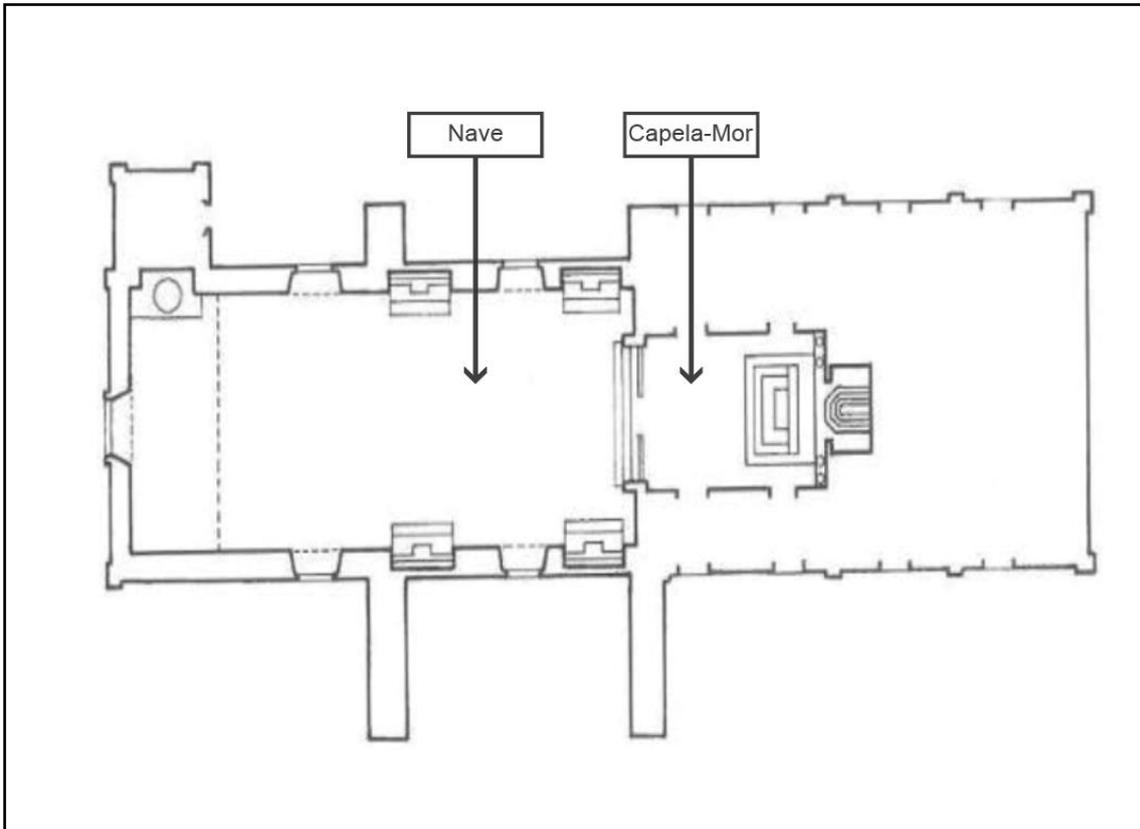
Fonte: Fernanda Costa (acervo pessoal)

“Nave retangular - tipologia mais comum da arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro é caracterizada pela diferença de largura em relação à capela-mor; acessos - porta principal frontal única e portas laterais (característica recorrente em igrejas mais simples, permitindo acesso direto para exterior e mais iluminação natural); nichos - cavidades nas paredes laterais estão localizados entre os acessos; coro – integrado com a nave, funcionando como espaço de transição.”<sup>253</sup>

---

<sup>253</sup> COSTA, op. cit., 2013.

Figura 21 - Planta-baixa da igreja.



Legenda: Primeira fase arquitetura religiosa colonial no Rio de Janeiro - monumentos do século XVI até o início do XVIII; Período caracterizado pela simplicidade e dificuldade construtiva - anos iniciais da colonização brasileira. A planta-baixa apresenta forma básica dividida em dois espaços retangulares - nave e capela-mor, que são ligadas pelo arco cruzeiro. Os espaços secundários estão em anexo formando um contorno exterior, regular e também retangular. Planta Baixa Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá.

Fonte: ALVIM, 1999, p. 251.

Pelas leituras anteriores, podemos repensar a igreja em várias camadas de tempo, abrindo diálogo com o percurso do “patrimônio histórico”, observando que a datação do templo vai até o século XVIII: “[...] foi a matriz da freguesia que abrangia toda a zona rural açucareira carioca. A fachada da atual igreja, precedida por adro e cruzeiro, adota o partido jesuítico, sendo um exemplar da permanência deste protótipo até o século XVIII.”<sup>254</sup>.

Para uma breve caracterização arquitetônica: perfil externo, lote, implantação - situada no topo de uma elevação, voltada para o nascente e para a Baía de Guanabara - características

<sup>254</sup> ALVIM, op. cit., 1999, p. 251. Grifo meu.

típicas de locais afastados do núcleo urbano. Volumetria – simples, composta por uma associação de paralelepípedos escalonados com alturas diferenciadas e de aparência pesada (poucas aberturas de vãos em relação à área de alvenaria). Fachadas - influência portuguesa no uso de cantaria, porém o emprego é limitado (afastamento do núcleo urbano). Não localizamos as origens dos materiais construtivos, embora haja pedreiras em áreas do que foi o núcleo da própria freguesia, Nossa Senhora da Apresentação do Irajá.

Figura 22 - Montagem da evolução arquitetônica do templo.



Legenda: Decomposição externa do templo, em várias camadas do tempo. A capela transformada em paróquia pode ter sofrido aumentos para se adequar a função administrativa de matriz de uma freguesia.

Fonte: Acervo Particular, montagem feita por Ronaldo Luiz-Martins, a parti de foto da revista O Rio Ilustrado, 1937.

As laterais em muitas descrições são comparadas a elementos da arquitetura militar. Paredes de alvenaria portante - reforço estrutural. Técnica de contraventamento da nave:

Figuras 23 e 24 - Laterais da igreja.



Legenda: Lateral direita e esquerda da matriz. O reforço estrutural classificado como: “gigante - maciço de alvenaria de reforço para uma parede ou muro de uma edificação, aumentando sua estabilidade. Suporta, em determinados pontos, as pressões de arcos ou vigas dirigidas para o exterior.”<sup>255</sup>

Fonte: Foto de Fernanda Costa, Acervo pessoal, 2006.

Encontramos, no IPHAN/RJ, apenas negativos da igreja datados de 1962, fotografias de Paulo Prado com pequenos cartões de informação. Não encontramos pedidos de tombamento ou parecer, apenas recortes de jornais datados de 1965.

Na região da Baixada de Irajá, o caso da Igreja Nossa Senhora da Apresentação do Irajá se torna peculiar, se comparada por diversas instâncias patrimoniais e diferentes contextos históricos. É um patrimônio histórico que se enquadra na tipologia mais tradicional dos modelos de preservação inicial, mas não classificada com o “excepcional valor” pelo estudo arquitetônico e distanciada do seu valor histórico, não ganhou relevância, como documento, até 1994. Acreditamos que a ênfase da “memória” deste patrimônio foi reconhecida, mas sua complexidade histórica não.

---

<sup>255</sup> ALVIM, op. cit.,1999, p. 317.

### 3.3 A trajetória de um patrimônio histórico em Irajá

Recentemente, a Igreja Católica promoveu um grande debate sobre o tema patrimônio, de 3 a 7 de junho de 2019, no Museu Histórico Nacional, intitulado *PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL CATÓLICO — A Preservação da Memória da Igreja no Rio de Janeiro*. O evento foi criado com objetivo de ampliar as noções patrimoniais, técnicas e reflexões sobre a preservação do patrimônio ligado à igreja. Entre os palestrantes estavam um representante de cada esfera: IPHAN, INEPAC E IRPH.

O Brasil assinou o decreto Federal 7107/2010, selando um acordo entre a República federativa do Brasil e a Santa Sé, com relações diplomáticas através de um Núncio Apostólico e um embaixador acreditado junto à Santa Sé, no Vaticano. A proteção ao patrimônio é destaque em alguns artigos<sup>256</sup>, em especial o artigo sexto:

“Artigo 6º - As Altas Partes reconhecem que o patrimônio histórico, artístico e cultural da Igreja Católica, assim como os documentos custodiados nos seus arquivos e bibliotecas, constituem parte relevante do patrimônio cultural brasileiro, e continuarão a cooperar para salvaguardar, valorizar e promover a fruição dos bens, móveis e imóveis, de propriedade da Igreja Católica ou de outras pessoas jurídicas eclesiais, que sejam considerados pelo Brasil como parte de seu patrimônio cultural e artístico.”<sup>257</sup>

O acordo possui 20 artigos, e foi assinado, em 2008, pelo ministro Celso Amorim das Relações Exteriores do Brasil, e pelo secretário de Estado do Vaticano, Cardeal Tarcísio Bertone; após o encontro do Papa Bento XVI com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Acordo promulgado somente em 2010 trata de diferentes questões, sobre a personalidade jurídica da Igreja, liberdades de culto em um Estado laico, além do reconhecimento da filantropia católica e benefícios tributários. Interessa-nos as questões patrimoniais que deverá ser ampliada em sua noção de preservação. Foi constituída uma Comissão de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, com 16 membros: na presidência Cardeal Orani Tempesta, com curadoria de Padre Silmar Alves Fernandes. O acordo ainda recomenda que toda Diocese crie suas comissões e que paróquias de “maior relevo” tenham “comissões locais, no entendimento que a preservação é de responsabilidade de todos na sociedade: o estado e seus órgãos públicos, pessoas jurídicas e físicas, isto é, toda a coletividade”.

<sup>256</sup> Diário oficial da União: Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=6&data=12/02/2010>> . Acesso em 21 de abril de 2020.

<sup>257</sup> ArqRio - ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. *Cartilha de Segurança e Conservação do Patrimônio Cultural Católico*. RJ: 2019. p.2.

Notamos que áreas constantes na pesquisa, como a de Memória/Patrimônio, pode atravessar o objeto escolhido, como um bem histórico e cultural, para dialogar com diferentes áreas do conhecimento: a religião, a política enquanto formas de poder, além da história e geografia. A arquitetura e a arte construtiva seriam abordadas a partir do percurso da igreja de Irajá como “monumento”. Através de diferentes fontes que registraram um determinado olhar sobre a dita igreja.

Buscaremos a partir da materialização do tombamento municipal de 1994, explicitar diversos registros feitos sobre a igreja de Irajá, com o objetivo de refletir sobre o lugar social e cultural da igreja matriz de freguesia denominada hoje de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, como um “documento/monumento”, de acordo com os argumentos de Jacques Le Goff, desenvolvidos no Capítulo 2. Empreendemos um levantamento inicial de registros históricos deste patrimônio colonial, para seguir suas referenciais nas áreas de memória, história e patrimônio, em uma trajetória através do tempo.

As etapas construtivas e transformações na história e memória da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá:

**1613** - Data grafada na pedra no travessão da janela central.

**1644** - Paróquia e sede da 1ª Freguesia rural com confirmação do Padre Gaspar da Costa como primeiro pároco.<sup>258</sup>

**1647** - Alvará real para confirmação da igreja como sede da freguesia, e citação dos senhores de engenho relacionados à freguesia.<sup>259</sup>

**1701** - O sexto pároco de Irajá – Padre João de Barcelos Machado – sendo mulato conseguiu ordenação e assumiu a freguesia, era filho da mulata Felícia Tourinha, foi dispensado do quesito “legitimidade” pelo breve apostólico papal e seguiu sua habilitação até ser indicado para administrar a freguesia de Irajá, em uma época de aumento das perseguições do Santo Ofício. Testemunhou sobre o Padre Francisco de Paredes, ambos filhos da elite local.

**1720** - Padre Francisco de Paredes, mulato, era cristão-novo, foi perseguido por ter sangue judeu, e condenado em Lisboa: “Francisco seria ao fim do processo, condenado pelo

---

<sup>258</sup> AGCRJ - ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Provizão do Padre Gaspar da Costa de Vigário da Igreja Nossa Senhora da Apresentação do Destricto de Irajá*. Cópia autenticada por Delphin Gonçalves de Barros 2º oficial da diretoria de estatística e arquivo. AGCRJ - índice III, 45-2-4, 1927. (transcrição em anexo 1).

<sup>259</sup> ABREU, op. cit., 2010.

Santo Ofício com sentença de auto de fé em 1720, confisco de bens, abjuração em forma, cárcere e hábito penitencial perpétuo sem remissão e degredo para as galés por cinco anos”<sup>260</sup>

**1723** - No livro *Santuário Mariano* chama-se atenção para a ênfase dada a riqueza e intensa sociabilidade do lugar: “Há nesta Igreja muitas Irmandades, e entre elas duas do Rosário, uma dos brancos outra dos pretos, e cada uma destas Irmandades faz sua festa particular com muita grandeza e fervorosa devoção.”<sup>261</sup>

**1731** – “O padre João Barcelos Machado ainda marcou a história de sua paróquia em função do trabalho de reconstrução de matriz que iniciou durante seu múnus pastoral. Em 1731, no extrato de seu testamento que consta do livro de óbito da freguesia menciona-se um conjunto de legados que estavam sob sua guarda, os quais somavam 533 mil réis, e destinavam-se à construção do retábulo do altar-mor da matriz da freguesia. Solicitava aos testamenteiros que entregassem tal soma a quem o bispo ordenasse. <sup>94</sup>. Um desses legados,” segundo Anderson José M. de Oliveira<sup>262</sup> está explicitado em “missas perpétuas”, nas *Memórias Históricas* de monsenhor Pizarro. Podemos confirmar a reforma e deduzir de onde veio parte do valor da obra.

**1742/43** – “Pelos anos de 1743 a 47 se reformou o retábulo, e o arco da Capella Mór, fez-se a torre e o frontispício, reformou-se todo o corpo da Igreja, e puseram os novos Sinos”<sup>263</sup> Observa-se que nas palavras de Monsenhor Pizarro, o sentido de “fez-se” está entre os verbos “reformatar” que poderia indicar o mesmo sentido para “fazer”, não algo novo, mas como sinônimo de “reformatar”. E se e colocaram “novos sinos”, é porque já existiriam os velhos. Já na fonte intitulada *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, Pizarro enaltece o Padre Francisco de Araújo Macedo (desde 1731) a responsabilidade desta grande reforma em nota de rodapé:” (2) a este Parocho, he devedor o Templo Parochial da reforma que teve, o Arco da Capella mór, e o Corpo da Igreja; em cuja frente se fez a nova torre, correndo os annos de 1742 a 47.”<sup>264</sup>

**1794/95** - Seguindo as visitas pastorais de monsenhor Pizarro, encontramos também o relato de reformas e construções feitas com o “desvelo e católico zelo”<sup>265</sup>, do Capitão João

---

<sup>260</sup> OLIVEIRA, op. cit., 2014 p. 361.

<sup>261</sup> SANTA MARIA, op. cit., 1723, vol. 10, p.51.

<sup>262</sup>OLIVEIRA, op. cit., 2014 p. 361.

<sup>263</sup> ARAÚJO, op. cit., p.69, 2008.

<sup>264</sup> ARAÚJO, op. cit. 1962, p.10.

<sup>265</sup> ARAÚJO. op. cit., p.59, 2008

Pereira de Lemos, Cap. Bento Luiz de Oliveira Braga, Cap. Francisco Soares de Melo e ao falecido Eugenio de Paiva Ferreira.

**1802** - Moradas de casas em Irajá: Um documento merece destaque, por indicar: “Tipo: chãos, 12/03/1802, Escritura de venda de uma morada de casas [...] – térrea sita defronte a igreja matriz de Irajá, na freguesia do mesmo nome [...], AN, 2ON, 140, p.60v, preço 8 dobras”<sup>266</sup>. O que chama a atenção por ser um indicador de uma pequena tipologia urbana, neste mundo rural. Supondo um arruado em frente à igreja matriz com conjuntos de casa térreas.

**1840** - Segundo Vieira Fazenda: “A Sé da roça”<sup>267</sup>, a matriz de Irajá, era assim chamada pelo nono Bispo do Rio de Janeiro no período de 1840-1863: D. Manuel do Monte Rodrigues de Araújo, denominado também de Conde de Irajá.

**1846** – Sabemos pela prestação de conta, por uma comissão das obras da igreja, iniciadas em setembro de 1843. A notícia no Jornal de Comércio, onde a publicação cita inúmeros “parochianos” que contribuíram com a reforma, após três anos.<sup>268</sup>

**1902** - A igreja perde a administração do maior cemitério ligado a sua própria história. O Cemitério de Irajá ficou conhecido com este nome, de administração municipal, a partir de 1902, porém teve início de suas atividades no século XIX. Seriam dois cemitérios, este maior ao fundo da Igreja e outro pequeno ao lado, ambos foram ligados as Irmandades locais.

**1926** – Uma nova reforma: “[...] em 1926 a matriz foi pintada e reformada a custas de esmolas e donativos angariados pelo padre Januário Tomei, então vigário”<sup>269</sup>

**1939** - Reportagem de Magalhães Corrêa. Autor do conhecido livro *Os sertões Cariocas*, referente à baixada de Jacarepaguá. Nesta reportagem do Jornal Correio da Manhã, com o título *As Margens do Sertão*, que inclui passagens por localidades como: Del Castilho, Inhaúma, Madureira, Pavuna e Irajá, entre outras. Essas áreas embora de algumas feições rurais, são nomeadas de “nas margens”, isto é, intermediária, entre o urbano e rural. Vale registrar que a reportagem de uma página inteira também apresenta três desenhos de igrejas, como a da “igreja N. S. da Conceição de Campinho” e da “Matriz de Madureira”. O autor comenta que a igreja de Campinho ligada a Madureira, era uma “filial” da matriz de Irajá. “A

<sup>266</sup> Usando palavra-chave Irajá em observação e com a data, localiza-se o documento, on-line: <http://mauricioabreu.com.br/escrituras>, Acesso, 10/03/2019. Original no Arquivo Nacional

<sup>267</sup> FAZENDA, op. cit., 1923.

<sup>268</sup> Jornal do Commercio de 8 de julho de 1846. Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

<sup>269</sup> MAURÍCIO, op. cit., 1947, p.39.

matriz [...] tendo à direita o cemitério, cuja entrada é pela parte posterior do templo. a igreja é bem colonial, de architectura simples, com uma torre à direita; o campanário de oito vãos com os respectivos sinos; [...]”<sup>270</sup>. A única igreja descrita com detalhes foi a matriz de Irajá. Realça também as paredes grossas, o contraforte na lateral direita, ruínas de fazendas antigas à frente da igreja, enquanto o local tem acesso com bondes e ônibus, fazendo circular no largo da igreja. Indica a movimentação na direção Irajá - Madureira. “Na parte externa, ergue-se o cruzeiro de base antiga e a cruz moderna, de granito e ao lado do coreto de cimento armado a cobertura de telha de canal; lateralmente duas bellas árvores. O ponto de vista da matriz é bello [...]”<sup>271</sup>. Cruzeiro que não está mais em uso na igreja atual. Podemos também apreciar o “ponto de vista da matriz”, isto é, confirmar os registros através da gravura abaixo, além de confirmar de um lado o coreto e do outro o cemitério da irmandade:

Figura 25 –Matriz Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Correio da Manhã: 11/06/1939.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

**1946** - A reforma interna que descaracterizou a Igreja, quando foram substituídas as madeiras de lei do teto, por um “plafond” de concreto, além de abrir janelas laterais e retirar o piso com compridas e largas pranchas de madeira. “[...] tanto a capela-mor como o coro foram construídos muitos anos após ter sido levantado a nave. Na viga, por exemplo, traz aberta a

<sup>270</sup>Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.Jornal Correio da Manhã: 11 de junho de 1939., p.8 e 11.

<sup>271</sup> Acervo da Hemeroteca da Biblioteca Nacional.Jornal Correio da Manhã: 11 de junho de 1939., p. 11.

canivete, em algarismos que autenticam a sua antiguidade a data de **1695**.<sup>272</sup> Este foi o relato no século XX, que afirma a conexão da igreja com sua história mais antiga ligada a freguesia. Essa reforma com o novo telhado, foi a maior descaracterização efetuada, no século XX, bem anterior as observações do IPHAN, em 1962. Acreditamos que o afastamento do órgão federal sobre este patrimônio tenha ocultado ainda mais a ligação histórica deste bem de tipologia material, ao contexto de formação da cidade do Rio de Janeiro.

**1965** - O Jornal dos Sports dedicou um caderno especial, sobre Irajá, durante as comemorações do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro. O suplemento com pelo menos duas folhas, hoje sob a guarda do IPHAN/RJ. As reportagens enfatizam a Igreja como uma das mais antigas do Rio e com contraventos que mais parecem “um forte de 1500”, em grande contraste com a mais nova da cidade, a moderníssima Santa Bárbara no bairro de Rocha Miranda, onde as lajes de concreto formam uma imagem de “mãos postas” como um “milagre do final do século XX”. É certo que diferentes crenças coexistiam no mesmo espaço, com força e reputação, seja pela religião católica de tradição portuguesa, seja pelo silêncio, possivelmente, da palavra Candomblé, nas reportagens:” (...) Mas se Irajá é católico, ali junto de sua Igreja de mais de três séculos – a umbanda, o baixo espiritismo, a macumba ou sei lá que nome tem - imperam soltos.”<sup>273</sup> Contextos entremeados de disputas e conflitos locais pelo uso do espaço sagrado da igreja e do seu cemitério.

**1986** – Reorganização do Cemitério da Irmandade Nossa Senhora da Apresentação, cujo cemitério estava enterrado Honório Gurgel, também nome de outro bairro da região. Limpeza, construção de ossários, ”recuperação e retomada de espaços”.<sup>274</sup> Acreditamos que essa pode ter sido a segunda maior intervenção de descaracterização da matriz do período colonial. Não houve estudos prévios para a remoção do antigo cemitério e de suas irmandades.

**1991** - Visita técnica. Departamento Geral de Patrimônio Cultura, gerando um parecer detalhado sobre o patrimônio, assinado por Hélio Viana que destaca a rara invocação da Apresentação de Maria ao templo judaico, comemorada em 21 de novembro. Reforçando que encontramos apenas três igrejas, com esta padroeira no Brasil: Irajá (RJ), Natal(RN) e Porto Calvo(AL).

---

<sup>272</sup> MAURICIO, op. cit., 1947, p.39 e 40. Grifo meu.

<sup>273</sup>IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1965.

<sup>274</sup> AMORIM, op. cit., p.166, 2013.

**1994** – Tombamento Municipal definitivo, Número: 12654, assinado pelo então prefeito César Maia, em 28 de janeiro de 1994:“(…) o valor cultural da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá por ser de devoção das mais antigas da Cidade; (…) que o prédio da Matriz de Irajá ilustra diferentes épocas (…) e o valor artístico de algumas imagens (…)”<sup>275</sup> O tombamento definitivo se tornou um documento oficial, que pode ser articulado para a concepção de “patrimônio histórico” em construção.

O fato social e seus documentos/monumentos não devem ser estudados como “testemunhos” em si, mas as relações sociais que os produzem, e que deles derivam, para tanto é fundamental observar as relações entre história e memória: “É preciso ir mais longe. Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o”<sup>276</sup> O conceito de memória, esse por sua vez, é atravessado por conjuntos de significados em pares que não podem ser dissociados, em especial o lembrar/esquecer. A distinção entre história e memória e sua interação é fundamental, é estar atento à construção de sentidos, explicações e a ênfase em uma determinada visão de mundo. É necessário observar a repercussão dessas sutis diferenças nos registros em diferentes grupos sociais, incluindo os meios acadêmicos.

A história, como ofício de expressar-se através de um referencial de tempo ganha uma profunda completude através das dinâmicas que envolvem a memória social, para isso a diferenciação cada vez mais explícita dos termos história e que ampliaram o debate a partir da consciência da “memória coletiva”<sup>277</sup>. Através da expressão “os quadros sociais da memória compartilhados em cada grupo social”, mostra que as “lembranças” não são fixas e imutáveis. São em resumo, construídas na vida em sociedade, na dimensão de um tempo presente, pois são condicionadas e/ou ressignificadas nas relações sociais, nos grupos ligados por afetos e experiências partilhadas. As reflexões podem seguir vários caminhos ou combinações, pois a memória é também campo de conflitos, disputa de espaços, identidades sob formas de narrativas e materialização de memórias em forma de patrimônios, que seriam as tradições reconhecidas pelo Estado, pela história “oficial”.

A história/memória também se tornam pares para as pesquisas em memória social, e amplia as áreas de contato do campo histórico com diferentes áreas. Destacamos além da interdependência da relação história e memória, o campo do patrimônio precisa dialogar locais,

---

<sup>275</sup> AMORIM, op. cit, 2013, p.110.

<sup>276</sup> Le Goff, op. cit, 1996, p.548.

<sup>277</sup> HALBWACHS, op. cit.,1990

grupos, memórias e também com a historiografia consolidada. Márcia Chuva desnaturaliza os processos da história e os caminhos do patrimônio, efetuando uma crítica.

O patrimônio- dentre tantos usos que dele é feito, social, política e economicamente - **é também um documento histórico** a ser preservado, visando à produção de conhecimento sobre as sociedades humanas. (...) Contudo, nem sempre a prática de preservação do patrimônio foi compreendida através dessa **lente do trabalho da memória**. Ao contrário, por muito tempo os objetos patrimonializados foram vistos como se possuíssem um valor intrínseco, que deveria ser apenas desvendado.<sup>278</sup>

Os historiadores e professores devem estar atentos, sobretudo para as “memórias subterrâneas”, como nos alerta Michel Pollak, observar o não dito, o que oficialmente não está na pauta das lembranças, mas surge por vezes em várias ocasiões. As relações entre memória e identidade, alteridade, esquecimentos ou reforço de determinadas lembranças no meio social são típicas de um “enquadramento da memória”, usando a expressão de Henry Rousso, para designar os processos de construção da história, que implicam na escolha e realce de determinadas memórias em detrimento de outras, sobrando para descarte vários fatos e memórias neste processo de construção oficial da História.

Outro alerta é feito por vários estudos sobre a memória como fenômeno social, sobre sua “fisiologia” fluida e mutável, constitutiva de projeções, apropriações, silêncios, transferências e um espaço próprio de disputas (poder) e negociações que permeiam a dinâmica social, merecendo amplo estudo multidisciplinar. Como deixa claro Pollak: ‘Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si’<sup>279</sup>, uma vez que partilhada com coerência, unidade e continuidade, as memórias irão dispor de muita credibilidade social quando formam uma organização explicativa, afetiva ou identitária.

Exatamente o que observamos em algumas versões oficiais sobre a história da cidade do Rio de Janeiro em especial sobre os seus antigos arrabaldes rurais. No caso da igreja do Irajá é importante observar os registros de memória e do patrimônio, que não assumem como data “oficial” a possível antiguidade da Igreja do século XVII, o que mostra diferentes interpretações do mesmo objeto.

Relembrando que a Coleção *Subúrbio Carioca: Olhos para ver*, editada pela prefeitura do Rio de Janeiro, 2012, com foto da antiga matriz de freguesia, sem referência ao longo percurso histórico, mas funcionando com o mérito de ser um suporte de lembranças, um raro cartão postal: “Construída em pedra e cal a Igreja data das primeiras décadas do século **XVIII**.”

<sup>278</sup> CHUVA, op. cit., 2011, p.38, 47-48. Grifo meu

<sup>279</sup> POLLAK, 1992, p.206.

De concepção arquitetônica singela, apresenta nave única separada da capela-mor pelo arco do cruzeiro<sup>280</sup> precisa agregar o histórico dessa primeira freguesia rural da cidade do Rio de Janeiro.

O debate ainda está aberto sobre a edificação, em geral, o histórico das construções fica agregado às datações, apesar das novas ampliações ou reconstruções dos templos. Observamos em outros templos quer seja um mito de origem ou fatos históricos, todos agregam certo valor na avaliação dos monumentos. O que acontece na mesma coleção *Olhos de Ver*, de 2012, sobre a igreja da Penha de França: **“No início do século XVII foi construída uma pequena ermida que passou por sucessivas remodelações que configuram o atual templo católico. (...)”**<sup>281</sup>. Em geral, as construções religiosas começavam de “pau a pique”, entre outros materiais mais frágeis até chegar à uma edificação mais duradoura. Notamos que a atual Basílica da Penha, tem em seu histórico um olhar descritivo que agrega o passado colonial, da antiga capelinha, o que não ocorre com a igreja de Irajá.

Paróquia ou igreja é o lugar onde o Vigário e/ou Pároco, exerce sua autoridade religiosa, confirma e repassa as instruções episcopais aos religiosos ou fiéis que estão sob sua jurisdição eclesiástica. Nas paróquias e em especial, nas matrizes de freguesias, encontramos vários altares laterais ou “capelas privadas”, dedicadas a outro padroeiro ou santo. Chamamos em geral de Capela templos externos que, normalmente, comporta um só um altar, caracterizada pela sua modesta estrutura física, onde o padre exerce suas funções, normalmente de forma itinerante, estando subordinada a uma paróquia. As Ermidas eram construídas pela devoção de um fiel, que não media esforços em abrigar uma imagem de sua fé, em um local ermo, distante. As capelas e os oratórios, no Brasil colonial, também eram construídos como altares privados, em engenhos ou fazendas, porém não é uma regra, visto que várias pesquisa apontam para os oratórios “públicos”. Constavam em número de 73 oratórios externos, no Rio de Janeiro, no tempo dos Vice-reis, como aponta Nireu Cavalcanti <sup>282</sup>. Alguns oratórios externos eram localizados nas esquinas de ruas, e formavam, junto com os oratórios internos dos engenhos pontos de sociabilidades. Relembrando que para uma só igreja, a matriz Nossa Senhora da Apresentação de Irajá em 1794 já constava com um grande número de oratórios

---

<sup>280</sup> PREFEITURA, 2012. Grifo meu

<sup>281</sup> PREFEITURA, 2012. Grifo meu.

<sup>282</sup> CAVALCANTI, op. cit., 2004, p. 206.

privados nos engenhos e muitas capelas. Monsenhor Pizarro descreve 8 capelas e 14 oratórios vinculados a este templo na área rural e afastada do centro urbano.

Acreditamos que a pesquisa sobre os patrimônios religiosos do período colonial, na área suburbana da cidade, pode dinamizar as relações entre os conceitos de história, memória e patrimônio, redimensionados para novos olhares, sobre a historiografia da cidade e a ligação com seus arredores, hoje transformados em subúrbios periféricos da cidade do Rio de Janeiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá como um patrimônio, relacionado às diferentes épocas na historiografia da cidade do Rio de Janeiro, exigiu uma organização para unir os três conceitos delimitados nos capítulos: história, memória e patrimônio. Estes três eixos postos em relação, convergem para o processo de patrimonialização da igreja-matriz. Usando fontes de origens diversas ao longo do trabalho, procuramos diversificar o olhar sobre o tombamento definitivo, assinado, durante a gestão de Cezar Maia na prefeitura, da cidade do Rio de Janeiro. O decreto de tombamento na esfera municipal, da antiga matriz e atual igreja de Irajá: Decreto nº 12654 de 28 de janeiro de 1994, considera em primeiro lugar o valor cultural da igreja de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, por ser uma de devoção, das mais antigas da cidade; além de valores de algumas imagens e evidências de diferentes épocas no seu conjunto construtivo.

Vale lembrar que as relações tempo e espaço, base do trabalho da pesquisa histórica, são processuais, não constituindo um valor em si, para tanto o contexto geográfico/histórico é fundamental para o entendimento do objeto estudado. A história da cidade do Rio de Janeiro não deveria centrar-se no século XIX, embora a vinda da corte portuguesa e do rei de Portugal, em 1808, tenha marcado profundamente a urbanização e desenvolvimento da cidade colonial. As matrizes, paróquias, capelas e oratórios fazem parte da história da Igreja Católica, com seus templos já delimitados espacialmente em freguesias no Rio de Janeiro colonial. Formavam uma rede de capelas e centros de convivência da fé, que deixaram registros, não somente do rei, da lei e da fé, mas também do trabalho, dos desencontros entre culturas diferentes e das resistências ao processo de colonização lusa em nossas terras.

A igreja de Irajá, através da sua história como sede da primeira freguesia rural da Capitania Real do Rio de Janeiro estava ligada ao desenvolvimento da economia açucareira e com as divisões político-administrativas da cidade. A intensa relação entre Igreja e a Coroa portuguesa também é verificada na criação da freguesia de Irajá. As redes de capelas e oratórios da matriz da freguesia nos indicam a importância e a complexidade da vida no Antigo Regime nos arredores da cidade.

No primeiro capítulo percebemos que existiram vários agentes sociais, ainda pouco estudados ligados diretamente ao surgimento da paróquia. Prelados, vigários, padres, leigos participantes das irmandades, sesmeiros, senhores de engenhos, partideiros, livres e escravizados convertidos, compõem quadros ainda incompletos da história da igreja.

Concluimos que a freguesia de Irajá foi criada pelo Prelado Dr. Antônio de Marins Loureiro, sob a aprovação real de seu primeiro pároco, o padre Gaspar da Costa. Ambos pertencentes a redes familiares de poder e posses. Também destacou-se Antônio de França, um dos mais antigos sesmeiros de Irajá.

A história de um bem tão tradicional, chamado de patrimônio de “pedra e cal”, surpreende por apresentar-se como um tema novo. Portanto, o contexto da criação da freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, desde a primeira metade do século XVII, precisava, além de localizar a igreja, sede desta administração colonial, articular com o desenvolvimento da cidade que surgia. O Rio de Janeiro com história ímpar de centralização de poderes políticos e econômicos consolida a “hinterlândia carioca” com grande influência de seu porto marítimo, guarnecido por portinhos fluviais marcam a presença de um “Paço de Irajá”, local de estoque e embarque de caixas de açúcar, vinculado ao porto fluvial. Irajá, situado também no Recôncavo da Guanabara participa deste processo. A cidade do Rio de Janeiro se mostrava plural, no século XVIII, complexa com sua “capitalidade primeva”, e bifurcada entre livres e cativos. Os desmembramentos da freguesia de Irajá são pontuados como história, mas também, memória que amarram uma visão integrada da expansão da cidade. Essa ligação não é aprofundada no tombamento, mas apresenta a referência da devoção de Nossa Senhora da Apresentação como antiga prática católica nas “margens do sertão” e posteriormente chamada de cercanias da cidade. Essa falta de ligação com a formação da cidade se mostra em outros registros clássicos sobre o Rio de Janeiro, daí o volume de informações agregadas ao primeiro capítulo.

No capítulo dois, o patrimônio pesquisado agregou as memórias dos cristãos-novos no território fluminense, ligados também à baixada de Irajá, bem como relatos memorialísticos anunciam que o bairro é portador de um passado histórico. Importante mostrar que registros não acadêmicos deveriam ser agregados na descrição deste patrimônio, como acontece com outros, sobretudo igrejas dessa fase colonial. No caso da igreja de Irajá, isso não acontece se comparamos tanto o parecer do tombamento, década de 90 do século XX, quanto cartões postais produzidos pela prefeitura, neste início do século XXI, o mesmo órgão institucional responsável pelo tombamento.

Le Goff aponta para uma determinada forma de entender os patrimônios, quando se refere ao monumento/documento, e vice-versa, pois coloca os dois conceitos em relação um com o outro, envoltos em uma dinâmica que exige interdisciplinaridade entres os campos de conhecimento, além da problematização do objeto e não neutralidade do historiador.

Percebemos que o parecer técnico do tombamento realça mais os elementos de “monumento”, evocação do passado, quanto o de “documento” que transforme o entendimento do bem em um patrimônio histórico. Não encontramos elementos de afirmação no tombamento, nem no decreto final que agregue o lastro histórico da freguesia da qual a igreja foi sede. Entendemos também que o vocábulo “patrimônio histórico”, instrumentalizado desde o século XVIII, está sempre em transformação, e o uso da expressão “patrimônio cultural”, se tornou mais usual, nas instituições. Por certo as transformações que o patrimônio explícito são resultado de sua centralidade no campo de disputa de memórias, símbolos e referências para a sociedade.

Estudado também como um conceito universal, o patrimônio, no sentido de que é resultado de valores coletivos, articula também a memória e a história de grupos sociais e da sociedade como um todo. No Ocidente foi tido como algo de excepcional valor que representaria toda a sociedade. Uma “metonímia”, recorrente da história oficial dos estados nacionais modernos e posteriormente componentes na formação dos elementos simbólicos da nação. O desafio brasileiro como nação plural encontra ecos na Constituição de 1988, em novos processos de patrimonialização que constituíram os patrimônios imateriais. Interessante foi perceber o fluxo “contra a corrente” na escolha para a pesquisa, de um patrimônio material, tipologia religiosa e do período colonial, sem perder de vista todas as transformações sociais e culturais que implica este conceito. Pontuamos que foi através do que é lembrado ou esquecido socialmente, isto é da relação entre História e Memória, que este trabalho seguiu. Procuramos demonstrar que realmente há um hiato, entre os patrimônios históricos, localizados nos subúrbios cariocas em relação ao “core” dos patrimônios históricos no centro-sul da cidade do Rio de Janeiro.

Acreditamos que o tombamento foi um ponto fundamental de partida para o entendimento da igreja como patrimônio histórico, múltiplo, isto é, além de uma história única. Caberia às novas pesquisas averiguar a participação efetiva da população local, os fiéis frequentadores da igreja ou atuação de políticos locais, bem como a postura da Cúria em relação às intervenções, conservação e divulgação do patrimônio religioso já tombado. Outros grupos religiosos envolvidos no uso da igreja e do cemitério do mesmo nome são outros caminhos vislumbrados e também a possível fruição deste patrimônio por grupos culturais e de turismo local. O tema não se esgota, e não poderíamos abarcar a multiplicidade que o processo de patrimonialização da igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá despertou.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*. Volume I e II, Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, RJ. 2010.
- \_\_\_\_\_. Maurício de. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- ALLEN, Joseph Scott et al. *Estudo Arqueológico na Igreja Nossa Senhora da Apresentação Porto Calvo, Alagoas*. Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro - Volume 2*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ IPHAN/ PCRJ, 1999.
- AMORIM, Orlando M. *Um padre Polonês no Brasil: Pedacos de uma história*. Direitos autorais nº 9.610/98. Rio de Janeiro, 2013.
- ARQUIVO NACIONAL. *Revista do Acervo: Religião*. 16. ed. Rio de Janeiro: AN, 2003.
- AZEVEDO, André Nunes de. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: UERJ-SR3/Departamento Cultural, 2002. p.45-64.
- \_\_\_\_\_. A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago, 2003.
- AZIZ N., et al. *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 1 e 2. Sérgio Buarque de Hollanda (Direção Geral). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BARROS, J. C. D. Jacques Le Goff. Considerações sobre contribuição para a teoria da história (Jacques Le Goff – considerations on the contribution to the theory of history). *Cadernos de História*, v.14, n. 21, p. 135-156. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/5074>>. Acesso em: 25 jul. 2020.
- BELCHIOR, E. de O. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História: ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728, p. 313. Arquivo Nacional, Microfilmado nº 005/98.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- BOXER, C.R. *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*. Edições 70, 1978.

CARVALHO, Delgado De. *História da cidade do rio de janeiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1988.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista: A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2004.

CARVALHO, Orlindo José. *Templos Católicos do Rio de Janeiro- Manual*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

CHAHON, Sérgio. *Os convidados para a ceia do Senhor: as missas e a vivência leiga do catolicismo na cidade do Rio de Janeiro e arredores (1750-1820)*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CHAGAS, Mário. A Radiosa Aventura dos Museus. In: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Orgs). *E o patrimônio?* Rio de Janeiro: Contra Capa, PPG Memória Social, 2008, p. 113-124.

CHAGAS, Mário; STUDART, Denise; STORINO, Claudia. *Museus, biodiversidade e sustentabilidade ambiental*. 1. ed. Rio de Janeiro: Epirógrafo, 2014.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Entre vestígios do passado e Interpretações da história: introdução aos Estudos sobre Patrimônio Cultural no Brasil. In: *Olhar Multidisciplinar Sobre a Efetividade da Proteção ao Patrimônio Cultural*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2011.

\_\_\_\_\_. *A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política*. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Pesquisa%20pdf\(6\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Pesquisa%20pdf(6).pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

COSTA, Fernanda; FERREIRA; Maria Celeste. *Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá*. In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DAS CONSTRUÇÕES LUSO-BRASILEIRAS -UFES, 2013, Vitória/ES.

DINES, A. *Vínculos do Fogo – Antônio José da Silva, o Judeu e Outras Vítimas da Inquisição em Portugal e no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Banco Safra, 1992.

DINIZ, Cláudia Coimbra. *Fontes selecionadas para pesquisa e estudo de obras raras e valiosas*. elaboração: Cláudia Coimbra Diniz. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2012. p.116.

EL-KARED, Almir Chaiban. Quando os subúrbios eram arrabaldes: um passeio pelo Rio de Janeiro e seus arredores no século XIX. In: *150 Anos de Subúrbio Carioca*. Rio de Janeiro: FAPERJ/UFF/ Lamparina, 2010.

ENDERS, Armelle. *A História do Rio De Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2015.

FABRINO, Raphael João Hallack. *Guia de Identificação da Arte Sacra*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2012. p. 13.

FARIA, Teodoro de. *Maria, Mãe de Jesus*. Portugal: Ed. Paulinas, 2011.

FAZENDA, José de Vieira. Limite entre o Estado do Rio de Janeiro e o Distrito Federal. *Revista do IHGB*, Tomo LXIII/Parte I – 1905.

\_\_\_\_\_. Antiquálias e Memórias do Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, Parte. IV, Tomo 93, vol.147, 1923.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O Rapto ideológico da Categoria Subúrbio – Rio de Janeiro 1858/1945*. Rio de Janeiro: Editora Apicuri, 2011.

FRAGOSO, João. A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v.1 n.1, jan./dez, 2000. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00045.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

\_\_\_\_\_. *E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil*. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. História (São Paulo), v.34, n.2, p. 58-107, jul./dez. SP, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/his/v34n2/0101-9074-his-34-02-00058.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; CARVALHO DE ALMEIDA, Carla Maria; SAMPAIO, Antônio Carlos de Jucá (Orgs.). *Conquistadores e negociantes*. Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_.; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época Moderna*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 2013.

\_\_\_\_\_.; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Jucá de. (Orgs.). *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa – Métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014.

\_\_\_\_\_.; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *O Brasil Colonial (1580 – 1720)*, v.2. 1.ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2015.

FREITAS, J. N. D. S; GELABERT. *Odaléia Ranauro*. Rumo a Campo Grande por Trilhas e Caminhos. 1. ed. Rio de Janeiro: J. N. de Souza Fróes, 2004.

FRIDMAN, Fânia. *Donos do Rio em nome do rei: Uma História fundiária da Cidade do RJ*. Ed. Jorge Zahar: Garamond, 1999.

\_\_\_\_\_. Freguesias do Rio de Janeiro ao final do século XVIII. *Mneme* – Revista de Humanidades, Caicó (RN), v. 9. n. 24, Set/out. 2008. ISSN 1518-3394. Disponível em: <<https://silo.tips/download/freguesias-do-rio-de-janeiro-ao-final-do-seculo-xviii-1>>. Acesso em: 28 set. 2020.

\_\_\_\_\_. *Cartografia Fluminense no Brasil Imperial*. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica/Passado Presente nos Velhos Mapas: conhecimento e poder. Paraty, 10 a 13 de maio de 2011. Disponível em: <[https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN\\_FANIA.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/FRIDMAN_FANIA.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2020.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória política federal da preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - IPHAN, 2005.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lacerda, 2000.

GORENSTEIN, L. *A Inquisição contra as Mulheres: Rio de Janeiro séculos XVII e XVIII*. São Paulo: Associação editorial Humanitas: FAPESP. JOHNSON, P. (1989), *História dos Judeus*. Rio de Janeiro: Imago. 4ª edição. 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A Retórica da Perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 2002.

GROSSI, Paolo. *A História da Propriedade e Outros Ensaio*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GUSMÃO, E. T. D; ALMEIDA, T. M. D. *Patrimônio da Fé: Diocese de Duque de Caxias*. 1. ed. Duque de Caxias: ASAMIH, 2019.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na Pós-Modernidade*. 9. ed. DP&A. 2004.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOLLANDA, Daniela Maria da Cunha de. *A barbárie legitimada: a demolição da igreja São Pedro dos Clérigos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro:: Eduerj, 2007.

HOORNAERT, Eduardo. *A Igreja no Brasil Colônia: (1550 - 1800)*. 2. ed. [S.l.]: Brasiliense, 1984.

IBERO-AMERICANO PATRIMÔNIO, *suas matérias e imatérias*. Lisboa: 2016.

IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade. *Coleção Olhos de Ver: Subúrbio Carioca*. 2012.

KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KOK, Glória. *Vestígios Indígenas na Cartografia do Sertão da América Portuguesa*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 91-109 jul.- dez. 2009.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito a Cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

LESSA, Carlos. *O Rio de Todos os Brasis*. Uma reflexão em busca da autoestima. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

LETIERE, Robson. *Rio bairros: uma breve história dos bairros cariocas - de A a Z*. 2. ed. Rio de Janeiro: Independente, 2013.

LIMA, Mons. Maurílio César de. *Breve História da igreja no Brasil*. Rio de Janeiro: Restauro, 2001.

LOPES, Rodrigo Touse Dias. Monumento e Genealogia: notas sobre Michel Foucault. *Revista Nucleus*, v. 2, n. 1, abr./out, 2004.

LOPES, Nei. *Dicionário da Hiterlândia Carioca: Antigos subúrbio e zona rural*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MACHADO, Ironita A. P. História, Patrimônio e Cidade: uma questão política. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, v. 2, n. 7, p. 1-14, 2012.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Os Princípios específicos da tutela do meio ambiente cultura. In: CUREAU, Sandra et al.(Coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011. p. 101-122.

MARQUES, Karoline. *Elites, Poder e Caridade: a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro (séc. XVII-XVIII)*. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH -Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. RJ. ISBN: 978-85-65957-00-7., 2012. Disponível em : <[http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338395576\\_ARQUIVO\\_ANPUH-KarolineMarques.pdf](http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338395576_ARQUIVO_ANPUH-KarolineMarques.pdf)> Acesso em: 30 mar. 2019.

MARTINS, Ronaldo Luiz. *Mercadão de Madureira: Caminhos do Comércio*. Coord: Carlos Joaquim. Rio de Janeiro: Prod. Condomínio do Entrepósito Mercado do Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. *Agostinho Rodrigues: meu Irajá*. Coletivo Instituto Histórico e Geográfico Baixada de Irajá – IHGBI, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/4554666-Meu-iraja-agostinho-rodrigues-edicao-digital-coletivo-instituto-historico-e-geografico-baixada-de-iraja.htm>>. Acesso em: 24 set. 2020.

MARTINS, José de Souza. A Vida Privada nas Áreas de Expansão da Sociedade Brasileira. In: NOVAIS, F. A. S., Lilian Moritz, (eds). *História da Vida privada no Brasil*, v.4 (contrastes da intimidade contemporânea). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAURÍCIO, Augusto. *Igrejas históricas do Rio de Janeiro* (Nova Edição Atualizada). Rio de Janeiro: Kosmos Editora, 1978.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; WILLIAM, Bittar. *Arquitetura no Brasil: De Cabral a Dom João VI*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2017.

MENEZES, Aline Bezerra de. O Papel do IPHAN na construção da categoria de Patrimônio Jesuítico. In: CHUVA, Márcia (Org.). *Assentamentos jesuíticos: territórios e significados*- Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, Cadernos de Pesquisa e Documentação, 2008. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc\\_1\\_AssentamentosJesuisticos\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/CadPesDoc_1_AssentamentosJesuisticos_m.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2020.

MONTOYA-MOGOLLÓN, Juan Bernardo y Sonia Maria Troitiño Rodríguez. *Diplomática Forense: revisão histórica para a abordagem do documento nato-digital de arquivo*. Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información 33 (78): 47-62. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2019.78.5792>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder – conflito e direito à terra no Brasil, no século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_. Org. *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NEVES, R. V. E. L. B. P. D. *Dicionário do Brasil Joanino: 1808 - 1821*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

PAULINO, Stefano Mendes. *As cidades e as serras: um olhar sobre a ambiguidade da relação entre o rural e o urbano*. 17. ed. Rio de Janeiro: Textos CPDA, 2000.

PRADO, Walter. *História Social da Baixada Fluminense: Das sesmarias a foros da cidade*. Rio de Janeiro, Ecomuseu Fluminense, 2000. ISBN: 85-901214-2-9.

OLIVEIRA, Anderson J.M.; MARTINS, William de S.(Orgs.). *Dimensões do Catolicismo no Império Português (XVI-XIX)*. Garamond; Universitária/ECCLESIA/Faperj.RJ, 2014.

OLIVEIRA, Hélio de. *Nossa Senhora da Apresentação: um resgate estético para a cidade de Natal*. Rio de Janeiro: Ed.Terceirize, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Ed. FGV, 2008.

OLIVEIRA, A. J. M. D. *Dimensões do Catolicismo no Império Português: Séculos xvi - xix*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

OLIVEIRA. Luiz Paulo Leal de. *Das Antigas Estradas Rurais ao Rodoviarismo: Atlas da Evolução Urbana do Subúrbio Carioca. XIV/SHC - Seminário de História, Cidades e Urbanismo: Visões e revisões do século XX*. 13 a 15 de setembro de 2016.

OLIVEIRA, Luiz P. L.; VIANA, Helder M. Acervo técnico do órgão de proteção ao patrimônio cultural carioca: evolução e modernização. In: Anais Congresso Ibero-Americano Patrimônio, suas matérias e imatérias. Lisboa, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PARENTE, José Inacio; CHIAVARI, Maria Pace. *Guia das Igrejas Históricas do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Riotur, 1997.

PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Vol. 11, N.º 1. 2013.

Disponível em: <[http://www.pasosonline.org/Publicados/11113/PS0113\\_10.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/11113/PS0113_10.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2020.

PIMENTEL, Rennan. *Oratórios: privatização da fé na sociedade colonial dos séculos XVIII e XIX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Independente, 2016.

PRADO, Walter. *História Social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense Colonial, 2000.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO/IRPH. *Guia do Patrimônio Cultural Carioca, Bens Tombados*, 5ª ed. ver. e ampl. PCRJ, 2014.

PREFEITURA/IPP/DIG /RJ. *Atlas Escolar do Município do Rio de Janeiro*, 2000.

PRIORI, Angelo. *História, Memória e Patrimônio*. Maringá: Eduem, 2009.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

RABELO, Nancy Regina Mathias. *Fé Negra em Espaço Branco: Esculturas Religiosas do Rosário no Território Fluminense Colonial*. ANPUH, Natal/RN, 2013.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A Inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RÉMOND, René (dir). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Ed FGV, 1996.

RHEINGANTZ, C. G. *Primeiras Famílias do Rio de Janeiro (Séculos XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1965.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado. Cultura e história na cidade do Rio de Janeiro. In: AZEVEDO, André Nunes de (Org.). *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/SR-3/UERJ, 2002. p.11-44.

ROUSSO, Henry. Sobre a História do Tempo Presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 11-44, 2009.

SÁ, Helena de Cassia Trindade de; SIQUEIRA, Maria Isabel de. Comércio, tributos e exclusivo metropolitano: o papel da Alfândega no cenário fluminense (1580- 1640). *Rev. Hist. UEG*, Porangatu, v.8, n.1, e-811905, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/230330321.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2020.

SALGADO, Graça, coord. *Fiscais e meirinhos - a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Pró-Memória/ Instituto Nacional do Livro, 1985. 452 p.

SALVADOR, J. G. *Cristão-Novos Jesuítas e Inquisição* (Aspectos de sua atuação nas capitanias do Sul). São Paulo: Livraria Pioneira Editora; USP, 1969.

\_\_\_\_\_. *Os Cristãos-Novos: Povoamento e Conquista do Solo Brasileiro, 1530-1680*. São Paulo: Pioneira; Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja e a construção do estado no Brasil imperial. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: conhecimento histórico e diálogo social. Natal: RGN, 2013.

SANTOS, Afonso Carlos Marques. *A Invenção do Brasil: Ensaio de História e Cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

SANTOS, Corsino Medeiros dos. *O Rio de Janeiro e a Conjuntura Atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. 1999.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço : técnica e tempo, razão e emoção*. 2. ed. São Paulo: 1997. p.85.

SANTOS, Noronha. *As Freguesias do Rio de Janeiro: vistas por Noronha Santos*. Introdução, notas e bibliografia de Paulo Berger. 1. ed. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

\_\_\_\_\_. *Crônicas da cidade do Rio de Janeiro*. 1. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

SANTOS, F. V. D; RIBEIRO, M. D. S. *Impérios Ibéricos do Antigo Regime: governo, agentes e dinâmicas políticas e territoriais*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e patrimônio: o segundo reinado brasileiro e seu modelo tropical exótico. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n.34, p.337-359, 2019.

SILVA, R. F. D. *O Rio antes do Rio*. 3. ed. Rio de Janeiro: Babilonia, 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. *O Bairro Contemporâneo: ensaio de abordagem política*. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro. v. 51, n. 2, p., abr /jun. 1989.

\_\_\_\_\_. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAPAJÓS, Vicente. *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, vol. 4 – Sócios falecidos entre 1881/1920, 1993.

TELLES, Augusto C. da Silva. Vassouras – Estudo da construção Residencial e Urbana. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro, n. 16, 1968.

TORRE, Pe. Ildefonso. Escribano De La. *Quando as pedras falam: vivências de uma igreja servidora*. 1. ed. Niterói: Editora Comunità, 2015.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial: 1500 - 1808*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

### Fontes Impressas

AGCRJ - ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Provizão do Padre Gaspar da Costa de Vigário da Igreja Nossa Senhora da Apresentação do Destricto de Irajá*. Cópia autenticada por Delphin Gonçalves de Barros 2º oficial da diretoria de estatística e arquivo. AGCRJ - índice III, 45-2-4, 1927. (transcrição em anexo 1).

ArqRio - ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. *Cartilha de Segurança e Conservação do Patrimônio Cultural Católico*. RJ: 2019.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e, 1753-1830. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro: Inventário da Arte Sacra Fluminense*. Concepção e Coordenação Marcus Antônio Monteiro Nogueira. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: INEPAC, 2008.

\_\_\_\_\_. *Memórias Históricas da Cidade do Rio de Janeiro*. Imprensa Régia 1820. In: Anais da Biblioteca Nacional. vol.82.1962.

\_\_\_\_\_. *Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro Extrahida dos Livros de Sesmarias e Registro do Cartório do Tabelião Antônio Teixeira de Carvalho. De 1565 a 1796*. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo LXIII, 1568 a 1569, pags: 93-153, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901.

BN - BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Livro de Tombo do Collégio de Jesus do Rio de Janeiro*. Anais da Biblioteca Nacional - 1962.

IHGB - INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. *Santuário Mariano*. Frei Agostinho de Santa Maria. Lisboa/1723. IHGB/RJ

IPHAN-INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Nossa Senhora da Apresentação de Irajá*. MEC - Ministério da Educação e Cultura.

DPHAN - Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Estado da Guanabara, 1962.

\_\_\_\_\_. *Revista do Patrimônio: Histórico e Artístico Nacional*. 23. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1994.

\_\_\_\_\_. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 4 de março de 1965.

\_\_\_\_\_. *Cartas Patrimoniais*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>  
Acesso 15 de out. 2019.

IRPH - INSTITUTO RIO PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. *Coleção Olhos de Ver: Subúrbio Carioca*. 2012.

MACÊDO, D. Leite. Trelado da Carta dos chãos das casas que ficarão de Ant<sup>o</sup> de França, Pertence ao collégio pólo deixar por erd<sup>o</sup>. In: Livro de Tombo do Collégio de Jesus do Rio de Janeiro/Anais da Biblioteca Nacional - 1962, V.82. p.113.

SANTA MARIA, Frei Agostinho de. *Santuário Mariano*. Lisboa, 1723. IHGB/RJ.

VIANA, Hélio. *Nossa Senhora da Apresentação de Irajá - Cadastro de Bens Imóveis com Valor Individual*. Prefeitura do Rio de Janeiro. SMC/DGP/DCP. 1991.

### **Jornais ou Periódicos**

BIBLIOTECA NACIONAL, HEMEROTECA. *Jornal Correio da Manhã*. 11/06/1939.

\_\_\_\_\_. *Jornal do Comércio*, 8 de julho de 1846.

\_\_\_\_\_. *A.B.C.: Política, Actualidades, Questões Sociaes, Lettras e Artes*. Rio de Janeiro/RJ, 1910-1939.

\_\_\_\_\_. *Almanaque do Tico-Tico*. Rio de Janeiro/RJ, 1910-1959.

\_\_\_\_\_. *Careta*. Rio de Janeiro/RJ, 1900 – 1969.

\_\_\_\_\_. *FON FON: Semanário Alegre, Politico, Critico e Esfuziante* Rio de Janeiro/RJ, 1900 - 1989.

\_\_\_\_\_. *HOJE: Periódico de Acção Social*. Rio de Janeiro/RJ, 1910-1929.

\_\_\_\_\_. *Jornal das Moças: Revista Quinzenal Ilustrada*. Rio de Janeiro/RJ.

\_\_\_\_\_. *O Malho*. Rio de Janeiro/RJ, 1900-1959.

\_\_\_\_\_. *Para Todos*. Rio de Janeiro/RJ, 1910-1959.

\_\_\_\_\_. *Revista da Semana*. Rio de Janeiro/RJ, 1900-1959.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Atlas Escolar do Município do Rio de Janeiro. IPP/DIG /RJ, 2000.

\_\_\_\_\_. Guia do Patrimônio Cultural Carioca. Bens Tombados 2008: PCRJ, 2008.

REVISTA RIO ILUSTRADO. *Rio Ilustrado (1924-1939)*. Periódicos I 0002186926, Biblioteca Nacional, RJ, 1937.

RODRIGUES, Agostinho. *MEU IRAJÁ*. Fundação da Biblioteca Nacional - Depósito Legal, em 29/10/99. Rio de Janeiro. Cadernos Datilografados. Biblioteca João do Rio, Irajá, 1999.

ROSA, Francisco Ferreira da. *Rio de Janeiro em 1922-1924*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial da Secretaria Municipal de Administração. Coleção Memória do Rio 3. Governo Marcos Tamoyo, 1975/79.

### **Monografias, Dissertações e Teses**

GALDAMES, Francisco Xavier Müller. *Entre a Cruz e a Coroa: a Trajetória de Mons. Pizarro (1753-1780)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SANTOS, J. J. M. dos. *De freguesias rurais a subúrbio: Inhaúma e Irajá no município do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

SILVA, Michele Helena Peixoto da. *Morte, escravidão e hierarquias na freguesia de Irajá: um estudo sobre os funerais e sepultamentos dos escravos (1730-1808)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro da. *Nos caminhos de Irajá: escravos e terras numa freguesia rural do Rio de Janeiro (1824 – 1860)*. 2010. [Não paginado]. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2010.

SILVEIRA, Carmen Beatriz. *O entrelaçamento urbano-cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro*. 2004. 329 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

TEIXEIRA, Claudia Barbosa. *O papel das Ordens Leigas na configuração urbana da cidade do Rio de Janeiro: 1763-1840*. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

## ANEXO A – Criação da Freguesia do Irajá

AGCRJ - NOTAÇÃO – 45.2.4 DATA- 1644/47 TÍTULO- CRIAÇÃO DA FREGUESIA DO IRAJÁ “Provisão do Padre Gaspar da Costa a vigário da igreja de Nossa Senhora da apresentação no Distrito de Irajá.

O doutor Antônio Maris Loureiro por merce de Deos e da Santa See Apostólica Prelado e Administrador Eclesiástico desta cidade de Sam Sebastião do Rio de Janeiro e sua diocese, e as Capitánias de Sua Repartição da banda do Sul H<sup>a</sup> os que apresente provisão nossos virem e a Suas notícias vier, Saúde e paz para sempre em Jesus Cristo nosso Salvador que de todos he o verdadeiro Remedio e Salvação faremos a saber que visitando nos o Reconcavo desta cidade pela obrigação que temos de nosso cargo pastoral, achamos que nececitavão os moradores dele de administração do Santos Sacramentos contras cousas espirituais e considerando por nos temos criados de novo e eregido quatro vigairarias e freguesias huã das quais he de nossa Senhora da apresentação cita nos limites Irajá . Termo desta Cidade nomeando por parocho e vigairo deila ao Padre Gaspar da Costa natural desta cidade precedendo os exames e mais diligenciais em direito necessárias a Serca de sua sufiensia partes e validades de sua pessoa, avermos por bem e serviço de nosso Senhor, que elle na dicta Igreja de Nossa Senhora da Apresentação (enquanto no mesmo distrito de Irajá, de baixo do mesmo tijolo e invocação, se não fizer outra maior, e mais capaz para se poder administrar os sacramentos aos fregueses que necessariamente a hão de Recorrer) em qualquer outra Ermida das que já estão cituadas e por nos apoiados nos ditos limites, exercite desde logo o officio de parocho e cura aos ditos Seus fregueses de Sua Repartição o que fará asi da maneira que na carta que lhe mandamos (p?)assar de sua apresentação e Eireissão na dicta freguesia lhe temos ordenado e declarado. Levando e gozando os mesmos bens e mais proveitos parochiais que gozão e uzão os mais parochos e vigários desta nossa administração e Sendo Sua magestade que Deos guarde a quem temos dado conta desta nossa erecc(ss?)ão e criação de novas freguesias. Sendo mandar pagar o ordenado concedido às mais Igrejas dito es...(?) e os levaria desde logo e pela presente provissão, mandamos a todos os Seus fregueses em geral e a cada hum em particular sob Penna de Excomunhão conheção ao dicto Gaspar da Costa por seu vigário e parocho, Como tal lhe obedeção gozando lhe respeito devido; e notificando assim aos officiais Da fazenda de sua magestade para que facão Registrar essa nossa provissão no s livros deila, e a seus tempos devido lhe farão Seu pagamento, como o dicto Senhor manda R<sup>a</sup>, dada nesta cidade de Sam Sebastião do rio de janeiro . Sob nosso Sinal e, Sello de nossas armas aos trinta dias do mez de

dezembro. João Pires do L(G?)ago notário Apostólico e escrivão da nossa Camara a feiz (i)de nosso mandado no Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil e Seiscentos quarenta e quatro annos. Antônio de Mariz Loureiro. Administrador do Rio de Janeiro. A chancelaria e sello mil e duzentos e quarenta e seis. Registrada as folhas setenta e dois versus - no Rio de Janeiro trinta de dezembro de seiscentos e quarenta e seis. Logo pagam os seus custos e quarenta e seis. Provisão para Vossa Senhoria Ver pella qual faz mercê. Ao padre Gaspar da Costa deo prover na Igreja novamente erecta no Campo, e limite de Irajá, da invocação de Nossa Senhora da apresentação pagou 640 rs. Qual traslado Provisão em honras filoeiro escrivão da fazenda Real nesta Capitania Do Rio de Janeiro fez trasladar da propina a passar(pagar?) a que me Renovo em fiel do que me asinem no Rio de Janeiro. aos dois de outubro de .....? (1646) annos. hormas(? ) filoeiro Bultão(?) - A margem se acham as seguintes notas : 549° (?) esta a confirmação de sua Magde - ouve pagamento a(o) Padre Gaspar da Costa.

1416V.

1417”

Pesquisa e transcrição: Maria Celeste Ferreira. 2017.

**ANEXO B** - Decreto do Tombamento. 1994.

DECRETO Nº 12654 DE 28 DE JANEIRO DE 1994.

DETERMINA O TOMBAMENTO DEFINITIVO DO BEM

QUE MENCIONA:

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no processo n. 12/1.790/91.

CONSIDERANDO que o valor cultural da Igreja de Nossa senhora da Apresentação de Irajá por ser de devoção das mais antigas da Cidade;

CONSIDERANDO que o prédio da Matriz de Irajá ilustra diferentes épocas por que passaram a devoção da comunidade;

CONSIDERANDO o valor artístico de algumas imagens que compõem o Santuário;

CONSIDERANDO o pronunciamento unânime do CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica tombada definitivamente, nos termos do Artigo 4º da Lei 166, de 27 de maio de 1980, a Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, situada na Praça Nossa Senhora da Apresentação nº 272, no Bairro de Irajá XIV R.A.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1994 – 430º da Fundação da Cidade.

Cézar Maia

Prefeito

Fonte: (AMORIM, 2013, p110.)

**ANEXO C** - Transcrição da visita técnica de 14 de Novembro de 1991.

Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro- IRPH. SMC/DGP/DCP. 1991.

A PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

DEPARTAMENTO GERAL DE PATRIMÔNIO

DIVISÃO DE CADASTRO E PESQUISA

CADASTRO DE BENS IMÓVEIS COM VALOR INDIVIDUAL

ENDEREÇO: Praça Nossa Senhora da Apresentação, 272.

BAIRRO: Irajá

REGIÃO ADMINISTRATIVA: XIV

USO ORIGINAL: Igreja Nossa Senhora da Apresentação

USO ATUAL: O mesmo.

CARACTERIZAÇÃO: Descrição recuperável.

TIPO: Templo católico.

PREENCHIDO POR: Hélio Viana.

FOTOGRAFADO POR: O mesmo.

PROTEÇÃO EXISTENTE: Decreto a localidade 12654 de 28-01-1994.

A devoção a Nossa Senhora da Apresentação, no atual bairro de Irajá, é uma das mais antigas da cidade, a julgar por uma inscrição, a data de 1613, na base da moldura de pedra de uma das aberturas que iluminam o coro.

O templo que subsiste, uma construção de pedra-e-cal, datada da primeira metade do século XVIII, deve ter aproveitado elementos de uma igreja anterior. De todo modo, mesmo que o templo original fosse outro prédio, a presença de uma construção de finalidade religiosa dotada de portais de granito já nas primeiras décadas do seiscentismo pode ser considerada

como um indicador seguro de que a localidade teria reunido um considerável número de fiéis talvez desde início de 1500, ainda que dispersos na região então denominada campos de Irajá.

Monsenhor Pizarro tratando desta invocação de Virgem Maria distingue, nesta região, pelo menos três templos. Além da atual Igreja Matriz, levantada entre 1701 e 1731 por iniciativa do quarto pároco designado para a região, o padre João de Barcelos Machado, havia a capela fundada pelo Padre Gaspar da Costa, que se tornou a sede primitiva da paróquia criada a 30 de dezembro de 1644, confirmada por alvará de Dom João IV a 10 de fevereiro de 1647. Como uma das capelas filiais, destaca ainda a que se situava meia légua da matriz, também dedicada a Nossa Senhora da Apresentação e cujos detalhes de fundação e antiguidade eram ignorados “por lhe faltarem títulos que deram com a mudança dos proprietários da fazenda, onde se erigiu”. A inscrição da data de 1613, portanto, poderia ter a esta capela ou fazer referência à sua instalação.

Que o templo atual teria sido construído nas primeiras décadas do século XVIII parece fato seguro pelo estudo da bibliografia especializada e do estilo arquitetônico, Embora o corpo da construção se componha de nave única e capela-mor, separada pelo arco do cruzeiro, a largura diferente desta última, de forma a aproveitar espaço para a sacristia, a “aula” e demais aposentos, sugere o estilo das Igrejas que “embora relativamente recentes obedeceram a um programa mais modesto de construção” Os vãos, principalmente portas e arcos, aproximam-se mais das proporções “sobre o quadrado”, característica da segunda metade do século XVII e inícios do XVIII, do que a tendência ao alongamento e a altura, típica de prédios religiosos anteriores. A cobertura da torre, em forma de meia-laranja, retoma solução corrente na arquitetura jesuítica do Espírito Santo e Estado do Rio, presente em Reritiba, Reis Magos, Santiago, São Pedro da Aldeia, Campos e Itaguaí. Outro aspecto clássico é a forma do frontão, despojado e retilíneo, a sugerir uma datação anterior à segunda metade do século XVIII, quando são adotadas largamente as volutas e formas livres do Barroco.

Nos anos setecentos, sob liderança do padre João de Barcelos Machado, constrói-se a Igreja que conhecemos na Praça Honório Gurgel. As doações de particulares à obra eram aumentadas, segundo o uso da época, por disposições testamentárias em que se doavam imagens sacras, fundaram-se altares, encomendavam-se missas perpétuas em honra de santos de devoção e da alma dos benfeitores.

O templo, situado no topo de uma elevação e voltado para o nascente e a Baía de Guanabara, teve seu terreno sensivelmente diminuídos des(d)e que, proibidos os cemitérios particulares, o de Irajá passou a ser um dos cemitérios públicos da cidade. Nota-se, contudo, a

preocupação de extrair rendimentos da área que restou ao lado esquerdo do templo, tapando-lhe parcialmente a vista, ergueram-se construções ligadas ao comércio - três floristas, uma marmoraria e um bar – aproveitando a vizinhança do cemitério; à esquerda do adro há uma cantina, nos fundos funciona o Externato Santa Filomena de 1ª à 4ª série e alugam-se nichos para guardar restos humanos exumados. À esquerda no limite entre os fundos da igreja e a entrada do atual cemitério de Irajá, há o conjunto de sete capelas fúnebres para aluguel, as capelas de N. S<sup>a</sup>. Da Apresentação, cujos serviços não incluem o transporte do corpo ou quaisquer das tarefas que dizem respeito à Santa Casa de Misericórdia, responsável pelo campo fúnebre e pelos enterramentos.

O átrio, cercado por um muro baixo e grades de ferro, abre-se para praça e está cortado, à direita, por um muro recente que o separa do cemitério local e continua nos fundos do tempo. Este, na opinião de Augusto Maurício, “... é tipicamente colonial. Um chalet, tendo ao alto do tímpano uma cruz de ferro, ao centro um óculo, três janelas envidraçadas que dão luz ao coro, e apenas uma porta para a entrada”, atualmente há vitrais fechando janelas e óculo. No ângulo esquerdo, há uma torre quadrangular cujos novos sinos foram abençoados em 1989, pelo Cardeal-arcebispo da cidade, como consta de placa comemorativa afixada no exterior. Além da cobertura em meia-laranja, outro aspecto da concepção da torre destaca-se pelo apego às formas da arquitetura religiosa do início da colonização: a ocorrência de duas seteiras, nesta época apenas com a função de iluminar.

O cruzeiro com pedestal de pedra, que Augusto Maurício nos anos quarenta, conheceu e fotografou no adro da Igreja, diante da porta de entrada, está hoje à esquerda do templo, sobre uma nova base de alvenaria completamente cercada por um suporte destinado às velas que ali ascendem os devotos. A cruz latina, em granito lavrado, data de 1910 e apresenta inscrição no eixo horizontal dedicando-a ao Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Na sua base, junto ao ângulo esquerdo, a marca do fabricante: C.S. & H. Entre os dois painéis centrais do teto da nave há uma inscrição em curva ascendente-descendente – Tu honorificente populi nostri (Nossos povoados te honram) – cuja intenção original era, por espelhamento dos tipos, pode ser lida tanto desde a entrada quanto desde o altar-mor.

A capela-mor, com mobiliário moderno e inexpressivo, apresenta nas paredes quadro cenas da vida da Virgem Maria, uma delas assinadas por S.P. Sabaté. Destaca-se a composição do teto, onde se vê a Apresentação de Maria ao Templo de Jerusalém para dedicar-se a Deus conforme antigos ritos israelitas.

No altar-mor, sob a imagem de Cristo Crucificado, está a imagem da padroeira – preciosa obra de madeira policromada, de fins do século XVII ou inícios do século XVIII. A decoração da capela-mor alterna tribunais e painéis pintados, não havendo púlpito. A esquerda há passagem para a sacristia e no fundo desta se passa a uma sala de reunião - o capítulo ou cabido. Ali num nicho envidraçado, por detrás do altar-mor, há imagens modernas, em gesso de tamanho pouco menor que o natural, de Jesus, Maria e São José, agonizante (...). Trata-se de obras contemporâneas das imagens da Virgem e da pastora de Lourdes encontradas na lateral esquerda da igreja, num acréscimo construído entre os dois contrafortes, forrado de seixos e que abriga, no térreo uma sala que serve a aulas e reuniões comunitárias.

Na fachada há uma só porta de duas folhas, almofadas com moldura simples em granito e verga em arco batido sobre soco com motivo losangular.

Na entrada, abaixo do coro, a que hoje se tem acesso pela torre anexa, há três painéis pintados de gosto duvidoso: o central apresenta Maria ensinando as escrituras ao menino Jesus. No da direita Maria está cozendo, enquanto José e Jesus dedicam-se a carpintaria; e o da esquerda, mostra a fuga para o Egito.

O artista Sebastião Andrade, assinou o painel central, datando-o de 17-7-965. É curioso notar que os painéis incluem nas cenas bíblicas elementos da natureza brasileira, palmeiras, bananeiras e até rosáceas (...?) e agave.

A esquerda na entrada está o confessionário, em estilo recente, e à direita a pia batismal em mármore rosa, em forma de cálice, e delicadas caneluras. Esta peça encontra-se sobre um degrau plano de 15 centímetros de altura, forrado de mármore, num nicho que não tem elo na concepção da igreja e na forma dos altares, e que pode ter servido anteriormente para comunicar com a torre, que hoje é servida por porta externa. O painel tratando do batismo de Cristo, recente e (...?) o estilo das pinturas com o coro.

A nave única mede oito metros e meio de largura, por vinte e (... ?) de comprimento. O piso está revestido por ladrilho hidráulico de motivo geométrico, em azul-claro sobre branco. Ao longo do eixo entre a porta principal e o arco-cruzeiro, muda-se o motivo do ladrilho, mantendo-se as cores, o que cria a impressão de uma passadeira, dividindo o espaço dos assistentes, dos reservados e oficiantes e do caminho pelo qual o santo passa, como centro de atenção, do mundo (rua) para o espaço... do Cristo e de Maria Santíssima.

As paredes são inferiormente revestidas de placas de mármore negro, trabalho recente. (foto...). A partir de um metro e vinte de alturas paredes passam a ter pinturas: linhas retas sugerem placas retangulares e contornam a tinta aplicada, através de moldes vazados. Num campo onde aparecem somente cruz, as iniciais da Virgem Maria (V sobre M) e do Cristo

(JMS). As cores usadas são cinza e o vermelho, sobre fundo branco e a três metros de altura, muda-se o padrão do motivo impresso. O teto em abóboda de berço, une-se às paredes por anca de argamassa, com pintura marmorizada em tons de rosa, as técnicas de "tromp-oil". Há sete (... ?) em cada uma das paredes laterais, representando motivos bíblicos. Seu estilo aproxima-se bastante dos painéis encontrados à entrada, sendo, provavelmente da mesma época. Os da parede da esquerda (? ...) estão provavelmente prejudicados pela infiltração.

As paredes da nave apresentam vãos regulares e simétricos, (...?) cores simples estão instaladas em espaços reentrantes, acabados em arco pleno. No fundo são sempre pintados cortinas e há grinaldas douradas contornado as aletas, de modo a destacar imagens de santos diversos, todos recentes em gesso.

Entre a entrada, e as "capelas", cada parede apresenta duas portas: as do lado direito abrem-se para o exterior; a da esquerda, a primeira dá para atual localização do cruzeiro, e foi forrada de metal como forma de evitar danos causados pela chama das velas acessas junto ao portal. A segunda dá para uma sala acrescentada ao prédio, aproveitando o vão entre os dois contrafortes laterais e que hoje abriga uma sala de aula e reuniões. O segundo pavimento, coberto, abriga imagens da Virgem de Lourdes e da pastora para que ela apareceu. Toda a obra foi revestida por seixos envernizados e o acesso ao plano superior se dá por escadas laterais. Grades e portões de ferro vedam os acessos e a entrada da sala.

O grande arco-cruzeiro, com verga plena, é revestido de talha de madeira dourada, numa composição simples equilibrada, com caneluras e folha de acanto.

No teto da nave há três painéis de cada lado, de feitura nitidamente anterior a das demais pinturas descritas. Estilisticamente compõem um conjunto com as pinturas do teto e das laterais do altar-mor. Os painéis da nave foram poupados na última grande reforma que se fez na igreja: uma mão de tinta branca, deixou quase ilegíveis inscrições anteriores, mas passou ao largo destas composições. As inscrições semi-apagadas são sem dúvida, mais recentes que as que aparecem nas cenas, mas é possível que repetissem a decoração anterior depois das obras de troca do antigo forro de madeira "por um plafond de concreto, no mesmo feitio arcade do anterior", realizados por volta de 1945 e documentadas por Augusto Maurício.

Do lado direito, no sentido da entrada para o altar-mor, são representados, no primeiro painel, Daniel, no painel central, a virgem Maria, com a inscrição Rainha do Céu/nossa mãezinha; no terceiro, Isaías. No intervalo entre o painel 1, 2 e 3, a inscrição Tu LAETITIA ISRAEL (Tú (és) a alegria de Israel).

Do lado esquerdo, no mesmo sentido, a primeira representação é de Ezequiel; o painel central mostra Santo Antônio, contendo a inscrição: De Maria nunquam satis (Nunca saturado

(do que vem) de Maria); o último trata de Jeremias. No intervalo entre o painel 3 e o 2, lê-se: TOTA PULCHRA ES, MARIA, (és toda formosa Maria); entre o 2 e o 1, continua a inscrição: ET MACULA NON EST IN TE (e não tens macula).

A escolha de profetas do Antigo Testamento parece coerente com o projeto da igreja católica de promover o culto a Maria. Nos oráculos messiânicos, em Jeremias: 22;3, 30;33 o Criador promete suscitar na raça de Davi “um germe justo”, um “rei”, “um descendente que se sente no trono da casa de Israel”. O profeta (Jer:31), tratando da restauração da aliança prometida aos Judeus, usa a imagem de Israel como uma esposa (Virgem de Israel) e de Jahweh como esposo.

Em Ezequiel:11 temos a promessa de Jahweh aos judeus: “dar-lhe-ei um só coração de pedra, dar-lhe-ei um coração de carne e fim de que andem de acordo com os meus estatutos”... O prometido encerraria a etapa em que os judeus, afastados do seu criador, foram comparados a infieis prostitutas (Ez.16;20).

Daniel: 14, prediz o abandono do culto a Bel (ou Marduc, protetor da babilônia) e ao dragão por um “Deus vivo”. Isaías: 1,7 alerta a linhagem de Davi para a vinda do filho de Deus à terra: “Eis que a jovem ( a virgem, na tradução grega) conceberá e dará luz a um filho/ e por-lhe-á o nome de Emanuel / Ele se alimentará de coalhada e mel / até que saiba rejeitar o mal e escolher o bem / a terra (...) ficará reduzida a um ermo”.

A ênfase nestes profetas do Velho Testamento afirma, indiretamente, a santidade e a predestinação de Maria. Mesmo antes de ser co-participantes dos desígnios de Deus, quando, ainda menina, se apresenta no templo para o servir ao Senhor. Já é aquela escolhida para ser mãe do Deus vivo - Nossa Senhora da Apresentação ou, como também foi chamada, nossa Senhora da Escada (do Templo de Jerusalém), detalhe da pintura do forro da capela-mor.

Acreditam os estudiosos da Bíblia que a última passagem citada, de Isaías, possa ter influenciado Miquéias:5 no trecho em que prediz que Jahweh abandonará os judeus” até o tempo em que a parturiente dará a luz”. Ambos serão retomados no Novo Testamento como argumentação para a escolha de Maria por Deus e a veracidade do Cristo como o Messias: é o que se verifica em Mateus:1, Marcos 1,1, João 1 e principalmente, Lucas:1, que trata do anúncio feito à Maria pelo anjo Gabriel, da visitação desta a Isabel e de como, João Batista, ainda no ventre de sua mãe, reconhece a Virgem Santíssima (painel da direita do altar-mor).

Embora o padre João Kaleta acredite, modestamente, só ter valor para fins de tombamento a capela-mor, com as pinturas de S. P. Sabaté, datadas do início do século, o altar-mor, as colunas e o guarda corpo dos vãos do andar superior, todos em madeira, de início do século XVIII parece-nos possível uma outra solução.

Acreditando serem os atos de tombamento uma forma de reconhecimento público atribuído a bens e sentimentos de outras épocas que, heroicamente, resistem às alterações e ao esquecimento, destacamos que a princípio, mereceria tombamento a devoção de N. Sra. da Apresentação, popular no Oriente desde o século VI, adotada posteriormente pelos gregos e pelos alemães, e cujo culto universalizou-se em 1585, alcançando a América. Hoje praticamente desconhecida, mesmo dos católicos, esta invocação de nossa Senhora, a quem já foram dedicadas igrejas no nordeste e em São Paulo nas fases iniciais da colonização, permanece na Matriz do Irajá inspirando uma comunidade que fundou e ajudou a ampliar este recanto do município. É inegável o valor arquitetônico do prédio de inícios do século XVIII, tanto como o valor artístico de algumas imagens que podem ser anteriores a este período.

Deste modo, a devoção torna-se presente no templo (a exigir descupinização e restauração parcial, nas suas alfaias, a exigir análise... e a reclamarem...) (...?)”

FONTE: Prefeitura do Rio de Janeiro IRPH-Instituto Rio Patrimônio da Humanidade/SMC/DGP/DCP, 1991.